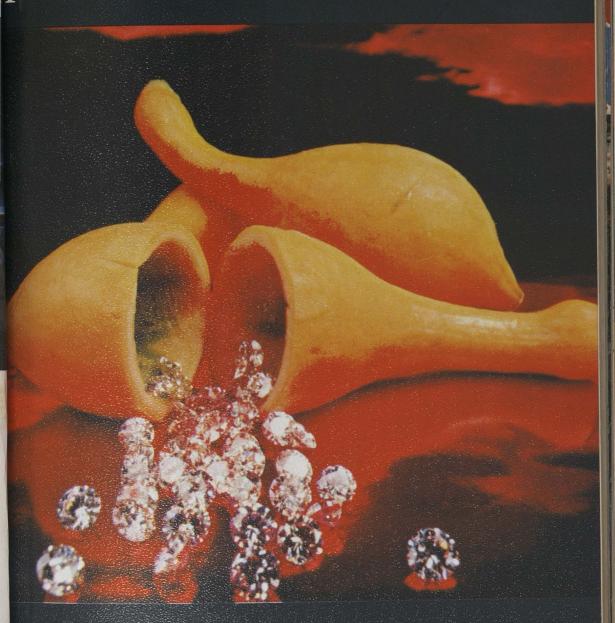
Cz\$ 15,00 • Ano IX • nº 87

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola A Serviço da Reconstrução Nacional



De Lisboa para o Maputo, o tempo voa, marcado pela comodidade.
Tranquilo, repousado, V. pode ainda deslocar-se do Maputo
para Johannesburg, Harare, Lusaka e Dar-es-Salaam.
V. escolheu um DC 10 wide body da LAM.
Mais do que uma companhia aérea moderna – uma equipa atenta
que rodeia o seu voo de simpatia e bem estar.



R. Joaquim A. Aguiar 69-B 1690 LISBOA Telef. 65 61 18/9 Telex 16713 DETA P.

Hu

Hur

VO 05

> NĀ VO

Angola, terra da liberdade.

Saída de Luanda:
• sábados às 15 h
Saída do Rio de Janeiro:

• domingos às 10 h Telefone (RIO): 262-8110



LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional

A trégua e Savimbi

As próximas eleições legislativas da Colômbia — primeira consulta popular depois dos sangrentos e trágicos acontecimentos do Palácio da Justiça de Bogotá — servirão de termômetro para avaliar o sentimento do povo colombiano frente a dois fatos: o surgimento do poder militar, com uma consequente diminuição da autoridade do Executivo, e a primeira experiência eleitoral da União Patriótica, organização legal integrada por ex-guerrilheiros das Farc e militantes do Partido Comunista.

Esta edição - dedicada à delicada situação que a Colômbia está vivendo e baseada no trabalho coordenado por nosso colaborador Guillermo Segovia Mora — traz uma retrospectiva sobre o processo de pacificação, a trégua celebrada entre o governo e as organizações guerrilheiras. Mostra também o caminho seguido pelos dois movimentos armados mais importantes: o M-19 e as Farc. Enquanto que para o primeiro as violações à trégua por parte do exército invalidam todos os acordos, para as Farc é necessário dar mais tempo ao processo de pacificação e ingressar plenamente na luta legal, disputando a eleição em igualdade de condições com os demais partidos políticos.

Diante da originalidade do processo de pacificação e por seu alcance, (comprometido agora pela forma brutal como foi concluído o episódio da tomada do Palácio da Justiça pelo M-19), a opinião pública latino-americana está buscando novos elementos de julgamento para avaliar as possibilidades reais de êxito de uma paz tão questionada. Esse é o tema da nossa matéria de capa.

Abrindo a seção África, nosso diretor, Neiva Moreira, analisa as implicações da visita de Jonas Savimbi, dirigente máximo da Unita, aos Estados Unidos e a decisão da administração republicana em considerá-lo hóspede oficial, com honras de chefe de Estado: uma tomada de posição que deixa claro quais são as liberdades que o presidente Reagan defende. Neste número o tema indígena tem também uma presenca muito especial: o tratamento, segundo um ritual dos índios amazônicos, de um renomado cientista brasileiro, desenganado pela medicina tradicional; o parto na posição vertical incorporado à rotina equatoriana e a presença do índio latino-americano no cinema. As minorias étnicas (que em alguns países na verdade são maioria) mostram a sua força cultural e sua potencialidade, tantas vezes negadas

pela elite dominante.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-Editores: Carlos Castilho (África)

Roberto Remo Bissio (América Latina)

Conselho Editorial Internacional

Darcy Ribeiro Juan Somavía Henry Pease García

Aquino de Bragança Wilfred Burchett (1911-1983) Revista Mensal nº 87 Março - 1986 Preco de Capa: Cz\$ 15,00 Nos atrasados: ao preço do último exemplar

Coordenador de Produção

Coordenanor de Froducção José Carlos Gondim Redação permanente Claudia Neva, Roberto Bardini, Horacio Castellanos Moya, Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, Guiomar Belo Mar-ques, Raul Gonçalves, Cristina Canoura, Víctor Bacchetta, Artur Poemer, Antonio Aragão

Revisão Sandra Castello Branco, Cléa Márcia Soares, Ricardo Soca

Sanura custem brainco, clea marcus soures, recurso soca Departamento de Arte Sonia Frieltas, Miguel Eta, Vanda Freitas, Pedro Toste Grando de Decumentação Helena Falcasi, Lifa Freitas, Eunice H. Senna, Elizabete Mesquita (Barsil), Cristina Assis (Portugal), Sybille Flaschka Mesquita (Barsil), Cristina Assis (Portugal), Sybille Flaschka

Composição Ronaldo Fonseca, João de Abreu, Luiz Correia

Colaboradores: Gregorio Selser, Cétar Ariat Quincot, Cedric Belfrage, Fernando Molina, Mark Fried, Moacir Werneck de Castro, Eduardo Molina y Vedia, Ash Narain Roy, Alberto B. Mariantoni, Maluza Stein, Sol Carvalho, José Monserat Filho, Herbert de Souza, Theotonio dos Santos, Ladislau Dowbor, Luis Maira, Roger Rumrrill, David Fig. AW. Singham, Alex Mashimi, Laurine Platisky, Ana Maria Urbina, Ligia Chaves, Francesca Gargallo, Jim Cason, Sam Ramsamy, Gridvis Kuncar, Hugo Neves, Otoniel Martínez, Deborah Huttington, Alan Naim, Rodrigo Jauberth, Ezequiel Dias, Alice Nicolau, Jord Mello, Mia Couto, Luis Moita, Orlando Senna, Rodolfo de Bonis, Ravindran Casinader, Phill Harris, Abdul Nafey, Francisco C. Gomes, Jorge A. Phill Harris, Abdul Nafey, Francisco C. Gomes, Jorge A. Phill Harris, Alboul Nafey, Francisco C. Gomes, Jorge A. Phill Harris, Alboul Nafey, Francisco C. Gomes, Jorge A. Phill Harris, Alboul Nafey, Francisco C. Gomes, Jorge A. Phill Harris, Abdul Nafey, Prancisco C. Gomes, Jorge A. Phill Harris, Abdul Nafey, Francisco C. Gomes, Jorge A. Phill Harris, Abdul Nafey, Francisco C. Gomes, Jorge A. Phill Harris, Abdul Nafey, Nafey, Charles, Pablo Marífiez, Mario de Cautín, Julio Rossiello, Peter Law, Agostinho Jardim Gongalves, Nills Castro, Octavio Tostes, Ricardo Bueno, M. Venugopala Rao, Narinder Koshla, Nilton Santos Colaboradores: Gregorio Selser, César Arias Ouincot, Cedric

Argentina: Horacio Verbitsky Lavalle 1282 – ler. piso Of. 12 y 14 – Telef. 35-81-94 Buenos Aires, Capital Federal Buenos Aires, Lapitas Feoerai Chille: Femando Reyes Matta Casilla 16637 — Correo 9 Providencia — Santiago de Chile Equador: 1086 Steinsleger Apartado 8968, suc. 7 — Torres de Almagro — Quito Peru: Raíafe Roncagilolo Apartado 270031 — Lima 27 Apartado 270031 - Lima 27 Colòmbia: Guillermo Segovia Mora Apartado Aéreo 10465 - Telef. 285-66-14 - Bogotá Nicurágua: Arqueles Morales Apartado 576 - Manágua Estados Unidos: Gino Lofredo 1648 Newton St. N.Y. Washington D.C. 20010 Moçambíque: Etevaldo Higólito Rua de Pina 109, Sommerchield - Maputo

Circulação em 70 países

EDICÕES REGIONAIS

· Edições em Português

BRASII

Diretor e Editor Neiva Moreira

Paulo Cannabrava Filh

Caixa Postal 60086 CEP 05033 - São Paulo Clovis Sena – Brasília

Circulação, Assinaturas e Promoção: Henrique Menezes, Inácio dos Santos e Macário Costa

Fotolito e Impressão: Ébano Gráfica e Editora Ltda. — Rua Gal. Bruce, 799 Tel.: 580-7171

Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glòria, 122 / 105-106 — CEP 20241 Rio de Janeiro. RJ — Telef: 242-1957 — Telex: 21-33054 CTMB-BR

ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE E PORTUGAL

Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro, 10/19 — Lisboa — 1200 — Telef: 32-06-90 Telex: 42720 CTM-TE-P

Edicões em Espanhol

MÉXICO, CARIBE, AMÉRICA-CENTRAL

Editor: Rubén Aguilar Correspondência: Apartado 20572 - 01000 México, D.F.

Apartanto Apartanto Empresso em: Litográfica Cultural — Isabel la Católica, 922, México, D.F.

Editorial Periodistas del Tercer Mundo California 98 A — Colonia Parque San Andrés, Coyacán Telef: 689-17-40 — 04040 México, D.F.

RIO DA PRATA

Diretores: Gerónimo Cardoso, Roberto Remo Bissio

A.C.U. S/A Avda. 18 de Julio 1263, 3er piso — Montevideo, Uruguay

• Edição em Inglês (bimestral)

Editor: Carlos Castilho Editor Adjunto: Roberto Raposo Correspondência: Rua da Glória, 122/105-106 — CEP 20241 — Rio de Ja-neiro, RJ

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina) e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet-México-Chile) e Third World Network (Malásia).

Capa: Abaeté Propaganda Foto da capa: "El Espectador"/Ag. Keystone

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua da Missão, 107/ 111 — Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belice City. BELGICA: SEUL, Bruxelas BOLIVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro. CANADÁ: Coop-Books Nio de Janeiro. CANADA: Coop-Books Shop, Winnipeg. COLÓMBIA: Guillermo Segovia Mora, Bogotá. COSTA RICA: Centro Popular de Educación "Veci-nos", San José. EQUADOR: DINACUR, Quito. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, 1ra. Calle Poniente 1030, San Salvador. El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador, ESTADOS UNIDOS: Praire News Agency, Chicago, III. Bread and Rose, San José, CA. Modern Times, San Francisco, CA. Grass Roots Events, San Diego, CA. Book Center, San Francisco, CA. Librería del Pueblo, New Orleans, LA. New World Resource Center, Chicago, III. Food for Thought, Amnherst, MA. Dinkytown News, Minneapolis, MN. Red and Black, Washington, D.C. Book-works, San Francisco, CA. FRANÇA: L'Harmattan Libraire Center. Paris. Éki-noe, Biarritz. GRÄ-BRETANHA: Latin American Book Shop, 29, Islington Park Street, Londres. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura, Bissau. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdă. HON-DURAS: Roberto Sosa, Tegucigalpa. ITÁLIA: Paesi Nuovi, Roma. MEXICO: Mais de 100 livrarias em todo país. MO-ÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Av. Ho Chi Minh 130, Maputo. NIco, Av. Ho Chi Minh 13U, Maputo. NI-CARÁGUA: Imelsa, Manágua. PANA-MÁ: Ediciones C.C.S., Panamá. PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná, 878, Lima 1. PORTUGAL Dijornal, Rua Joaquim António de Aguiar, 66, Lisboa. PORTO RICO: Librería Paliques, Ponce. La Tertulia, Río Piedras REPÚBLICA DOMINICANA: Fondo Editorial, São Domingos. CEDEC, São Domingos. PUBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Con-Vertrieb, Bremen. S. TOMÉ E PRIN-CIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Librería Latinoamericana. Estocolmo. URUGUAI: Heber Berriel Y Nery Martínez, Paraná, 750, Montevidéu. VENEZUELA: Publicaciones Españolas S.A., Caracas.

estante do terceiro

O reembolso que leva sua leitura a sério e... com desconto

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 87, válida exclusivamente para pedidos no período de circulação da mesma.

Código	Quantidade
au Auriau	
statives als assured	1994
o' (vele no vers	More

Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

Comprador: Onão-assinante já assinante assinante novo:

estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome:	Data//
Profissio:	
Endereço:	AN AT A TOUR DE LE
Cidade: CEP:	Ass. do Comprador
Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/10	

TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 15% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 20% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito ao desconto especial de assinante (até 20%) desta seção.



PENSO LOGO INSISTO

de Jorge Arbach

É um livro importante para quem aprecia "cartuns" e o grafismo jomalístico contemporâneo. Jorge Arbach foi publicado no Pasquim, Jomal do Brasil, Tribuna de Minas, Cademos do Terceiro Mundo e outros. 96 páginas em papel cuchê.

E-63 Cz\$ 50,00



ENCADERNAÇÃO DOS 06 PRIMEIROS NÚMEROS DE CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Encadernado em capa dura, o volume contém as primeiras seis revistas da edição brasileira dos cadernos, mais precisamente do período que vai de junho a dezembro de 1980. P.576 pág.

E-64 Cz\$ 70,00



CONTRA VENTO E MARÉ

Grupo Areito
Obra cole tiva de 47 jovens
cubanos levados para o exílio,
por seus familiares, à época da
revolução. O livro apresenta a
visão dos que, èmbora vivendo
"no meio de uma das
comunidades mais reacionárias
do mundo", reencon traram-se
com suas origens nacionais
e culturais e, contra todas as
probabilidades, identificaram-se
com o processo revolucionário
cubano. 204 pp.
E-60 Cz\$ 45.00

O PROBLEMA DA VERDADE – TEORIA DO CONHECIMENTO



Jacob Bazarian
O autor examina a verdade e
seu critério (a práxis) à luz do
materialismo dialético criativo e
— pela primeira vez na história da
filosofia — faz uma análise
científica do papel da intuição no
processo do conhecimento.
Apresenta uma teoria original,
que chama de intuição heurística,
como método para descobrir
a verdade e encontrar a solução
de problemas pessoais e
profissionais de qualquer espécie.
224 pp.
E-62 Cz\$ 45,00

terceiro mundo

<u>Aproveite já!</u> Nova promoção com mais brindes

VOCÉ CONSEGUE:	E GANHA DE BRINDE:
3 assinaturas da revista	1 assinatura da revista + 4 semanas de Jornal do País, ou os 4 livros da "Estante do Terceiro Mundo" (veja no verso desta página) + 4 sema- nas do Jornal do País
2 assinaturas da revista	1 livro da ''Estante do Terceiro Mundo'' + 4 se- manas do Jornal do País
1 assinatura da revista	4 semanas do Jornal do País

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) no valor correspondente aos pedidos efetuados, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer um pedido individual utilize apenas um cupom.

CUPOM DO BRINDE

Desejo uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo. Minha opção de pagamento é de: () 03 parcelas de Cz\$ 60,00. A 1ª parcela juntamente com este cupom por ☐ cheque nominal ou ☐ vale postal-ag. central. (A 2ª e 3ª parcelas serão cobradas por banco, para pagamento em 30 e 60 dias. Aguarde). () A vista, com desconto, por Cz\$ 150,00, enviados juntamente com este cupom por ☐ cheque nominal ou ☐ vale postal-ag. central. Nome:	e da Editora Terceiro Mundo n parcelados, aguardo a remes- tiverem qui tadas.
Desejo uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo. Minha opção de pagamento é de: () 03 parcelas de Cz\$ 60,00. A 1ª parcela juntamente com este cupom por	estou remetendo Cz\$ Jostal-ag, central — em nom de alguns dos pedidos seren o assim que as assinaturas es Cidade:
Desejo uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo. Minha opção de pagamento é de: () 03 parcelas de Cz\$ 60,00. A 1ª parcela juntamente com este cupom por ☐ cheque nominal ou ☐ vale postal-ag. central. (A 2ª e 3ª parcelas serão cobradas por banco, para pagamento em 30 e 60 dias. Aguarde). () À vista, com desconto, por Cz\$ 150,00, enviados juntamente com este cupom por ☐ cheque nominal ou ☐ vale postal-ag. central. Nome: Endereço: Bairro:	cordo com est jue nominal or siderando a evo o brinde a que de escolhido:

Saída
• sába
Saída
• dom
Telefo

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 — grupos 104/105/106 — Rio de Japeiro — RJ — CEP: 20241 — Tel.: (021)242-1957

erceiro 87

- 6 Cartas
- 8 Panorama Tricontinental
- 16 Editorial A armadilha do petróleo barato

Matéria de Capa - Colômbia: A paz questionada, coordenada por Guillermo Segovia Mora

- 18 A paz em questão
- 21 A campanha eleitoral
- 23 Direitos humanos continuam sendo violados
- 24 As Farc: das montanhas às umas
- 27 "O M-19 tem muito a dizer", entrevista com o comandante Fayad

América Latina

- 33 Cuba: O socialismo em tempo de crise, Roberto Remo
- 42 Haití: A queda de Duvalier, Víctor Bacchetta

Africa

- 45 Angola Reagan: a aliança com o terrorismo, Neiva Moreira
- 47 Saara Ocidental: Um balanço de dez anos de luta, entrevista com o embaixador Buhari Ahmed, Beatriz Bissio
- 54 SADCC: Enfim o apoio dos "grandes"57 Uganda: A vez de Museveni, Carlos Castilho
- 60 África do Sul: O lobby do apartheid junto à direita dos EUA,
 Anne Newman
- 63 Moçambique: Um apelo em favor das vítimas da seca, Etevaldo Hipólito Asia
- 66 Laos: Uma década de regime socialista, Carlos Pinto Santos
- 69 Tailândia: O armamentismo tailandês

Ciência e Tecnologia

- 72 Medicina indígena trata cientista condenado à morte, Antonio Aragão
- 76 Nascer como os índios, Oscar Valenzuela

Opinião

79 O vírus e o arcabuz, Mario Benedetti

Meio Ambiente

81 O lado "sujo" da indústria "limpa"

Comunicação

- 84 Porque o Norte ignora a crise do Sul, Marcel Niedergang
- 88 Notas

Cultura

- 89 Cutumay Camones: a música da guerrilha, Samuel Blixen
- 92 O índio latino-americano no cinema
- 94 Notas
- 96 Humor: António





A sessão de abertura do 39 Congresso do PCC



Reagan e Savimbi na Casa Branca: um encontro de graves consequências



A indústria eletrônica também contamina

Carta do Mês

Algumas críticas construtivas

Aproveito esta oportunidade para louvar a vossa intervenção na qualidade da informação e formação sobre o que se passa nos países e regiões mais desprotegidos do globo (...) Permitam-me que indique alguns pontos de vista pessoais e, portanto, subjetivos.

1. Ocupam uma grande porcentagem do espaço da revista as informacões sobre a América Latina e a África. A pesar de se tratarem, sem dúvida, das zonas mais em "ebulição" nos tempos que correm, parece-me que seria conveniente dar alguma cobertura mais a outras áreas do globo, como a Ásia e a Oceania (. . .) Também dentro dos países da América Latina e África, alguns deles pouco espaço têm ocupado. Entendo que uma cobertura direta destas vastas regiões não é possível, quer pelos aspectos organizativos, quer pelos custos que isso acarretaria. Contudo o intercâmbio entre publicações do gênero poderá, com relativa facilidade, cobrir esta deficiência.

2. cadernos tem incluído alguns artigos sobre povos e movimentos de libertação não-terceiro-mundistas. como foi o caso de assuntos sobre a Córsega e a Armênia e os quais penso caberem perfeitamente no âmbito da revista. Sou, portanto, apologista de que se dê mais espaço a estas áreas do globo, citando como exemplos a Irlanda do Norte, a Groelândia, o Quebec, etc..

3. A questão das minorias é um outro tema de grande interesse na atualidade e sobre o qual cadernos já se tem vindo a debruçar. Porque se trata de um assunto sobre o qual outros meios de comunicação pouco escrevem, informo de uma publicação periódica que há dias tive a oportunidade de encontrar, mas escrita em inglês e que, portanto, a meu ver poderia incluir-se, se fosse possível, no intercâmbio de que atrás falei: "Minority Rights Group", 35 Clarement Avenue, 4s New York, N. Y. 10027, USA.

4. A edição de livros sobre temas do Terceiro Mundo e de escritores de algumas destas regiões continua a ser muito limitada em Portugal. A vossa intervenção nesta área parece-me que deveria ser incrementada e, porque não, com a emissão de uma coleção com caráter periódico.

5. Gostava mais da apresentação da revista antes das alterações. Achava mais funcional o formato e a apresentação interior convidava mais à lei-

Eliseu Gomes - Lisboa - Portu-

Denúncia de trabalhadores rurais

O governo federal ameaça expulsar 7 mil famílias de trabalhadores rurais no Vale do São Francisco, com a Barragem de Itaparica, construída pela CHESF. A inundação se dará dentro de 13 meses e fará desaparecer as cidades e suas respectivas áreas agrícolas, de Petrolândia com 25 mil habitantes e Itacuruba com 8 mil, localizadas em Pernambuco e Rodelas, cidade baiana com 6 mil habitantes. A inundação cobrirá também as áreas agrícolas dos municípios de Floresta (PE), Belém de São Francisco (PE), Glória (BA), Chorrochó (BA) e Abaré (BA).

Essa população é atualmente responsável pela produção de 30 mil toneladas de cebola por ano, fora os produtos industriais como a goiaba, o tomate e a banana que abastecem as indústrias. Os alimentos básicos produzidos na região somam outras tantas toneladas, cuja produção abastece os mercados consumidores de diversos estados do centro sul do país, além de toda região Nordeste. A inundação de Itaparica fará desaparecer completamente toda essa economia agrícola regional de uma das áreas mais produtivas do Nordeste, o Vale do São Francisco, sem contar os prejuízos sociais, culturais e históricos a que serão submetidos os lavradores e as três cidades inundadas.

Nós trabalhadores rurais, lutamos e resistimos há dez anos. A ameaça que hoje enfrentamos vem desde 1976, quando a CHESF implantou o canteiro de obras desrespeitando o direito dos trabalhadores. Começamos, então, a nos unir, enfrentando e parando máquinas, a crescer e nos organizar em Sindicatos, junto com as Federações de Trabalhadores na Agricultura dos estados atingidos -FETAPE e FETAG/BA - e com a Confederação Nacional dos Traba-Ihadores na Agricultura - CONTAG.

Em 1979 realizamos a grande Concentração de Trabalhadores Rurais, em Petrolândia, onde apresentamos, pela primeira vez, o Plano de Reassentamento, reivindicando terra por terra na margem do lago, reposição das condições de vida e trabalho e aplicação do Estatuto da Terra. (...)

Neste momento, nós trabalhadores rurais, representados por nossos Sindicatos, Federações e Confederação Nacional, só temos um compromisso: agirmos enquanto é tempo. Não permitiremos o fechamento das comportas sem a nova terra, irrigada. com condições, capacidade e meios para nela produzirmos e vivermos como seres humanos, violentados que fomos por uma mudança que não desejamos e sobre a qual não nos foi permitido opinar. (...)

Manifesto da 7ª concentração dos trabalhadores rurais do pólo sindical do submédio São Francisco e dos atingidos pela barragem de Ita-

Sobre a morte de um poeta

Diante da indignação e da revolta em ver a matança de um poeta negro em um medieval e truculento ritual da força, pelos brancos racistas de Pretória, não nos restou outra válvula para regular a raiva de nossos corações opressos, que é a força viva da

Morreu Benjamim, ele que é apenas mais uma vítima no campo de extermínio da África do Sul. Não adiantou o clamor dos negros que exigiram sua libertação, o terror não quis saber: enforcaram Benjamim. Seus versos agora espalharão a vontade geral da conquista e da libertação. Abaixo o apartheid! For a com as bo(s) thas e os ratos! Viva o Congresso Nacional Africano!

Rosália Brandão e Mário Fernando Lima - Maceió - Alagoas Brasil

Saida • sát Saida don Telefo



Sobre "O voto progressista"

De fato, o PT e o PDT tiveram um bom desempenho nas eleições para as prefeituras das capitais ocorridas em 85, não obstante, o PMDB continua a ser o partido majoritário e, nós progressistas, ainda necessitamos dele para a garantia do processo de abertura.

Infelizmente para os que assim gostariam que fosse, a realidade política brasileira não se resume ao crescimento do PT e do PDT; ela é hoje bem mais complexa e instável. Tomando São Paulo como exemplo: o PT de fato cresceu, mas fê-lo fundamentalmente em meio à pequena burguesia, com uma campanha reconhecidamente pouco classista. F. H. Cardoso, também considerado um "candidato progressista", foi derrotado por um candidato claramente reacionário. Se realmente tivesse ocorrido um aumento da consciência progressista, Jânio não teria vencido e a vitória de F. H. Cardoso teria acompanhado o crescimento do PT.

O que de fato ocorreu foi o "voto de oposição" como fruto de insatisfação com a "Nova República", sendo o PT, o PDT e mesmo o PTB, os partidos que não se identificavam com esta. Este tipo de voto, longe de ser progressista, é o voto de massas imediatistas que, devido à ditadura dos últimos anos, estão despolitizadas (exatamente o contrário do exemplo argentino, onde o povo aguenta o arrocho salarial e o contra-esquerdismo de Alfonsín para garantir o avanço democrático).

Paralelamente à manifestação oposicionista do voto das massas alienadas, deu-se (e eis o que explica os resultados de São Paulo) uma radicalização de posições, uma vez ocorrida a legalização dos partidos comunistas e a investida da direita contra o processo de democratização. Como bem disse Neiva Moreira em seu artigo; a L. S. N., o S. N. I. e os generais golpistas ainda fazem parte da nossa realidade; e a direita ainda é mais forte que as esquerdas.

Deste modo garantiremos a democracia sem pôr em risco as conquistas de luta dos últimos vinte anos. Luta esta, em que lembremos sempre, participaram e forám mortos milhares de revolucionários, de homens e mulheres que não aceitaram o jugo da tirania, a opressão e a exploração do trabalhador.

Demian Fiocca — São Paulo — SP — Brasil.

Mapa sempre a mão

(...) Gostaria de fazer uma sugestão que pode ajudar todos os leitores que lêem os cadernos sem um mapa mundi a mão: que incluam nas matérias um pequeno mapa mostrando onde se situa o país mencionado. Por exemplo: não teria conseguido localizar o Níger sem a valiosa ajuda do mapinha ao lado. O ideal é que isso fosse uma constante.

Elena M. Joos - Montevidéu - Uruguai

Intercâmbio

• Isaac Alfredo

C. P. 561 — Benguela — Angola • Alunos do 89 Ano, Turma G da Escola Secundária de Santa Maria Rua Pedro de Cintra-Portela, 2710 — Sintra — Portugal

Domingos G. Gaspar Estima
 Esbec Nº 41 Sayde Vieira Dias Mingas – Ilha da Juventude – Cuba
 Lucrécio Neto

Tribunal da 1ª Instância — C. P. 4 — São Tomé — São Tomé e Príncipe • Helder Mário Chambal a/c Luíse Francisco Nhambio Cham

a/c Luísa Francisco Nhambio Chambal — Banco de Moçambique — C. P. 25 — Quelimane — Moçambique • Luciano António Segunda

C. P. 1788 — Luanda — Angola • Edna Regina da Silva Queiroz Rua Sodré, nº 10 — Alto da Boa Vista — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 20531 — Brasil

Ambrósio Fortunato (Natinho)
 I.P.U.E.C. Nº 41, Saidi Vieira Dias
 Mingas – Ilha da Juventude – Cuba
 Manuel Miguel Adão Paulo (Manay)
 a/c C. P. 18186 – Luanda – Angola

Tomás Alfredo Cudacala
 Rua Aniceto do Rosário, 48/46—Maputo — Moçambique

Marco André Saint Clair Silva
 Rua Senador Vergueiro, 157 – ap.
 1102 – Flamengo – Rio de Janeiro
 RJ – CEP: 22230 – Brasil

Santos Cristóvão Bento (Tigre)
a/c C. P. 18186 — Luanda — Angola
Elisa Astorga Sepúlveda

Casilla 356, Correo Central — Valparaíso — 5ª Región — Chile • António Pedro (Tony) CTT Vila Alice — Luanda — Angola

Antônio Alfredo Maia
 Rincão dos Maias — 19 Sub-distrito —
 Canguçu — RS — CEP: 96600 — Brasil

• João Paulo e Paulo Sandegi C. P. 11 — Diamang — Dundo — Angola

● João de Assis Cavalcanti Escola Caio Pereira — Rua Alto José Bonifácio, s/nº — Bairro da Casa Amarela — Recife — Pernambuco — CEP: 50000 — Brasil

Frederico Carlos da Silva
 Praça do Ambiente, Rua Martin Luther King — C. P. 487 — Luanda — Angola

Pedro dos Santos Sebastião
 C. P. 6363 — Luanda — Angola

Humberto Geremias de Souza
 Rua Potiguaçu Nº 213 — Itanhaém —
 SP — CEP: 11740 — Brasil

Carmen Victoria Pérez González
 San Rafael 189 e/ Rito Arencibia y
 Ramón Pintó – Camagüey – Cuba
 António Helder J. Lemos

C. P. 6043 — Rua N'gola Kilnange — KM 11 — Luanda — Angola

Carlos Alberto Freitas
 C. P. 76 – Manhumirim – MG – CEP:
 36970 – Brasil

Paulino José Salvador
C. P. 509 – Luanda – Angola

Amadeu Tomás
 a/c Amandio Tomás – C. P. 1684 –
 Benguela – Angola
 Domingos Manuel

C. P. 528 – Namibe – Angola • Samuel Paka "Samy" C. P. 633 – Lubango – Huíla

Angola
Fernando Ferreira Pereira

Av. Almirante Reis, 74G, 49 – 1197 – Lisboa – Codex
• Luis Gilardino

Bvar. José Batlle y Ordóñez Nº 3078 – Montevidéu – Uruguai • Ibáqueil Mabuleza Jó

Av. 24 de Julho Nº 561 — Matacuane — Beira — Sofala — Moçambique

Filipinas: cai outro peão de Reagan

Num cargueiro da US Air Force, que decolou da base norte-americana de Clark com destino à Ilha de Guam, Ferdinand Marcos abandonou melancolicamente as Filipinas, a 21 de fevereiro passado, poucas horas depois de assumir formalmente a presidência e declarar que se defenderia "até a última gota de sangue". Ao mesmo tempo, Corazón Aquino assumia como nova presidenta constitucional, prometendo o restabelecimento

dos direitos e liberdades dos cidadãos, apoiada por uma rebelião militar e pela mobilização geral do povo filipino, além do reconhecimento diplomático dos Estados Unidos e de toda a comunidade internacional. de dos observadores estrangeiros e diplomatas presentes no país. O fim tornou-se iminente logo após a visita do enviado norteamericano Philip Habib, ocasião em que foi declarada a rebelião das forças armadas.

Os generais Juan Ponce Enrile, ministro da Defesa, e Fidel Ramos, subcomandante das forças armadas, denunciaram a fraude eleitoral e a corrupção do regime, incitando o povo a rebelarse contra a autoridade de Marcos

Corazón Aquino:
"o poder popular
destruiu a ditadura e
restituiu os direitos
e liberdades do povo"

Foram inúteis os esforços do ex-ditador para impingir aos filipinos o resultado fraudulento das eleições de 7 de fevereiro. Com 70% dos votos reais a seu favor, segundo dados do Departamento de Estado, Corazón Aquino convocou a população â resistência civil contra o regime de Marcos, apoiada pelas autoridades máximas da igreja católica e recebendo a solidarieda-

e a exigir que se entregasse o poder a seus legítimos depositários. A rebelião militar consolidou-se sem encontrar grande resistência, pois o povo ocupou as ruas, impedindo o ex-ditador de lançar mão das forças que permaneciam leais a ele. A essa altura, o presidente Reagan e os cinco países da Associação de Países do Sudeste Asiático (Asean) pediram a Marcos que renunciasse para evitar uma guerra civil.

Na opinião de alguns analistas políticos, a administração Reagan estaria aplicando uma "estratégia de transição" no plano in ternacional, que consiste em subs tituir ditaduras amigas por regimes moderados igualmente dóceis, impedindo assim o fortale cimento de tendências radicais nesses países. Tal parece ser o critério dos "comitês de crises" criados pela Casa Branca para atender a esses casos. É preciso reconhecer, entretanto, que as derrotas de Duvalier e de Marcos não podem ser creditadas exclusivamente à diplomacia norteamericana, pois foram precipitadas de forma inexorável pela mobilização popular.

No caso das Filipinas, a situação é bem mais complexa do que no Haiti, pois existe um forte movimento popular representado politicamente por organizações ideologicamente definidas. Além disso, a teimosia do ditador provocou uma importante divisão nas forças armadas. De qualquer modo, o governo de Corazón Aguino e Salvador Laurel assumiu o compromisso de promover modificações políticas e institucionais, o que não chega a representar uma ameaça para o sistema econômico-social vigente nem para os interesses norteamericanos na região.

As palavras de Corazón Aquino no juramento de posse refletem de maneira bem clara os limites do atual processo: "Este poder popular destruiu a ditadura, protegeu os militares honrados que escolheram a liberdade e implantaram um governo dedicado à proteção e ao restabelecimento das liberdades do povo".

8 - terceiro mundo

Chade: um quebra-cabeças político-militar

Quando tudo parecia indicar que os 20 anos de guerra civil no Chade se encaminhavam para uma trégua, como resultado de várias tentativas de mediação, os dois lados em conflito voltaram a travar combates ao longo da chamada linha vermelha, em meados de fevereiro. A nova crise deixou evidente o cansaço da maior parte dos vários grupos armados que lutam entre si desde a independência, protagonizando uma guerra civil aberta desde 1966. Mostrou também que os cinco milhões de habitantes do Chade, um país sem acesso ao mar localizado bem no coração da África, só terão paz quando forem modificados os interesses geopolíticos de outros países.

Desde outubro do ano passado, os governos do Marrocos, Togo e Congo tentavam promover um encontro entre o chefe da administração de N'Djamena, capital do Chade, e o coronel líbio Muammar Kadhafi. O encontro não ocorreu porque houve desacordo sobre o local. Os preparativos para a reunião se aceleraram em consequência das divergências crescentes entre os grupos políticos ligados ao expresidente Gukuni Uedei, que instalou um governo provisório na cidade de Bardai, no norte do país, com apoio militar e econômico da Líbia. O Governo Provisório de União Nacional (GUNT) foi formado em 1982, quando Uedei foi derrubado por seu exministro da Defesa Hissène Habré, apoiado pela França.

Pelo menos dois dos onze movimentos políticos que formavam o GUNT firmaram recentemente acordos com Habré, que para garantir estas adesões começou a pagar salários a cerca de 30 mil ex-guerrilheiros. O resultado é que a quase totalidade da

ajuda fornecida pela França, que atinge anualmente US\$ 50 milhões, é destinada atualmente ao pagamento de pessoal. Os dissidentes se queixam que Uedei perdeu prestígio político em consequência de numerosos erros cometidos nos últimos dois anos, e criticam também o que chamam de ingerência Iíbia. Diante da crise do GUNT começaram a surgir possíveis substitutos de Uedei, entre eles Rakhis Manani, atual ministro de Defesa do norte, que tem fortes ligacões com Kadhafi.

Os últimos combates, com bombardeios recíprocos de aeroportos, evidenciam as dificuldades que tanto o GUNT quanto a administração de N'Djamena estão enfrentando. A França, usando como pretexto uma suposta concentração de tropas da Líbia ao longo da linha vermelha que separa o norte do sul do país, bombardeou o aeroporto de Quadum, controlado por Uedei. Em represália, as forças do norte bombardearam o aeroporto de N'Djamena. Foi o suficien-

para que o contingente milifrancês no Chade fosse reforcado, num momento em que presidente François Mitterrand quer mostrar forca, às vésperas das eleições legislativas em seu país. A estratégia franchamada cesa, "neo-colonial" pela Líbia, aparentemente visa intensificar novo a guerra para agravar as divergências no GUNT e enfraquecer politicamente o coronel Kadhafi.

Mas para que Mitterrand alcance os seus objetivos, a nova ofensiva deve durar pouco, porque em caso contrário o eleitorado francês voltará a criticar o envolvimento do país numa guerra que muitos na Europa acham "inútil". Ao mesmo tempo, crescerão assustadoramente os débitos de Hissène Habré, bancados pelo tesouro francês em sua totalidade. A atual indefinição política no Chade decorre basicamente do fato de que Habré é considerado, no resto da África, como um testa-de-ferro francês, e Uedei é tido como um político inábil, que está perdendo gradativamente a sua liderança, que já foi nacionalista e popular.

Observadores independentes acreditam que enquanto não surgir uma liderança nova, não identificada com os interesses geopolíticos externos nem com os grupos regionalistas (há quase 40 grupos étnicos diferentes no país, que sempre foram manipulados pelo colonialismo), são escassas as chances de pacificação e reunificação do Chade, tido como uma das nações mais pobres da África.

Bardai

Faya-Largeau

CHADE

Abeché

N'Djamena

Am Timan

Sarh

Change Change

Am Timan

Change Change

Change

Change Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

Change

1986 - Março - nº 87

Insista nesta tecla.



Renda Garantida da Nossa Caixa.

Aplique qualquer quantia a partir de 10 UPCs na Renda Garantida da Nossa Caixa, o nosso RDB.

Você calcula, na hora, quando e quanto vai ganhar. Os juros e a correção monetária são préfixados e o prazo, você é quem escolhe. De 90 a 720 dias, com a absoluta seguranca da Nossa Caixa.

absoluta segurança da Nossa Caixa. Renda Garantida da Nossa Caixa é a maneira tranquila, sólida e certa de fazer o seu dinheiro render. Tão certa como 2 x 2 = 4. Venha buscar seus lucros no prazo combinado.

Aproveite esta nova alternativa de investimento da Nossa Caixa. Fale com o gerente.



Quem tem Renda Garantida da Nossa Caixa, multiplica... multiplica...multiplica...



Aqui seu dinheirocanta mais forte.



CAIXA ECONÔMICA DO ESTADO DE SÃO PAULO SA

O NOSSO BANCO

Chile: oposição prepara novas mobilizações

O Comando Nacional dos Trabalhadores (CNT) promoverá as gestões necessárias para a realização, este ano, de uma 'greve política pela democracia". O secretário-geral da central sindical, Arturo Martínez, explicou que essa decisão foi adotada porque "em 1985 aprofundou-se a crise política, social, econômica e moral a que fomos levados pela ditadura".

Em relação aos desafios deste ano, Martínez afirmou que "1986 é para nós um ano de mobilização social, que deverá ter seu ponto culminante numa expressão massiva de repúdio popular à ditadura, exigindo o seu fim". Para ele, "a responsabilidade da greve pela democracia não cabe apenas ao Comando, mas também a todas as organizações que se interessam pelo Chile".

Os partidos políticos chilenos, por sua vez, estão examinando a possibilidade de constituir uma frente cívica de oposição, sem exclusão de nenhum partido. O Movimento Democrático Popular (MDP) - integrado pelo Partido Comunista (PC), o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), um setor socialista e independentes de esquerda está tentando, no momento, reativar as até agora infrutíferas negociações com a Aliança Democrática (AD) - formada por liberais, republicanos, sociais-democratas, radicais, democratas-cristãos e outro setor socialista.

Um dos problemas que persiste desde o ano passado é a negativa do Partido Democrata Cristão (PDC) de incluir o Partido Comunista num acordo de unidade, "enquanto este mantiver seu apoio à luta armada, decidido no congresso de 1980". Um documento do PC que circulou na imprensa chilena no final do ano passado antecipava que o partido, poria em prática, em 1986, "um plano realista de suunidade, sem exclusões".

A tese democrata-cristã, por sua vez, é preparar "um caminho pacífico de ação, uma crescente mobilização social em busca do retorno do Chile à democracia".

Tanto a AP como o MDP exigem uma rápida normalização institucional e consideram que 1986 "será o ano decisivo para a mobilização popular". Essa posição leva os negociadores a espe-



Um carro-bomba explodiu no centro de Santiago, ferindo alguns policiais

blevação nacional para pôr fim à ditadura do general Augusto Pinochet".

Segundo o mesmo documento, o PC e a Frente Patriótica Manuel Rodríguez - uma organização armada de esquerda surgida há dois anos - "têm aumentado consideravelmente sua capacidade de combate e o número de ações desestabilizadoras"

"Nosso partido" - assinalam porta-vozes comunistas - "está disposto a discutir todos os problemas, inclusive as táticas para enfrentar a ditadura, com o objetivo de buscar um caminho de rar perspectivas mais favoráveis para a criação de uma frente única de oposição. A tarefa seguinte - segundo porta-vozes da oposicão - será alcançar uma ampla convergência dos mais amplos segmentos sociais, incluindo trabalhadores, estudantes e entidades de classe, para chegar à "greve nacional pela democracia" proposta pela CNT.

Observadores políticos consideram que, a partir de março, se abrirá um período de maior confrontação entre governo e oposição, com ativa participação do Comando Nacional dos Tra-

balhadores.

Nicarágua e Costa Rica podem ter comissão para vigiar fronteira

Os governos da Nicarágua e da Costa Rica concordaram em discutir uma proposta do presidente costarriquenho, Luis Alberto Monge, para a instalação de uma comissão conjunta de inspeção e controle na fronteira comum. Num documento divulgado no Panamá a meados de fevereiro, os representantes das duas nações convidaram os quatro vice-ministros do Grupo de Contadora para participar desse encontro.

O vice-ministro das Relações Exteriores da Nicarágua, Víctor Hugo Tinoco, que participou de um encontro entre representantes dos cinco países da área convocado pelo Grupo de Contadora, disse que a próxima reunião e a recente normalização das relações diplomáticas entre seu país e a Costa Rica representam "fatos positivos". Por sua vez, Gerardo Trejos, vice-ministro das Relações Exteriores da Costa Rica, que reuniu-se em separado com Hugo Tinoco, mostrou-se confiante com o resultado da gestão bilateral e classificou como "positiva" a normalização das relações entre os dois países.

As relações diplomáticas entre a Nicarágua e a Costa Rica foram normalizadas no dia 13 de fevereiro passado, após uma troca de cartas entre os presidentes Daniel Ortega e Luis Alberto Monge. Essas relações estavam abaladas desde maio do ano passado, em razão de um incidente de fronteira no qual morreram dois policiais costarriquenhos.



O presidente Ortega

A 12 de fevereiro, Daniel Ortega enviou uma carta ao presidente Monge, da Costa Rica, afirmando que seu governo "deplora que as ações que se vê obrigado a adotar para defender seu território e sua soberania nacional das incursões de forças mercenárias provenientes de outros países tenham resultado na morte de dois policiais da Costa Rica".

Alberto Monge respondeu, também por carta, que "as explicações do governo da Nicarágua são passos efetivos para uma convivência permanente, respetosa e pacífica entre as duas nações".

O presidente eleito da Costa Rica, Oscar Arias, opinou que é importante para a paz na América Central a normalização das relações entre seu país e a Nicarágua. Arias, que assumirá a presidência no dia 8 de maio, disse que manterá a política de neutralidade em relação aos conflitos da região, adotada por Alberto Monge em novembro de 1983.

Também o presidente da Conferência Episcopal da Costa Rica, monsenhor Roman Arrieta, manifestou sua satisfação pela superação do problema com a Nicarágua. Idêntica reação teve o ex-candidato à presidência pela Aliança Popular, Rodrigo utiérez

O presidente Raúl Alfonsín, da Argentina, desempenhou um importante papel conciliador na normalização das relações entre a Nicarágua e a Costa Rica. A revelação foi feita pelo ministro de Relações Exteriores costarriquenho, Carlos Gutiérrez, que afirmou ter Alfonsín aceito o papel após receber uma solicitação nesse sentido do vice-presidente da Nicarágua, Sergio Ramírez.

Tratamento de choque para a economia brasileira

O presidente José Sarney anunciou, por cadeia nacional de rádio e televisão na manhã do dia 28 de fevereiro último, a adoção de um "plano de estabilização" para a economia brasileira baseado num tratamento de choque contra a inflação.

"Chegamos ao esgotamento dos paliativos", afirmou Sarney em seu discurso, advertindo que as medidas tomadas "não são cópia de nenhum programa estabelecido por outro país", frente às inevitáveis comparações com o "Plano Austral" aplicado pela Argentina.

O novo programa econômico tem como principais medidas a criação de uma nova moeda, o "cruzado", equivalente a mil unidades da antiga moeda; a extinção da correção monetária; o congelamento de preços e tarifas; escala móvel de salários, que serão reajustados cada vez

que a inflação chegar a 20%; bonificação imediata de 8% nos salários; congelamento por um ano dos aluguéis e prestações do BNH; garantia de rendimentos para as cadernetas de poupança, que serão reajustadas trimestralmente, e estabilidade cambial, com o fim das minidesvalorizações.

O fato que precipitou o novo "pacote" econômico foi a inflação de fevereiro, que chegou a 14,36%, elevando o índice anual para 255,16%.

Políticos da América Latina contra a agressão à Nicarágua

Cento e quinze partidos e organizações políticas de 33 países da América Latina e do Caribe estiveram reunidos em Manágua, capital da Nicarágua, entre 10 e 12 de fevereiro, para manifestar o seu repúdio à agressão que este país da América Central vem sofrendo. Ao inaugurar a "Conferência pela Paz e contra a Intervenção na América Central", o presidente Daniel Ortega denunciou as "pressões e chantagens" que as embaixadas norte-americanas exerceram sobre diversos países, para impedi-los de participar do encontro.

Entre outras ausências, foram notórias as do PRI, do México; da Ação Democrática, da Venezuela; do PMDB brasileiro e da União Cívica Radical argentina, todos eles no poder em países integrantes dos grupos de Contadora e de Lima, que apóiam a iniciativa mexicana na busca de uma solução pacífica para os problemas da região.

Nada disso invalidou, porém, o alcance e a representatividade

da reunião, da qual participaram sete partidos atualmente no poder e representantes de amplas correntes ideológicas. A delegação da Colômbia, por exemplo, incluía representantes do Rartido Conservador e da Frente Patriótica (liderada pelas Forças Armadas Revolucionárias Colombianas). Do mesmo modo, entre os uruguaios havia democratas-cristãos, tupamaros, colorados, socialistas e comunistas.

A Conferência não previa a elaboração de nenhum documento ou manifesto, pois o encontro destinava-se apenas a trocar idéias e a reforçar os contatos pessoais e conversas bilaterais entre os dirigentes partidários. Apesar disso, no discurso de encerramento, o comandante Bayardo Arce, membro da Direção Nacional da Frente Sandinista, salientou que muitos oradores estavam reivindicando formas mais permanentes de colaboração entre os partidos democráticos da América Latina e do Caribe, anunciando também o surgimento de propostas para "concretizar a união solidária" dos países do continente com as lutas dos povos centro-americanos.

Arce citou a "Declaração de Caraballeda", recentemente divulgada por oito ministros do Exterior latino-americanos, como exemplo das iniciativas político-diplomáticas a serem tomadas frente aos Estados Unidos, "que podem — mantendo com firmeza os princípios latino-americanos" — promover com êxito uma solução negociada."

A Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina (COPPPAL), que até agora tem sido o foro mais importante da região, no qual as organizações políticas se agrupam sem vinculação com "internacionais" européias, está praticamente inativa há três anos. Vários delegados participantes solicitaram a sua revitalização.

A reunião de Manágua coincidiu com o encontro de ministros de Relações Exteriores da Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela com o secretário de Estado norte-americano George Shultz, para pedir uma definição favorável à Ata de Contadora (o que significaria, implicitamente, suspender a ajuda aos "contras"). Shultz esquivou-se a qualquer apoio específico à Ata e, nos dias seguintes, o governo norte-americano intensificou suas pressões sobre os parlamentares para que votassem a favor de uma ajuda no valor de 100 milhões de dólares à contra-revolução nicaraquense.

Como resposta, a direção sandinista reafirmou os seus princípios básicos referentes à economia mista, ao pluralismo político e ao não-alinhamento, advertindo também que se os Estados Unidos invadirem a Nicarágua ou El Salvador o conflito se estenderia a toda a região centro-americana. Convidou, da mesma forma, os latino-americanos a constituir um "amplo movimento bolivariano pela soberania e contra a intervenção".



George Shultz reunido com os chanceleres latino-americanos

África do sul: greve de 420 dias

O boicote às aulas nas escolas de quase todos os bairros negros da África do Sul já é de longe a mais longa greve de toda a história do país. Essa situação tem todas as chances de prolongar-se pelo menos até julho próximo, quando será comemorado o décimo aniversário da rebelião estudantil de Soweto. O movimento, que engloba desde crianças de cinco anos até adolescentes de 15, está provocando um colapso total no sistema educacional criado pelo apartheid nas áreas negras, constituindo a mais bem organizada forma de resistência ao regime racista desde o início da insurreição popular, em setembro de 1984.

Mais de mil alunos, alguns com menos de sete anos de idade, já foram presos pela polícia. Originalmente o boicote às aulas surgiu em protesto contra as pés-



Jovens negros: boicote às aulas

simas condições de ensino nas escolas negras mantidas pelo governo, que gasta anualmente 560 dólares por aluno branco, enquanto dedica apenas US\$ 60 a cada estudante negro. Nos chamados bantustões, os gastos estatais com a educação são ainda menores, correspondendo a apenas 45 dólares anuais por crianca.

Inserido no contexto dos protestos da maioria negra contra o apartheid, o movimento estudantil tornou-se político e hoje os estudantes condicionam o regresso às aulas ao fim do estado de emergência, à libertação dos presos, à legalização do Congresso Sul-Africano de Estudantes (CO-SAS - proscrito), à retirada da polícia dos bairros negros e à criação de conselhos escolares democráticos. Em vez de frequentarem as aulas, os garotos de bairros como Soweto, Crossroads, Alexandra e Uithagen passam hoje o dia dedicados inteiramente à luta contra a polícia, à vigilância contra os agentes do governo e servindo de "pombos-correio" para as organizações populares, que desde setembro de 84 se constituíram num verdadeiro poder autônomo nas townships (favelas) da África do Sul.

A polícia tentou forçar os alunos a voltar às aulas, chegando ao ponto de considerar criminosos todos os meninos com menos de dez anos que fossem apanhados nas ruas em horário escolar. A repressão fracassou e os organizadores do boicote saíram fortalecidos, adotando atitude ainda mais desafiadora em relação aos policiais brancos. Principalmente na cidade do Cabo, o movimento de alunos negros atingiu características quase paramilitares. O Congresso Nacional Africano (ANC), a maior organização negra na luta contra o racismo, quer tornar todas as townships incontroláveis pelo apartheid. Este objetivo ainda não foi alcançado totalmente, mas até mesmo as autoridades brancas já reconhecem que as escolas destinadas aos africanos estão escapando ao seu controle.

Zimbábue prepara cúpula dos Não-Alinhados

Todos os ministérios do Zimbábue foram mobilizados a partir de janeiro para preparar a infra-estrutura necessária à realização da conferência de chefes de estado do Movimento dos Países Não-Alinhados, no segundo semestre deste ano. Vinte sub-comitês especializados foram criados para providenciar alimentos e acomodação para as delegações estrangeiras que estarão presentes à 87 reunião de cúpula do movimento.

O prédio onde serão realizadas as reuniões plenárias da Conferência, em Harare, capital do país, está pronto e já foi inaugurado. Tem capacidade para 4.500 conferencistas, além

de uma conveniente infra-estrutura de comunicação, para uso dos jornalistas, e um sistema eletrônico de informação sobre o andamento das discussões.

Está prevista a construção de 32 residências especiais para chefes de governos estrangeiros, além da adaptação de hotéis para acomodar presidentes. primeiros-ministros e monarcas. As residências ficarão prontas até junho. O Zimbábue pediu auxílio a vários países para fornecimento de know how técnico, equipamentos, assessoria e financiamento. Esta será a maior e mais importante reunião diplomática já realizada no país, que chegou à independência há apenas seis anos, após uma longa guerra contra o colonialismo e o racismo.

Sudão: a crise da Constituinte

O governo do Sudão anunciou a data da primeira reunião da nova Assembléia Constituinte antes de revelar o dia em que os 272 delegados seriam eleitos. O estranho procedimento alimentou uma verdadeira avalanche de dúvidas e suspeitas, mais tarde transformadas em protestos generalizados, ao serem divulgadas as normas propostas pelo Conselho Militar Transitório (CMT) para as primeiras eleições no Sudão nos últimos 17 anos.

Segundo os planos do CMT, aprovados pelo Conselho de Ministros, 247 deputados serão eleitos com base em critérios geográficos e outros 25 serão escolhidos nas universidades e estabelecimentos de ensino. Como o país está em guerra civil, ficou

também claro que a votação será realizada apenas na parte norte, controlada pelo governo, o que significa que será mantida a atual divisão geopolítica do Sudão.

As resoluções do governo provocaram uma profunda crise, já que os partidos tradicionais, em sua maioria de tendência islâmica, aprovaram as normas impostas pelo CMT, que favorecem o controle da Assembléia Constituinte por organizações como o partido Umma, o Partido Unionista Democrático e a Frente Nacional Islâmica. Já os partidos menores, em sua majoria de tendência socialista, bem como os sindicatos, são radicalmente contrários às medidas, porque terão uma representação mínima devido à distribuição territorial dos eleitores. Estes partidos e sindicatos estão agrupados numa frente conhecida como Forças Modernas (FM), que teve um importante papel na derrubada do governo do general Gaafar Numeiry e na ascenção ao poder do CMT.

A esquerda sudanesa afirma que se a Constituinte for organizada como quer o governo atual, ela repetirá a situação criada em 1969, quando a renovação do Parlamento foi controlada pelo regime e serviu de pretexto, meses mais tarde, para que Numeiry desse um golpe de Estado. Para os partidos do sul, especialmente para a Frente de Libertação do Sudão, que controla 2/3 da parte meridional do país, as eleicões serão "uma farsa".

A exclusão dos partidos sulistas na nova Constituinte certamente manterá sem alteração as causas da guerra civil, já que a Frente de Libertação exige o fim da dominação política e militar do norte.

Angola: mudanças no Gabinete

Em decorrência das alterações na direção do MPLA e da nova orientação adotada no 29 Congresso do MPLA — Partido do Trabalho, realizado em dezembro passado, o presidente José Eduardo dos Santos efetuou várias modificações em seu ministério e em outros cargos executivos.

Antonio Henriques da Silva, que ocupava o cargo de viceministro do Planejamento, foi nomeado ministro da mesma pasta; Fernando José Dias França Van-Dunen, até agora vice-ministro das Relações Exteriores, assumiu o Ministério da Justiça. Kundi Paihama deixou as funções de Comissário Provincial de Benguela para assumir o Ministério da Inspeção e Controle Estatal, recentemente criado.

Pedro de Castro Van-Dunen "Loy" passou do Ministério da Energia e Petróleo para o também novo Ministério da Esfera Produtiva. Diogo Jorge de Jesus ficou com o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Maria Mabo Café — que fora eleita membro do Birô Político do MPLA no último congresso — ocupa pela primeira vez um cargo de governo, no Ministério da Esfera Econômico-Social, também recentemente criado.

Julião Mateus Paulo "Dino Matross", que acumulava as funções de ministro da Segurança e de secretário do Comitê Central do MPLA para Assuntos Jurídicos e Estatais, foi exonerado do ministério para desempenhar, em tempo integral, as tarefas partidárias.

Fernando da Piedade Dias dos Santos, membro do Comitê Central do MPLA, deixou as funções de vice-ministro do Interior para ocupar o cargo de vice-ministro de Segurança do Estado. Enquanto não for designado o novo titular, Dias dos Santos chefiará uma comissão diretamente subordinada ao presidente José Eduardo dos Santos para tratar dos assuntos referentes à pasta.

Manuel Bento passou a ocupar a Secretaria de Estado para os Antigos Combatentes, deixando as funções de juiz do Tribunal Popular Revolucionário. Lopo do Nascimento, até agora ministro do Planejamento, foi nomeado comissário provincial de Huila, no lugar de Rafael Sapilinha Sambalanga, transferido para o cargo de Lunda-Sul. Abílio Augusto de Almeida Gomes é o novo viceministro do Comércio Exterior e Norberto Fernando dos Santos o comissário provincial de Lunda-Norte.

A armadilha do petróleo barato

A acentuada queda dos preços do petróleo registrada no final de 1985 e no começo de 1986 significa um retrocesso importante na tentativa de países do Terceiro Mundo unirem forças para controlar a oferta e, consequentemente, também os preços de uma matéria-prima fundamental para os países ricos. Quando, em 1973, 13 países exportadores de petróleo se juntaram para formar a Opep, estavam pela primeira vez contrariando o estatuto da dominação econômica mundial dos países capitalistas industrializados sobre as nações subdesenvolvidas, através da determinação dos níveis de produção e dos preços das matérias-primas.

Esta relação entre o centro e a chamada periferia é estruturalmente desigual, já que os termos de intercâmbio mostram a longo prazo uma deterioração contínua dos preços das matérias-primas em relação aos produtos industrializados. É uma partilha desigual da atividade econômica, que provoca a perpetuação do dualismo desenvolvimento/subdesenvolvimento.

A Opep desafiou este esquema e abriu um precedente para que a mesma união de forças e interesses fosse adotada em outras matérias-primas. Contudo, serviu também para que os países ricos adotassem estratégias energéticas coordenadas, com o objetivo de acabar com o espaço político e econômico conquistado pelos exportadores de petróleo. A Opep já perdeu algumas batalhas, mas é prematuro dizer que perdeu a guerra. É um fato público que os membros da organização, ao longo dos últimos quatro anos, deixaram de ter o controle da oferta de petróleo e, consequentemente, também dos preços. Mas, apesar disto, os adversários da Opep não conseguiram eliminá-la e nem substituí-la.

Independente do que venha a acontecer futuramente na guerra entre exportadores e consumidores de petróleo, o certo é que a queda dos preços dos combustíveis está provocando grandes transformações tanto no campo da energia quanto no da economia mundial. Os preços do

petróleo caíram em mais de 30% desde meados de 1985 até o começo de 1986, enquanto os preços das demais matérias-primas caíram em 11%. À soma destes dois fatores há que se acrescentar a redução da demanda mundial de matérias-primas que enfraqueceu ainda mais as economias dos países subdesenvolvidos. Esse processo contribuiu para que as dívidas externas alcançassem cifras alarmantes e o Terceiro Mundo assistiu impotente ao surgimento de pressões enormes contra suas aspirações de desenvolvimento e menor dependência em relação aos grandes centros capitalistas.

A recessão mundial provocou danos e prejuízos consideráveis às grandes potências ocidentais. Mas elas acabaram se recuperando lentamente, se bem que de maneira desigual. As nações do sul não apenas sofreram perdas muito maiores, como agora na fase da reorganização da economia capitalista verificam que a dependência está aumentando e a relação com o norte industrializado se tornou ainda mais desfavorável. Isto se expressa em fatos como a nova Lei de Comércio dos Estados Unidos e no Plano Baker. Ambos procuram implantar, através de represálias comerciais e de empréstimos do FMI ou do Banco Mundial, um sistema mundial ainda mais aberto à penetração de empresas transnacionais sob a hegemonia norte-americana. Em síntese, os países subdesenvolvidos necessitam vitalmente de um aumento de suas exportações, bem como receber novos créditos, para evitar o colapso dos seus programas de desenvolvimento e a bancarrota financeira no pagamento da dívida externa. É neste quadro que os Estados Unidos condicionam a importação de produtos do Terceiro Mundo e a concessão de novos empréstimos à abertura total destes países, que devem deixar de lado todas as medidas de proteção dos interesses nacionais, facilitando o ingresso de capitais e produtos manufaturados estrangeiros. Como os países subdesenvolvidos têm uma industrialização incipiente e incapaz de competir com as nações avançadas, surgem as

condições para a implantação do sistema que os técnicos chamam de ''nova racionalidade'', e que no fundo não passa de um intercâmbio ainda mais desigual entre ricos e pobres.

O que está em jogo é o projeto norte-americano de sair da crise recessiva apoiando-se nas crescentes necessidades de crédito e de aumento das exportações surgidas no Terceiro Mundo, em conseguência da mesma recessão, a mais profunda

e duradoura desde o pós-guerra.

Na conjuntura atual, um petróleo barato favorece o crescimento econômico das potências capitalistas sem que esta expansão se traduza num melhoramento sensível dos preços de outras matérias-primas, salvo algumas poucas exceções. A queda das cotações dos combustíveis significará também uma enorme transferência de recursos financeiros para o norte. A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne os países ricos, calculou que uma baixa de 30% no preço do petróleo significará uma economia de 50 bilhões de dólares para as nações capitalistas industrializadas. Comentando este fato, o jornal Financial Times lembrou que os três países exportadores de petróleo mais endividados (México, Nigéria e Venezuela) pagam por ano só de juros com suas dívidas externas. a soma de 15 bilhões de dólares.

A desvalorização do petróleo coloca então os exportadores endividados numa situação dramática, pois torna quase impossível o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos com bancos internacionais e o FMI. Isto dá aos credores mais condições para montar operações de "socorro", concedendo-lhes novos empréstimos que contribuem para aumentar a dependência econômica. Este mesmo mecanismo poderá ser usado no caso de alguns devedores simplesmente se declararem falidos, fato que poderia repercutir nos Estados Unidos, provocando uma quebra em cadeia dos bancos médios e pequenos que emprestaram dinheiro a países do Terceiro Mundo.

O petróleo barato é uma faca de dois gumes para os consumidores. Para países como Arábia Saudita e seus aliados do Golfo, responsáveis pelo aumento da produção com a consequente superoferta e queda dos preços, a medida visa a forçar os exportadores não-membros da Opep, como Inglaterra e Noruega, a reduzir a produção de

comum acordo com os outros produtores. Esta estratégia é duvidosa, pois a guerra de preços poderá continuar por muito tempo, fazendo com que os países ricos economizem quantidades crescentes de dinheiro que seriá gasto com a importação de combustíveis. Com isto as nações da OCDE aumentariam o consumo, tornando antieconômicos investimentos na economia de energia ou fontes alternativas de combustíveis, assim como a exploração das jazidas com custos mais elevados, na região da própria OCDE. Estimativas dessa organização dizem que uma queda de 30% nos preços aumentará o consumo mundial a longo prazo entre 15 e 25%, o que se traduziria numa duplicação das exportações de países da Opep. Um aumento de 15% no consumo, segundo a OCDE, significaria uma elevação de 33% na procura do petróleo exportado pela Opep.

Este cenário, possível de concretizar-se a longo prazo, acabaria beneficiando apenas a Arábia Saudita e Emiratos do Golfo que devido à pouca população, elevadas reservas financeiras e baixos custos de extração, bem como enormes reservas, teriam condições de sobreviver ao período da baixa acentuada nos seus rendimentos. Os outros exportadores de petróleo, especialmente na América Latina, Ásia e África, teriam que enfrentar a escolha entre a moratória ou a "nova

racionalidade".

Por tudo isto, fica fácil perceber-se que a queda dos preços do petróleo se encaixa numa estratégia coerente e global dos países ricos de tirar o melhor proveito possível da crise. Este projeto afeta todo o Terceiro Mundo, e mostra que os recursos auferidos com a economia nos gastos de importação de combustíveis permitirão aos países ricos cooptar as nações subdesenvolvidas que aceitarem a "nova racionalidade" ou punir aquelas que resistirem à entrega de sua autonomia econômica.

Neste contexto, os países do Terceiro Mundo têm ainda em suas mãos uma grande arma: o não-pagamento coordenado da dívida externa ou a renegociação conjunta dos termos desta mesma dívida. Esta parece ser a única maneira de escapar da asfixia econômica e política, pois cada país que tentar negociar isoladamente será envolvido numa teia que progressivamente o enredará até esmagá-lo.





A paz em questão

O mais audacioso processo de negociação entre um governo e a guerrilha que o combate está ameaçado

Estamos em guerra e o povo colombiano, por momentos, dá a impressão de viver nas nuvens e não compreender a realidade". Esta afirmação do ministro da Defesa, general Miguel Vega Uribe, reflete nitidamente o pensamento das forças armadas em relação à situação do país, enquanto a iniciativa de paz do presidente Belisário Betancur sofreu uma deterioração difícil, senão impossível, de reverter.

Durante 1985, o processo de pacificação vivido na Colômbia — inédito em seu gênero na América Latina onde o governo optou pelo diálogo e a negociação como solução para 30 anos de atividade guerrilheira — passou por um notório desgaste. As constantes críticas da direita a esse processo, a insistência quanto à aplicação de medidas repressivas "para evitar que o comunismo se apodere do país", e a firme oposição dos militares aos acordos com a guerrilha enfraqueceram a posição do presidente, dificultando a real pacificação do país.

Paralelamente, a resistência dos partidos políticos e de suas representações no Parlamento às iniciativas governamentais, desvirtuando seu propósito original, junto às campanhas de desinformação e os insidiosos editoriais da imprensa tradicional, terminaram criando as condições para que prevalecessem as fórmulas militaristas de "boa pontaria e terra arrasada", que o presidente tão duramente criti-

Sem dúvida, como pano de fundo dessa situação atuam as condições econômicas do país, manifestadas pelos altos índices de inflação, o baixo poder aquisitivo dos salários, um elevado déficit fiscal e a recusa dos banqueiros internacionais em conceder novos créditos sem o aval do FMI, que levaram o governo a adotar um "plano de estabilização" com graves consequências para os setores populares. As tensões geradas no campo social servem de justificativa para o não-cumprimento das medidas acertadas nos pactos de paz, como ficou evidenciado por um dos ministros do governo quando declarou cruamente "ser difícil fazer a paz sem dinheiro".

O militarismo se impõe

Com o surgimento dos primeiros atritos, o combate inicial entre a presidência e os militares foi vencido por Betancur, quando destituiu o ministro





da Defesa, Fernando Landázabal, por suas constantes e agressivas críticas ao processo de paz. Naquela ocasião, o presidente foi enfático com o ministro Arturo Matamoros, sucessor de Landázabal, ao lhe revelar que a exigência de a guerrilha entregar suas armas não fazia parte dos acordos.

No entanto, Betancur foi perdendo terreno progressivamente diante das pressões dos setores econômicos e políticos que reivindicavam, unanimemente, maior rigor no combate à "subversão". A primeira grande derrota do presidente ficou configurada com a nomeação, em janeiro de 1985, do general Miguel Vega Uribe para o Ministério da Defesa, em substituição ao falecido Matamoros.

Ainda que Betancur o tenha chamado de "ministro da paz", Vega Uribe tinha participado de tarefas de repressão e de violação dos direitos humanos e uma clara posição contrária aos acordos com a guerrilha. Com a tese de que "não há territórios proibidos à ação das forças armadas", o novo ministro gerou uma sucessão de provocações e confrontos que puseram por terra os acordos assinados entre o governo e o M-19.

Segundo um informe confidencial da revista mexicana Proceso, baseado em altas fontes militares colombianas, "Vega Uribe e o ex-presidente Turbay Ayala planejaram uma estratégia para intimidar o presidente antes que ele atuasse e consolidasse seus General Miguel Vega Uribe

seguidores nos altos comandos militares", cujo objetivo era o de evitar incômodas acusações públicas e, paralelamente, reiniciar uma ofensiva contra-insurgente que abandonava a política de paz empreendida por Betancur. A publicação mexicana identifica os generais Vega Uribe, ministro da Defesa; Manuel Guerrero, da Escola Superior de Guerra, e Hernando Díaz Sanmiguel, como membros de um triunvirato encarregado de levar adiante a política belicista no interior do governo e das forças arma-

Os acontecimentos se precipitaram com a realização de uma paralisação nacional de protesto, em 10 de junho, e com uma sentença do Conselho de

> Estado ante uma denúncia de torturas durante o governo Tur-8bay Ayala. A ilegalidade da greeve, diante do anúncio de ações guerrilheiras generalizadas, com a consequente militarização do país, aproximou o presidente Betancur e as forças armadas. Por sua vez, a polêmica desencadeada pela decisão do Conselho de Estado, que solicitava ao Congresso e ao Tribunal Superior Militar uma investigação sobre o ex-presidente e outras autoridades de seu governo, fez com que se chegasse a pedir a renúncia do próprio Vega Uribe. O ministro ignorou as acusações, afirmando tratar-se de "táticas da subversão para desmoralizar as forças armadas", e Betancur o



apoiou, confirmando-o no cargo.

Na abertura das sessões do Congresso, em 20 de julho, o presidente sustentou em seu discurso a compatibilidade da pregação da paz com as medidas de força, demonstrando claramente que as condições para a continuidade do processo de paz eram diferentes das iniciais. "A principal e última finalidade que o governo persegue, quando trata com a subversão, implica em procurar desarmá-la, em todos os sentidos da palavra", advertiu Betancur. E, segundo algumas declarações do ministro do governo, agora se impunha um caminho intermediário que combinasse o diálogo com a ação militar.

Para o analista político Eduardo Pizarro, o governo e os militares passaram a aplicar uma política seletiva, que consiste no prosseguimento das negociações com as Farc, enquanto objetiva o aniquilamento do M-19. Em outras palavras, segundo o editorial do diário El Espectador, "é melhor ter apenas um inimigo à vista, declarado, agindo abertamente, do que vários ao mesmo tempo dispersando aqui e ali as forças militares da ordem constituída".



O governo tentaria dividir a guerrilha em várias frentes

20 - terceiro mundo

As causas do fracasso

As propostas de reformas formuladas pelo "Diálogo Nacional", e acertadas com o M-19, apesar de suas limitações, fracassaram diante da oposição dos partidos Liberal e Conservador, das associações de empresários e, por último, da negativa do poder legislativo em assumi-las. Por outro lado, o que havia sido concebido inicialmente como um grande foro nacional converteu-se num debate a portas fechadas, que por sua heterogeneidade e pouca clareza de objetivos produziu escassos resultados.

Das sete comissões que tratariam de igual número de temas (reforma política, urbana, educativa, agrária etc.) apenas a da reforma agrária prosperou, com critérios relativamente avançados, mas mutilada em sua essência quando foi entregue ao governo para tramitação no Parlamento. Ficou comprovada assim a afirmação de um funcionário do Instituto de Reforma Agrária (Incora), demitido sumariamente há alguns meses, de que era impossível "que num Congresso de latifundiários prosperasse qualquer iniciativa conduzindo a uma reforma agrária".

Outro aspecto que contribuiu para tumultuar o quadro e gerar decisões precipitadas e mesmo criar um clima adverso para os acordos, foi a forma adotada pelos meios de comunicação para informar a população sobre o processo de paz em curso, usando seus próprios critérios ou simplesmente atuando como meros instrumentos da ação psicológica das forças armadas. No prólogo do livro "La guerra por la paz", do jornalista Enrique Santos Calderón, Gabriel García Marquez descreveu a situação dessa maneira: "Certo. Era o caos. Na confusão das acusações recíprocas, nunca se soube com certeza quem disparou o primeiro tiro que rompeu a trégua, nem quem começou uma batalha qualquer...". A opinião pública, incapaz de compreender as coisas com clareza, deixou-se vencer pelo tédio e a prioridade da paz foi substituída pela prioridade do desencanto. Talvez, no meio de tanta treva, a única verdade era que os dois lados mentiam por interesse, por tática, por conveniência, por ignorância, por responder simplesmente uma mentira com outra, até mesmo pela repugnância de viver entre tantas mentiras. Porém, no final, o resultado era idêntico: todo mundo mentia. No entanto, teria que haver uma pergunta essencial: em quem o governo acreditava?

O papel da comissão de sindicância foi anulado, pois ninguém prestou atenção às suas atas, que poderiam lançar alguma luz a respeito. Um membro dessa comissão, Alvaro Leyva, reiterou em várias oportunidades que se desse ampla divulgação às atas e afirmou que os militares eram "uma roda solta no processo da paz".

A campanha eleitoral

Pouco a pouco, o clima eleitoral foi se impondo através dos meios de comunicação e ganhou as ruas das cidades colombianas, com seu característico "carnaval" de cartazes e panfletos coloridos, carros com alto-falantes barulhentos e comícios políticos apaixonados. Dos 27 milhões de colombianos, calcula-se que apenas nove milhões votarão em 9 de março para eleger 112 senadores, 199 deputados, 421 legisladores provinciais (estaduais) e cerca de 66 mil vereadores.

Simultaneamente, são travados intensos combates entre o exército e as forças guerrilheiras em algumas zonas rurais. Em uma região montanhosa da província do Cauca, 650km a sudoeste de Bogotá, efetivos do governo enfrentavam o "Batalhão América", formado por membros da CNG. Por outro lado, na cidade de Barrancabermeja, a 500km ao norte da capital, aumentava o êxodo de camponeses expulsos pelos combates entre o exército e as Farc.

As forças armadas da Colômbia puseram em marcha um dispositivo de segurança denominado "Plano Democracia 86", com o objetivo de "garantir a normalidade das eleições legislativas e municipais", para cuja execução foram convocados novamente para o serviço militar cinco mil reservistas. Além disso, a polícia decidiu adquirir uma importante quantidade de armamentos e material anti-subversivo, "em vista da grave situação de segurança que vive o país".

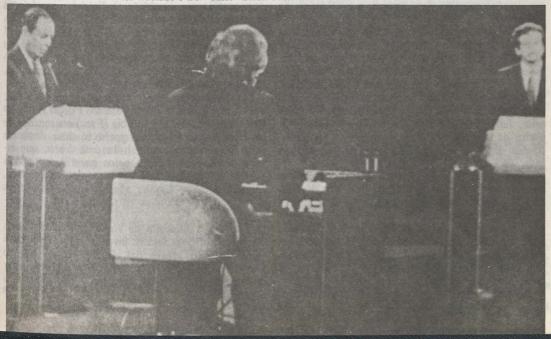
A nível dos partidos tradicionais, o Partido Conservador e o Partido Liberal — chamado Liberal Oficial desde o surgimento do Novo Liberalismo —, a disputa eleitoral não apresentava mudanças básicas. A grande novidade consistia nos debates pela TV, ao estilo das campanhas norte-americanas, nas quais os candidatos põem à prova os seus talentos teatrais para apresentar as propostas definidas por seus assessores de "marketing".

De qualquer forma, alguns comentaristas políticos indicavam a crescente desintegração política e programática desses partidos, que se evidencia pela quantidade de candidatos — em torno de 170 mil inscritos — onde as idéias e as propostas de governo davam lugar a uma desenfreada luta personalista pelos cargos públicos. Um ex-ministro e político de longa trajetória chegou a estimar em 30 milhões de pesos o custo da campanha para conseguir uma cadeira no Senado.

A trégua continua até agosto

Os candidatos a presidente da República, Alvaro Gómez Hurtado, pelo Partido Conservador, e Luis Carlos Galán, pelo Novo Liberalismo, protagonizaram um debate pela televisão em meados de fevereiro que provocou um desencanto generalizado pela rigidez do esquema utilizado para o

Os candidatos Alvaro Gómez Hurtado e Luis Carlos Galán durante o debate na TV: ao estilo norte-americano





Alvaro Gómez, candidato do Partido Conservador

confronto. O candidato do Liberalismo Oficialista, Virgilio Barco Vargas, aproveitou essa circunstância para justificar a sua ausência e dizer que "na realidade não houve nenhuma briga de galos".

Enquanto isso, a União Patriótica, apoiada pelas Farc e pelo Partido Comunista, mantinha a sua campanha eleitoral nos limites da trégua pactuada entre o governo e o movimento guerrilheiro. O presidente da Comissão de Paz, John Agudelo, anunciou a prorrogação do cessar-fogo até o próximo dia 7 de agosto, data em que o vencedor das futuras eleições de maio deve assumir a presidência da Colômbia.

Em 4 de fevereiro, a União Patriótica anunciou a mudança do seu candidato presidencial, substituindo o comandante Jacobo Arenas pelo advogado e dirigente sindical Jaime Pardo. A substituição de Arenas foi justificada pela sua impossibilidade de comparecer às praças públicas, diante das contínuas ameaças de morte por parte de setores da direita. Jaime Pardo era magistrado do Tribunal Superior de Bogotá até 1985, quando não foi reeleito por dirigir o sindicato nacional de empregados judiciais.

Paralelamente, dirigentes do Partido Liberal e do Partido Conservador, ao qual pertence o presidente Belisario Betancur, tornavam mais acirradas as críticas às alianças de seus correligionários com agrupações regionais da União Patriótica. A eles aderiram vários chefes eclesiásticos, incluindo o secretário-geral da Celam, monsenhor Darío Castrillón, classificando essas alianças de "perigosas" e "não-convenientes para a Nação".

"A União Patriótica tinha todo o direito de pro-



Luis Carlos Galán: o Novo Liberalismo

por as alianças. Outra coisa é que os chefes dos partidos tradicionais as tenham aceito sem pensar no futuro", declarou monsenhor Pedro Rubiano, arcebispo de Cali. Para monsenhor José Pimiento, da Arquidiocese de Manizales, as alianças eram "um sinal de fraqueza dos partidos que, para se fortalecer, tiveram que apoiar-se em movimentos que acabam de surgir e que não são convenientes para a Nação".

Os demais grupos guerrilheiros, que compõema Coordenadora Nacional Guerrilheira (CNG), mantiveram-se à margem do processo de pacificação, convocando a população a boicotar as eleições legislativas de março e as presidenciais de maio. A operação realizada pelo "Batalhão América" na província do Cauca foi qualificada pelo exército como "a maior ação subversiva dos últimos tempos", obrigando as forças oficiais a usar canhões, tanques e aviões caça-bombardeiros Mirage.

As tropas do governo iniciaram, por sua vez, uma ação contra a 24ª frente das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em meados de fevereiro, usando como pretexto uma denúncia feita pela transnacional holandesa *Shell*, que estaria sendo extorquida pelos guerrilheiros. Mais de três mil camponeses dos municípios de Yondo, Cuatro Bocas e Casabe abandonaram suas terras para fugir dos choques entre o exército e a guerrilha.

Embora a escalada de violência causada pelos conflitos militares faça os diversos setores políticos temerem pelo futuro das eleições, o governo do presidente Belisario Betancur insistiu em confirmar que não serão feitas mudanças no calendário eleitoral.

Direitos humanos continuam sendo violados

situação dos Direitos Humanos na Colômbia durante a gestão de Belisario Betancur é grave, ao contrário do que se poderia pensar de um governo que reiteradamente proclamou respeitá-los e defendê-los.

Em 1985, foram divulgados relatórios de organizações humanitárias nacionais e internacionais que acusam as forças armadas de torturas, assassinatos, desaparecimentos e massacres, desvendando as suas ligações com grupos paramilitares que, apesar das denúncias e investigações, continuam atuando impunemente em todo o país.

Os sacerdotes Alvaro Ulcué (indígena colombiano), Daniel Guillard (francês), e Irne García (pastor negro); o advogado e membro do Comitê Permanente pela Defesa dos Direitos Humanos, César Florez; Jaime Bronstein, assessor legal do Comitê Regional Indígena do Cauca (Cric); os dirigentes camponeses Guillermo Tichjen e Angel Tolosa; o porta-voz político do Exército Popular de Libertação (EPL), Oscar William Calvo; vários membros da União Patriótica, da organização política das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc); e dezenas de anistiados e líderes civis, camponeses e populares, engrossam a lista de assassinados e desaparecidos na escalada de "repressão seletiva" que envolve o exército e organizações paramilitares.

Povoados e bairros inteiros sofreram "operações pente-fino" que deixaram inúmeras vítimas na população civil, como no caso de Siloé, bairro popular de Cali, no ocidente do país. Em muitos casos, civis não-engajados no confronto entre o exército e a guerrilha são mortos e, posteriormente, como justificativa se colocam junto aos cadáveres armas ou distintivos das organizações rebeldes.

Casos de execuções sumárias acontecem com

frequência, como o denunciado pelo Procurador Geral, Carlos Jiménez em seu relatório anual: "Fatos de 30 de setembro em Bogotá... Nessa data, 246 membros da Polícia Nacional repeliram grupos subversivos, ao que parece do M-19, em incidentes resultantes de um assalto a um caminhão distribuidor de leite, com um saldo de onze civis mortos e vários policiais feridos. A investigação da Procuradoria Geral, dirigida pelos procuradores designados para a Polícia Nacional e a Polícia Judiciária, apurou que entre os civis mortos, uns foram exterminados com disparos feitos a menos de um metro de distância e outros, inclusive, quando se achavam caídos no chão. Assim, indica não só a prova testemunhal mas também a prova técnica realizada".

A situação dos presos políticos

Um relatório confidencial da Cruz Vermelha Internacional entregue ao governo colombiano em setembro de 1985, com base em três visitas de uma comissão da entidade realizadas entre 1983 e 1984 a algumas prisões, afirma que "das 50 pessoas detidas recentemente e com as quais os delegados se encontraram sem testemunhas, 35 (70%) queixaram-se de ter sido vítimas de brutalidades, maus tratos graves e inclusive torturas, infligidas nos lugares de detenção provisórios e centros de interrogatório dependentes das forças militares".

Continuam os desaparecimentos

O relatório anual do Procurador afirma: "Até outubro deste ano (1985), oficialmente a Procuradoria teve conhecimento do desaparecimento de 344 pessoas, no desenrolar das investigações foram encontradas 71 com vida, 67 mortas, desconhecendo-se o paradeiro de 206, sobre as quais se continua investigando... Os resultados anteriores indicam um aumento de aproximadamente 129% de desaparecidos com relação ao relatório feito em outubro de 1984, que apresentava uma cifra de cerca de 150 pessoas desaparecidas no país."

Por seu lado, a Associação de Familiares de Detidos e Desaparecidos (Asfades) e a Comissão Permanente de Direitos Humanos, de acordo com denúncias recebidas afirmam que o número de desaparecidos é superior a 540. Mas pode ser muitíssimo maior pois, como assinala o presidente da comissão, o ex-chanceler Alfredo Vásquez Carrizosa, "a verdade é que se podem fornecer cifras mínimas, mas não as máximas sobre este novo gênero de criminalidade. Parentes e amigos se sentem ameaçados com o simples fornecimento às autoridades das pistas oficiais".



Reunião da Comissão de Paz e das Farc em Uribe



Assembléia da União Patriótica, preparatória da campanha eleitoral

às urnas

epois de anos separadas por diferenças teóricas, práticas e táticas, as organizações guerrilheiras colombianas estão passando por alterações significativas, tanto em sua atuação política como em suas relações mútuas, em consequência do processo de diálogo e negociação iniciado pelo presidente Belisario Betancur. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), juntamente com o Partido Comunista, criaram a União Patriótica para desenvolver uma ação política legal, com o objetivo de ganhar posições no plano institucional. Apesar das contínuas provocações e violações de fato da trégua, as Farc são a única organização guerrilheira que se mantém fiel aos acordos com o governo.

Uma "frente de convergência nacional"

A 26 de março de 1985, quando transcorreu o primeiro aniversário da trégua pactuada entre as Farc e o governo, no contexto de uma simbólica

As Farc: O movimento guerrilbeiro mais antigo do país das montanhas se reorganiza para disputar as eleições

> reunião na cidade de La Uribe, local onde foram assinados os acordos de paz, a organização guerrilheira anunciou sua incorporação à luta política e institucional mediante a criação da União Patriótica. Estavam presentes à reunião, representantes do governo, dos partidos políticos e das associações empresariais, além de convidados especiais como o general reformado José Joaquín Matallana e uma delegação do estado maior das Farc.

> Em documento entregue aos assistentes, as Farc denunciavam as reiteradas investidas do exército regular contra as suas frentes em trégua e exigiam do governo o cumprimento das reformas pleiteadas nos acordos. "Seria muito fácil para as Farc - declaravam - recomeçar a guerra, respondendo às provocações do exército. Mas não faremos isso enquanto houver sinais que mostrem caminhos civilizados para a disputa do poder".

> Segundo as Farc, a União Patriótica pretende ser uma "grande frente de convergência nacional para buscar as mudanças que o país precisa". Por sua vez, o máximo comandante da organização, Manuel Marulanda Vélez¹, confirmou a decisão de

24 - terceiro mundo



A direção nacional da União Patriótica: agora enfrentando as urnas

recorrer às vias institucionais no prosseguimento da ação política. "Se já tivéssemos nesta campanha a força suficiente, tomaríamos o poder. É justamente isso o que procuramos", destacou o dirigente.

Nos meses seguintes, a União Patriótica começou uma campanha proselitista a nível nacional, realizando passeatas em diversas cidades como apoio a mobilizações camponesas e populares. Ao mesmo tempo, dirigentes do Partido Comunista e lideranças jovens das Farc, em nome da União Patriótica, estabeleceram conversações com partidos políticos, associações empresariais e personalidades de diversos setores.

Enquanto isso, dirigentes políticos liberais e conservadores e porta-vozes empresariais e das forças armadas denunciavam insistentemente a existência de um "proselitismo armado", reiterando a exigência de "entregar as armas como garantia de que o processo eleitoral estará livre de pressões". Entretanto, o presidente da Comissão de Paz, John Agudelo Ríos, reconheceu que "apesar das dificuldades, a trégua foi cumprida pelas 27 frentes dessa organização". E acrescentou: "Os fatos denunciados estão sendo esclarecidos em benefício do processo e esperamos dar passos fundamentais para que este se consolide".

A prorrogação da trégua

Antecipando-se ao fim do período de trégua, a 19 de dezembro as Farc propuseram ao governo a prorrogação do cessar-fogo por mais nove meses, juntamente com a fusão das comissões de paz, controle e diálogo, em uma só entidade representativa



Manuel Marulanda Vélez, o comandante "Tirofijo"

de todos os setores institucionais, políticos, econômicos, sindicais e populares, além do movimento guerrilheiro.

O presidente da Associação Nacional de Industriais (Andi), Fabio Echeverri, afirmou que a proposta era "um estratagema para manipular o parlamento". Monsenhor José Pimiento declarou que a União Patriótica era "uma ameaça para a democracia colombiana" e no Congresso proliferaram as denúncias contra as Farc por sequestro e atuação armada, renovando a exigência de que entregassem as armas.

"Não podemos entregar as armas - respondeu

¹ Manuel Marulanda Vélez, também conhecido pelo nome-de-guerra de "Tirofijo" devido à sua famosa pontaria, passou mais de 37 anos na luta armada e é o dirigente máximo de dez mil guerrilheiros das Farc.

Iván Márquez, porta-voz das Farc — porque não foi esse o compromisso e porque, se as entregássemos, outros colombianos as empunhariam, já que as reformas não foram concretizadas e permanece a situação de miséria e de opressão. O povo está sufocado pelos impostos e pela pobreza. A ampliação da trégua é necessária para que o Congresso se pronuncie sobre as reformas que o país está esperando com impaciência, procurando uma solução para esse estado de coisas?".

O presidente Betancur aceitou a fusão das comissões e criou a "Grande Comissão de Paz", enfraquecida desde o começo pela não-aceitação de vários dos indicados para integrá-la, que alegaram divergências com o processo de paz e com a gestão do presidente. A 14 de novembro, em Bogotá, com a presença de 2.500 delegados, o Congresso Nacional da União Patriótica proclamou a candidatura presidencial do comandante Jacobo Arenas. Poucos dias depois, Betancur se reuniu com a Comissão de Paz e autorizou a continuação do diálogo com as Farc.

Nos primeiros dias de 1986, a Comissão de Paz e as Farc divulgaram um documento de prorrogação da trégua, no qual se cogita a "desmobilização de algumas frentes, para que nas próximas eleições não haja grupos armados" e se proíbe o porte de armas e uniformes. "Estamos dispostos a dar uma contribuição valiosa para ter eleições em paz", disse Braulio Herrera, coordenador da União Patriótica. De acordo com denúncias das Farc, o exército e os grupos paramilitares são responsáveis pelo as-

sassinato de cerca de 200 militantes, tanto ex-guerrilheiros hoje inativos por causa da trégua quanto militantes legais da União Patriótica.

Rumo às eleições

Com vistas às próximas eleições legislativas de março, a União Patriótica estabeleceu, em várias regiões, alianças com setores liberais e conservadores, com o objetivo de "conter o militarismo e a violência, reafirmar a paz e consolidar a trégua". Essas alianças foram severamente criticadas pelos dirigentes nacionais desses partidos. O candidato presidencial conservador, Alvaro Gómez, considera-as antidemocráticas, alegando que "não é a mesma coisa reconhecer as forças do comunismo e darlhes todas as garantias necessárias e fingir que os comunistas são democratas, misturando as forças democráticas com os comunistas".

Ninguém espera que o candidato da União Patriótica, que ainda não desceu da montanha porque as condições de segurança não o permitiram, possa acabar eleito presidente da República nas próximas eleições de maio, mas os observadores acreditam que só o fato da maior guerrilha do país se lançar às praças públicas vai dividir em duas a história eleitoral do país. De qualquer forma, a preocupação dos dirigentes liberais e conservadores — que tradicionalmente dividiram entre si as instituições nacionais — com as alianças regionais, efetuadas pela União Patriótica, é um sintoma de que se podem produzir mudanças consideráveis.

Os reflexos da alta do preço do café

A alta do preço do café no mercado internacional e o aumento dos volumes de exportação permitiram à Colômbia renunciar à terça parte de um empréstimo jumbo de um bilhão de dólares, concedido no final do ano passado por um

A colheita do café



grupo de bancos de diversos países do mundo. Banqueiros colombianos qualificaram a medida de "prematura", pois acham que o governo – "ignora as verdadeiras necessidades do país em matéria de divisas".

As autoridades monetárias, por sua vez, advertiram sobre o perigo que o ingresso das divisas representa, já que um aumento brusco do fluxo de dólares "faria a inflação disparar devido ao excesso de meios de pagamento".

Os projetos para os quais foram contratados os créditos — ampliação de geração e da interconexão elétricas, financiamento de projetos das empresas estatais Colombiana de Petróleos (Ecopetrol) e Carvões da Colômbia (Carbocol), assim como outras obras sociais adicionais — continuam o seu desenvolvimento normal dentro dos termos previstos.

Devido às perdas da colheita cafeeira no Brasil, primeiro produtor mundial de café, a Colômbia, segundo produtor mundial, receberá este ano cerca de 1,6 bilhão de dólares adicionais. Cinquenta por cento das divisas colombianas provêm das exportações de café.





"O M-19 tem muito a dizer"

O porquê da tomada do Palácio da Justiça e a exigência de um amplo julgamento do governo

o interior da Cordilheira Central colombiana, o comandante-geral do M-19, Alvaro Fayad, concedeu esta entrevista, que cadernos do terceiro mundo publica com exclusividade, comentando os acontecimentos do Palácio da Justiça que abalaram o país. Transcrevemos a seguir uma versão resumida de suas declarações.

Por que o M-19 decidiu realizar uma operação como a tomada do Palácio da Justiça?

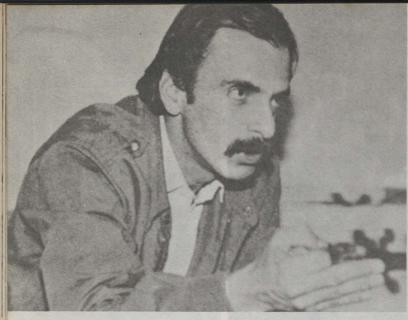
- Fomos ao Poder Judiciário — única reserva democrática e moral do Estado colombiano — para apresentar uma proposta nacional. Não estávamos contra a instituição jurídica do país, pelo contrário, apelávamos para ela. Se pouco se podia fazer sob estado de sítio e sob o poder crescente dos militares, se suas propostas de fortalecimento da justiça eram ignoradas, se suas denúncias e condenações relativas à política estatal eram postas de lado, o Poder Judiciário agora passaria a ser um fator essencial nas definições políticas. Era isto o que se pretendia com a operação "Antonio Nariño pelos Direitos do Homem".

Contudo, tomar o Palácio da Justiça pelas armas e fazer reféns é um ato terrorista...

Não houve reféns, porque não pretendíamos trocar ninguém por coisa alguma. Não havia nenhuma exigência em troca da vida de funcionários da Justiça. Eles eram o que são: juízes, magistrados. Nós apresentamos uma demanda, como cidadãos que têm o direito de exigir justiça. Não eram reféns e é óbvio que o governo, os militares e a oligarquia decidiram arrasar com eles porque não queriam que houvesse processo, nem demanda, nem acusadores ou juízes.

Falou-se de uma suposta aliança entre o M-19 e o tráfico de entorpecentes na tomada do Palácio.

— Isso é o que o coitado do Parejo González diz diante do seu fracasso como ministro da Justiça. Por isso é que se dedica a atacar o M-19, fazendo eco às posições do Departamento de Estado. O M-19 não tem nada a ver com o tráfico de drogas. O país sim, tem muito a ver com esse problema. É um problema nacional. Os senhores do Departamento de Estado e o ministro da Justiça devem esquecer que o narcotráfico era nosso objetivo ao di-



Alvaro Fayad, comandante do M-19: Reafirmamos a nossa exigência de democracia para a Colômbia

rigir-nos ao Palácio da Justiça: são muito grandes os problemas do país para que limitemos nossos objetivos, nossas vidas e nossos combates a essa questão.

O que significa para o M-19 o massacre das únicas pessoas que, dentro do aparelho de Estado, defendiam os valores democráticos?

– O que significou isso para o país? Queremos uma real democracia para a Colômbia.

O senhor não acredita que com a tomada do Palácio deu-se um pretexto ao exército, interessado na morte dos magistrados que condenaram seus generais e torturadores?

- O argumento de que a repressão existe porque a luta existe é um cavalo de batalha da passividade e do medo. Esta oligarquia não precisa de "pretextos". Qual foi o pretexto para militarizar as cidades e impedir a paralisação civil? Qual é o pretexto para assassinar os padres que trabalham com os pobres?

Atualmente, qual é o poder da Justica?

- Ela foi esmagada. O Parlamento nunca teve expressão ou atividade como setor independente e não representa nem 15% dos eleitores, além de estar coberto de imoralidade e dedicado ao esbanjamento do dinheiro pú- Luis Otero Cienfuentes, comandante

nada tem a fazer fora do que os chefes militares decidem. Sua autoridade política acabou. E agora liquidaram com o Poder Judiciário, já abalado e substituído pela justiça militar. Já não tem validade o que dizia Ileras Restrepo (ex-presidente da Colômbia), porque este país não está simplesmente embaralhado: ele desabou. Aqui a Suprema Corte pode condenar o ministro Vega Uribe como torturador e nada acontece. A nação conhece o significado destes vereditos. Por essa razão foi que recorremos ao Tribunal Superior da Justica. Por parte do exército; nunca existiram ações para resgatar o que eles chamam de "reféns". O tipo de ação militar não foi de resgate, foi de aniquilamento. O uso de tanques, roc-

kets, bombas incendiárias, cargas explosivas e gases implica a decisão de aniquilamento, de acabar com aqueles que estivessem ali sem importar quem fossem. Ficou a descoberto a decisão genocida da oligarquia. Mas não era isso o que procurávamos. Na Colômbia não é necessário demonstrar que os governantes são assassinos. O que procurávamos era reestruturar o processo de paz.

E isso não se conseguiu. . .

 O processo está em aberto, o que buscávamos está acontecendo. Existe um repúdio generalizado à decisão de aniquilamento. Oitenta por cento da população desaprovam a decisão de Betancur.



blico. O Executivo foi arrasado, da operação da tomada do Palácio

A Coordenação Nacional Guerrilheira

Culminando uma fase de aproximações e acordos, em setembro de 1985 o M-19, o Exército Popular de Libertação (EPL), o Exército de Libertação Nacional (ELN) e mais outros quatro grupos guerrilheiros constituíram a Coordenação Nacional Guerrilheira (CNG), com uma perspectiva que considera virtualmente encerrado o ciclo de diálogo com o governo e que se propõe a desenvolver ações conjuntas no plano militar.

Num primeiro momento, a proposta de diálogo do presidente Belisario Betancur foi aceita pelo M-19, estimulador de uma semelhante iniciativa durante o governo de Turbay Ayala, e pelas Farc. Por sua vez, o EPL, o ELN e a Frente Ricardo Franco (dissidente das Farc) a rejeitaram por considerá-la um "instrumento da burguesia para deter o movimento revolucionário e deter a luta de massas".

A convergência entre o M-19 e as Farc rompeu-se com a assinatura dos "Acordos de La Uribe", em março de 1984, criticado pelo M-19 "por representar uma solução para seus interesses (os das Farc), mas não os do povo". Paralelamente, a incorporação do EPL ao processo e seus acordos com o M-19 os levaram a constituir uma aliança, formalizada com a assinatura dos "Acordos de Corinto e Medellín".

Na primeira reunião nacional do movimento guerrilheiro, convocada para 25 de maio de 1985, com a ausência das Farc, por não concordarem com o convite feito à Frente Ricardo Franco, lança-se um manifesto unitário: "Nossas atuais diferenças são pequenas — explica a declaração — diante do grande dever de construir, apoiar e impulsionar uma nova coligação histórica para uma vitoriosa revolução".

Nas vésperas da Paralisação Cívico-Nacional, realizada a 10 de junho do ano passado, o ELN e os então surgidos Pátria Livre, Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), Comandos Indígenas Quintin Lame e a Frente Ricardo Franco convocaram conjuntamente a mobilização "para enfrentar diretamente a demagogia do governo", enquanto o M-19, o EPL e as Farc enfatizaram a defesa da abertura democrática e do processo de

O retorno do M-19 às ações armadas e a permanência tensa do EPL nos acordos de paz permitiram que sete organizações constituíssem, em setembro, a Coordenação Nacional Guerrilheira,



O M-19 se uniu a outros quatro grupos guerrilheiros

em um acordo unitário que foi ratificado depois dos episódios do Palácio da Justiça, com a assinatura do M-19, EPL, ELN, a Frente Ricardo Franco, o PTR, Pátria Livre e os Comandos Quintín Lame.

"Com o massacre do Palácio da Justiça, a onda de assassinatos, a bárbara repressão desencadeada e a deterioração das condições de vida da maioria dos colombianos, encerrou-se, com muito mais sofrimento que glória, um ciclo de nossa história. O ciclo em que a oligarquia falou de paz pressionada pelos anseios populares, mas sem adotar qualquer real medida de paz", afirma uma declaração da CNG.

"Estamos dizendo a todos — acrescenta mais adiante — que não resta outro recurso senão o de sua mobilização em todos os campos e lugares. Estamos conclamando, agora, a novas e maiores jornadas de luta. O julgamento de Belisario Betancur e seu governo está em marcha. Ele se fará com a greve, a paralisação cívica, com a tomada de terras, com a manifestação, com a justiça, com a assembléia popular, com a ação guerrilheira".

Pouco depois, a CNG expulsou a Frente Ricardo Franco da organização, quando descobriram-se as fossas comuns de Tacueyó, com 164 cadáveres de militantes que a Frente executou alegando tratar-se de pessoas infiltradas pelo exército. Julgado por suas bases, Javier Delgado, dirigente máximo da Frente, fugiu com um reduzido grupo para as montanhas del Cauca, onde ele é conhecido como o "Pol-Pot dos Andes".

As primeiras ações conjuntas da CNG acontecem com a tomada pelo M-19 e o EPL do povoado de Urrao, de 35 mil habitantes, ao norte do país, e com uma crescente atividade no departamento de Cauca (no sul ocidental), onde se constituiu, também, o "Batalhão América", com a participação de guerrilheiros equatorianos e peruanos.

A trégua interrompida

Por que vocês não solicitaram a abertura de um

processo antes de romper a trégua?

 Nós declaramos publicamente, em dezembro de 1984, que o governo e as forças armadas haviam interrompido a trégua e que nós estávamos dispostos a respeitá-la, para dar uma oportunidade à paz, pelo caminho indicado nos acordos. Não só os militares estavam violando a trégua. Na época de Yarumales (um acampamento guerrilheiro destruído pelo exército), tive uma reunião com o ministro Jaime Castro, em Bogotá, e ele me disse exatamente a mesma coisa que Belisario Betancur com relação ao Palácio da Justiça: "Ou se rendem ou serão aniquilados... E agradeça por não estar em Yarumales, porque lhe estou poupando a vida". Isto me foi dito, textualmente, por um ministro de governo. Cessamos as operações militares, voltamo-nos para a atividade pública, tornamos a negociar e ratificar acordos depois da ofensiva de Yarumales, batemos em todas as portas do diálogo e lotamos as praças. Mesmo assim, o exército e Belisario Betancur continuaram exigindo rendição ou aniquilamento. Para eles, qualquer negociação e qualquer acordo foi sempre letra morta. A interrupção oficial da trégua foi o ataque do governo a Yarumales.

Por que não esperaram um pouco mais em vez de deixar esse vazio político que significou o rompi-

mento da trégua?

 Não havia vazios políticos. Os espaços políticos estavam dominados pelos militares e pela oligarquia. O problema não era esperar um pouco mais, pois estavam matando nossa gente. Todos os chefes dos acampamentos de Cali caíram. A gente só pode se manter enquanto está viva. Mas a única coisa à qual não temos direito é permitir que acabem com a possibilidade de rebelião popular, impedindo-a de transformar-se em força e vitória. O espaço político fechou-se por obra e graça do desenvolvimento militarista. Veja só o orçamento de guerra, aumentando para níveis até agora desconhecidos. Observe a prepotência dos chefes e a dimensão das operações militares montadas durante a suposta "tregua". E Belisario chama de "ministro da paz" um torturador como o ministro Vega.

O M-19 voltaria a negociar com o governo?

 Nós estamos abertos a qualquer proposta de paz que signifique um passo à frente no caminho das reformas em favor das maiorias. Há muitos setores – empresários, profissionais, capitalistas – que, mesmo não apoiando o M-19, querem uma mudança para o país. Convidamos estes setores a formar o consenso das maiorias, do qual participem todas as forças sociais e políticas interessadas na mudança com justiça.

O processo de paz que Betancur tentou instalar

foi positivo ou não?

— Que Betancur tentou instalar, não. O processo de paz foi tentado por milhões de colombianos. Aqui não houve generosidade nem nada foi dado de presente. Foi realismo político de Betancur, porque a nação exigia uma solução negociada para o confronto e esta proposta foi assumida pelo movimento guerrilheiro. Mas voltando a sua pergunta, é claro que houve um saldo positivo. A paz na Colômbia adquiriu seu real significado: justiça sociale o bem-estar das maiorias. Hoje ninguém mais acredita na idéia da paz pela paz, a paz dos cemitérios da oligarquia.

O governo manifestou que assumirá todas as suas responsabilidades no processo que lhe está movendo o Congresso e a comissão da Procuradoria para a investigação dos fatos do Palácio da Jus-

tica.

Belisario Betancur não tem autoridade para dizer quais as responsabilidades que aceita. É a nação inteira que vai mover o processo contra ele. E acho que deveria formar-se um grande comitê, ou tribunal nacional, que reúna testemunhas e provas para julgar os acontecimentos do Palácio da Justiça. Nós estamos dispostos a participar desse julgamento.

Alguns declaram o M-19 como "non grato"...

— Não há problema. Vamos nos reunir todose que se façam declarações em todos os sentidos e de parte a parte. Não negamos a ninguém o direito de julgar-nos, mas não aceitamos que nos impeçam de formular nossas opiniões. Devemos ampliar o debate, tirá-lo do Congresso e levá-lo ao país. O M-19 tem muito a dizer: tem testemunhas oculares e podemos responder a muitas perguntas que o país está formulando e queremos fazê-lo.

Que tipo de tribunal vocês propõem?

— Um comitê não-governamental mas nacional, que assuma a investigação e o processo sobre o Palácio da Justiça. Existe a experiência do tribunal Russell, por exemplo, sobre processos concretos de países específicos.

Quais seriam os passos seguintes à convocação

do julgamento?

 Estão surgindo propostas de uma Assembléia Constituinte e de um plebiscito nacional vindas dos mais diversos setores do país. Todas visam a um só objetivo: a trama das definições políticas e so ciais deve ser reorganizada. Seria necessário instaurar um Congresso, como fez Bolívar em Angostura. O Congresso de uma democracia nascente, como instrumento jurídico, social e político de um novo governo.

Um governo civil?

 O cerne da confrontação social e política na América Latina não está no fato de o governo ser civil ou militar. A oposição é entre governos que respeitam a democracia e governos da oligarquia. O esquema civilismo versus militarismo não explica a complexa trama da construção democrática em nosso continente. Estamos vivendo fenômenos como não ocorriam desde a época de Simón Bolívar: uma luta sem "protetores" internacionais, sem o apoio de Estados ou de revoluções. Estamos vendo a luta pela democracia na Colômbia, no Peru, no Equador... Um fenômeno que na verdade não se via com tanta intensidade desde o século passado.

O manifesto do M-19

Transcrevemos a seguir, com exclusividade, fragmentos do manifesto do M-19 feito durante a tomada do Tribunal Superior de Justiça, denominada "Operação Antonio Nariño pelos Direitos do Homem": "Patriotas:

Da Honorável Corte Suprema de Justiça, convertida por força da História em cenário de um julgamento excepcional, o Movimento 19 de Abril, M-19, convoca todos os colombianos a dar o passo que agora é necessário no processo de uma Paz com Justiça Social.

Não é verdade que a paz tenha fracassado na Colômbia. Fracassaram, sim, estrondosamente, os setores e pessoas que queriam reduzi-la ao tamanho de seus mesquinhos interesses. Mas a paz continua tendo a dimensão da pátria, a grandeza da aspiração dos povos. A paz é hoje um caminho irreversível, bandeira levantada nas mãos seguras e firmes de um povo que selou com seu próprio sangue o compromisso supremo de impô-la e defendê-la sem visar outra coisa que não seja o interesse nacional...

E é nessa busca, vitoriosa na razão que lhe assiste e nas armas que a defendem, que convocamos para o julgamento público de umas minorias apátridas que burlaram os anseios de paz e traíram as exigências de progresso e justica social da nação inteira.

Face a face com o país, em nome e representação de um sentimento majoritário, os movimentos armados firmaram acordos com o então chefe de Estado, senhor Belisario Betancur, sentando as bases de uma nova convivência entre os colombianos. Dessa forma, a violação dos acordos de Trégua e Diálogo Nacional não se constituem apenas em ofensas contra o M-19 ou o EPL, mas em delitos contra a esperança de uma pátria democrática, em afrontas contra um povo que aceitou o desafio de buscar, através da confrontação pacífica, o caminho de urgentes, justas e possíveis reformas (...)"

Na parte central do manifesto, o M-19 exigia a publicação do mesmo, junto com outros documentos, pela imprensa escrita do país. Entre os documentos mencionados estão incluídos os acordos firmados em Corinto, Hobo e Medellín, em 24 de agosto de 1984, entre o governo e o M-19 e o EPL; as atas da Comissão de Controle que verifica o cumprimento dos acordos e o acordo firmado pelo governo com o FMI, em abril de 1985. Exigia-se ainda a abertura de um espaço em cadeia nacional de rádio, para que os ouvintes dessem sua opinião sobre

o governo, e a presença do presidente Belisario Betancur para responder a cada uma das acusações.

O manifesto terminava da seguinte forma:

"Senhores magistrados: os senhores têm a grande oportunidade, face ao país e em sua condição de grande reserva moral da República, de presidir a um julgamento memorável. Ele deverá decidir se esses princípios universais, pelos quais lutou e sofreu Antonio Nariño no século passado, começam, finalmente, a ter vigência em nosa pátria. Porque nenhum colombiano digno está disposto a suportar mais um século de vergonha sob o império dos interesses oligárquicos.

Patriotas: por vontade daquele que deve exercer a soberania nacional, o povo, todos os membros do Movimento 19 de Abril, nossos homens, nossas armas, nos comprometemos a acatar e a defender a sentença que a nação emitir. Depende de todos que nunca mais prevaleçam os mesquinhos interesses das minorias oligárquicas sobre os interesses sagrados do sentimento patriótico dos colombianos honestos e dignos.

Patriotas: hoje, enfim, o futuro está em nossas mãos".

Pelo Movimento 19 de Abril

Estado Maior da Companhia Ivan Marino Ospina Operação Antonio Nariño pelos Direitos do Homem

"Patriotas: hoje, enfim, o futuro está em nossas mãos"



MPB independente

A opção consciente para o som nosso de cada dia



Radamés Gnattali

Mais que um disco a realização de um desejo.

"Há 40 anos queria fazer um disco como este, tocado só ao piano. Mas com uma música popular mais apurada, mais para concerto. Só agora consegui colocar isto em prática".

No disco: Carinhoso — Pixinguinha/ João de Barro, Ponteio — Edu Lobo/ Capinam, Corcovado — Tom Jobim, Cochicho — Pixinguinha, Preciso Aprender a Ser Só — Marcos/ Paulo Sérgio Valle, Manhã de Carnaval — Luiz Bonfá/ Antônio Maria, Chovendo na Roseira — Tom Jobim, Do Lago à Cachoeira — Sérgio Ricardo e Nova Ilusão — José Menezes/ Luiz Bittencourt.

Estória de João-Joana Um cordel musical de Carlos Drumond de Andrade/Sérgio Ricardo

Sérgio Ricardo faz a música para o único cordel escrito pelo maior poeta brasileiro, Carlos Drumond de Andrade. Este LP é um poema sinfônico popular, sintetizando toda a rítmica brasileira na voz e arranjos do autor. Orquestração de Radamés Gnattali, regência de Al exandre Gnattali e gravada por músicos da Sinfônica do Rio de Janeiro.





Pijama de Seda de Francisco Mario

Disco de solo de violão e viola onde Francisco Mario fez as músicas, os arranjos e tocou todos os instrumentos (até 8 violões em algumas músicas, além de flauta de pã).

De um lado as músicas refletem temas como "Ressurreição", "Espanhola", o "Dobrado Souza", "Violada Sertaneja". Temos, ainda, os chorinhos "Pijama de Seda", "Coceirinha" e "Saudade de Mim", além da modinha mineira "Faz que vai"

modinha mineira "Faz que vai".
A outras face do LP é composta por temas sociais como "Terra Queima". Há, também, um tango para as mães dos desaparecidos políticos na Argentina intitulado "las Locas".

Pedidos para: Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Gloria, 122 – grupos 104 a 106 – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20241 – Tel:. 242-1957 (021) ENTREGA IMEDIATA.

Desejo receber: ((Estou efetuando meu pedido) LP do Radamés Gnattali (Cz\$ 50,00)) LP do Sergio Ricardo (Cz\$ 50,00) por:	() LP do Francisco Mario (Cz\$ 50,00) () Os três LPs por (Cz\$ 135,00)
() Cheque nominal ou vale	postal (Ag. Central) à Editora Terceiro M	Mundo Ltda., remetidos juntamente com este
cupom;		
() Reembolso Postal (neste	caso o porte será pago pelo destinatário).	
Data: / /		comprador
Nome:		
Enderson:		
Lindereço		
Bairro:	Cidade:	
Estado:	Cep.:	Profissão:

America Latina/Cuba



Fotos: Roberto Remo

O socialismo em tempo de crítica

O 3º Congresso do Partido Comunista de Cuba faz uma severa autocrítica, renova seus quadros e traça ambiciosas metas para o ano 2000

F idel já estava discursando quando aterrissamos em Havana e um colega com mais experiência nestes eventos lamentava as dificuldades de Cuba em conseguir boas conexões aéreas: "A única coisa verdadeiramente interessante do Congresso é o relatório de Fidel', dizia. "O resto é mera formalidade: saudações das delegações estrangeiras, discursos laudatórios e ratificação das autoridades..."

Os fatos não demoraram em desmentir aquele comentário fa-

talista. O 3º Congresso do Partido Comunista de Cuba, realizado no Palácio das Convenções entre 4 e 7 de fevereiro último, foi tão rico em surpresas que fez tilintar sem parar os teletipos das agências de notícias e deixou aos analistas documentos e novidades suficientes para mantê-los ocupados durante meses, no esforço de digeri-los e interpretálos.

Todo mundo permanece em silêncio enquanto eu cumpro com as formalidades migratórias, ouvindo o discurso de Fidel pelos alto-falantes. No carro, a caminho do hotel Habana Libre (que para alguns ainda é "Habana Hilton"), o rádio é interrompido a cada movimento brusco. O motorista amaldiçoa o bloqueio, que não lhe permite substituir as peças para consertar o rádio de uma vez por todas. Mas enquanto bate no aparelho tentando restabelecer o contato, o eco do discurso chega até nós de outros carros, de rádios levados por pedestres ou dos ampli-

ficadores instalados em todas as fábricas, escritórios ou Comitês de Defesa.

Assim, vamos escutando cifras, dados e porcentagens que para um latino-americano parecem assombrosos: "O produto cresceu num ritmo anual médio de 7,3%. . . O salário médio mensal cresceu 26% entre 1980 e 1985. . . As exportações aumentaram em 58%... Em 1980 havia um médico para cada 638 habitantes, hoje há um para cada 443..." Da mesma forma como enumera estas cifras, que fariam verde de inveja qualquer governante em campanha pela sua reeleição, Fidel também insiste em termos que parecem próprios de um dirigente de oposição: "insuficiências... negligência... custos escandalosos... irregularidades... expedientes burocráticos e excessivos... irracionalidade... atrasos...desleixos...".

Chegamos ao hotel a tempo de ver a ovação final pela televisão do hall e sondar as primeiras reações dos carregadores e ascensoristas. Pelo visto, Fidel "tiroulhes as palavras da boca". Expressou suas frustrações, queixas e reclamações, mas também suas esperanças e orgulho, com as mesmas palavras que usaria o homem (ou mulher) comum. Ainda mais: pelo entusiasmo dos comentários, o comandante teria conseguido superar a barreira que os relatórios escritos interpõem, inevitavelmente, entre as bases e o vértice da pirâmide, captando e exprimindo as inquietações que o cidadão sente mas que não manifesta, por autocensura ou por temor de que a critica se transforme em arma para os inimigos da revolução.

Achamos que a melhor síntese do discurso seria "vamos bem, mas..." No dia seguinte, os cartazes distribuídos pela cidade mostravam Fidel junto ao lema "devemos lutar para fazer o melhor e se for o melhor, lutar por fazêlo perfeito".

Uma primeira leitura do re-

latório central de 134 páginas revela, entretanto, mais do que uma simples descrição de conquistas impressionantes e uma exortação paralela no sentido de um maior esforço no campo dos "fatores subjetivos", como dizem os cubanos: corrigir as deficiências humanas, aprofundar o compromisso ou atacar as irregularidades (a tentação de abusar do poder ou usá-lo em proveito pessoal è também humana, certamente). Muito mais do que uma parada para fazer contas, o Congresso marcou também o início de uma nova etapa qualitativa da Revolução Cubana, 27 anos depois que os barbudos desceram da Sierra Maestra para dar início à primeira revolução socialista no hemisfério ocidental.

Com um pé no século 21

No campo econômico (que ocupou a maior parte do relatório de Fidel e das intervenções no Congresso), o novo plano quinquenal 1986-1990 se enquadra na chamada "estratégia de desenvolvimento até o ano 2000", a qual pretende que Cuba entre no século 21 como um país industrializado. Será necessário produzir mais, exportar mais, ser mais eficientes no uso da energia que é insuficiente. Mas acima de tudo, diante da evidência de uma "estrutura ainda subdesenvolvida da nossa econonomia", basicamente exportadora de uma única matéria-prima (o açúcar) e de uns poucos bens intermediários, é necessário mudar o quê e como se produz, dando "maior ênfase ao desenvolvimento da indústria mecânica e eletrônica, da indústria leve, farmacêutica e biotecnológica, além dos derivados da cana-de-açúcar", com todo o apoio possível dos modernos recursos tecnológicos e científicos (informática, tecnologia nuclear pacífica, novas técnicas de comunicação, engenharia genética etc.), "que serão as bases do progresso futuro do

pais"

A "integração econômica socialista", dentro do Conselho de Assistência Mútua Econômica (Came), já está elaborando convênios nos quais Cuba, como país subdesenvolvido, é objeto de considerações especiais para acordos de "benefício mútuo" Visitamos em Havana uma fábrica do Ministério das Comunicações na qual são feitas máquinas seladoras de correspondência para os países da Europa Oriental. Também estão sendo instaladas empresas que produzirão peças complementares para indústrias altamente sofisticadas, como a da República Democrática de Alemanha.

Ao mesmo tempo, busca-se aumentar o intercâmbio na área capitalista que, embora represente ainda apenas 15% do comércio exterior cubano, é responsável pelo fornecimento de tecnologia e de certos bens indispensáveis (por exemplo os do setor farmacêutico), que o Came não tem condições de oferecer.

No comércio com o Ocidente, Cuba sofre duplamente as consequências do subdesenvolvimento. Além da queda dos preços do açúcar abaixo dos custos de produção, a queda dos preços do petróleo — produto que Cuba reexporta — está exigindo um esforço extraordinário para consumir menos do que estabelecem os convênios a longo prazo com a URSS.

Para tomar-se vendedor de produtos manufaturados no mercado capitalista, é necessário melhorar a qualidade do produto e da embalagem, dominar os segredos do marketing e da publicidade, vencer o desafio de aumentar a produtividade do trabalho e reduzir custos, como em qualquer outro país, garantindo ao mesmo tempo o pleno emprego do qual muito pouca gente pode se gabar no Terceiro Mundo.

Já muito se falou nas conquistas cubanas nas áreas "sociais",

34 - terceiro mundo

como a alimentação, educação e saúde, não havendo necessidade de insistir no assunto (ver cadernos no 81). Talvez fosse conveniente assinalar que os esforços despendidos nestes setores não foram um "luxo de pobre" ou uma preocupação demagógica de "distribuir o bolo antes de assá-lo" - como são interpretadas frequentemente no Terceiro Mundo as reivindicações populares - mas de um investimento na formação de recursos humanos a longo prazo. Como é que Cuba poderia dar um salto rumo à industrializacão no ano 2000 sem contar com uma força de trabalho saudável e alfabetizada?

O desafio atual é enfrentar os "problemas dos ricos". Com indices de expectativa de vida e mortalidade infantil que em breve serão melhores que os dos EUA, a formação de médicos constitui uma das obsessões de Fidel. O próximo passo consiste em introduzir o "médico da família" (um médico e uma enfermeira em cada bairro, com

moradia nos sobrados do consultório-policlínica, para praticar a medicina preventiva, diagnóstico precoce, humanizar as relações médico-paciente e descongestionar os grandes hospitais). "Quando todo o país tiver isso" - anunciou Fidel no encerramento do Congresso -, "a partir de 1990 continuaremos formando médicos (e a essa altura haverá um para menos de 400 habitantes) para conseguir o que nenhum país do mundo tem: o ano sabático obrigatório para todos os médicos,

que durante toda sua vida dedicarão um ano ao estudo remunerado a cada seis anos de trabalho."

No capítulo que trata do "trabalho ideológico", Fidel Castro condenou com particular ênfase certas práticas frequentes em Cuba, denunciando os "formalismos", prevenindo contra qualquer influência burocrática" na exposição das idéias, reclamando "exposições convincentes", "gestões criativas" e "prioridade para a solução de problemas concretos" sobre formulações abstratas. A televisão deverá "superar a mediocridade e o simplismo", o rádio carece de "uma linguagem mais dinâpreferiam ouvir a "Voz da América", que pelo menos era mais objetiva e trazia mais notícias, enquanto que agora só se escutava propaganda anticubana de baixo nível.)

Antes de que a Rádio "Martí" seja porta-voz de algum descontentamento, os cubanos poderão manifestá-lo pelos seus próprios meios, bastando para isso que se cumpra a determinação de Fidel no sentido de "submeter à crítica o menor traço de prepotência e vasculhar qualquer ponto onde apareça o menor sinal de aburguesamento e corrupção". Foram atacados tanto os funcionários "que negam acesso à informação, se atribuem



Fidel Castro, durante a leitura do relatório no Terceiro Congresso

mica e moderna", os jornais deverão caracterizar-se pela "justeza de seus critérios e opiniões, sua profundidade e legibilidade". Não se escamoteou a necessidade de responder adequadamente às campanhas norte-americanas. No início do Congresso, a Rádio "Martí", que transmite de Miami na frequência da "Voz da América", ampliou sua programação para 17 horas diárias, podendo ser captada sem problemas por qualquer rádio comum. (Paradoxalmente, ouvi de mais de um cubano a opinião de que eles

faculdades de censores, assumem posições justificativas e não se dão por achados", quanto os jornalistas que "transmitem para o público certos programas ou planos em processo de estudo como se fossem decisões já tomadas", gerando falsas expectativas.

Fidel aproveitou a oportunidade para ampliar seu conceito de crítica, que "não é mais um dos gêneros jornalísticos", mas "a aplicação de um método para interpretar a realidade e promover ações coletivas para transformá-la". Destacou assim a im-



O 3º Congresso determinou a defesa da pátria pelos membros do PCC

portância da mobilização popular que caracterizou todo o Congresso.

A guerra de todo o povo

A renovada ênfase na participação e na mobilização populares começou a manifestarse no último quinquênio, com a adoção da doutrina da Guerra de Todo o Povo, que delega a responsabilidade pela segurança nacional ao povo em armas e não somente a uma instituição especializada como são as forças armadas. Por mais sofisticado e modernizado que um exército seja (aqui os dados são naturalmente mais escassos; Fidel apenas mencionou "milhões de armas de todo tipo" nos arsenais, "sistemas automatizados de alarme" e o emprego de "técnicas de computação" nos estados maiores), qualquer defesa convencional seria insuficiente para enfrentar com êxito as reiteradas ameaças de invasão perpetradas pela administração Reagan. Mas embora Cuba não possa derrotar um dos mais poderosos exércitos do planeta, pode demonstrar que está disposta a cobrar dele um preço altíssimo. Em dois anos, 80% dos homens e mulheres em

idade de combater se organizaram nas Milícias de Tropas Territoriais, treinados e munidos de armamentos e instruídos para fabricá-los artesanalmente. As tropas permanentes foram descentralizadas, os depósitos de combustíveis e provisões foram escondidos por toda a ilha, de modo a assegurar uma resistência guerrilheira prolongada e eficaz mesmo depois que as estruturas centralizadas sejam porventura desarticuladas.

Militares cubanos viajaram ao exterior para aprender a experiência vietnamita (fato publicamente reconhecido nesse Congresso) e, segundo versões nãoconfirmadas, foram também a El Salvador e ao Saara Ocidental, onde as condições geográficas tornam aparentemente impossível uma luta guerrilheira "clássica".

O 3º Congresso consagrou institucionalmente esse novo espírito ao reformar o estatuto para introduzir a defesa da pátria, em qualquer condição, entre as obrigações que cabem ao membro do partido. "Cada polegada de terra de nosso país terá seus defensores", reza um dos documentos internos de discussão prévia ao Congresso, "por-

que é o povo quem tem as armas e sabe como usá-las. Essa é a mais legítima das democracias". Democracia de contribuintes e de combatentes, já que todo o esforço mobilizador foi realizado sem redução das jornadas de trabalho e financiado com contribuições populares, sem afetar o orçamento estatal.

Alguns analistas pretendem ver neste novo modelo de defesa uma tendência ao rompimento com a URSS, ou uma desconfiança cubana em relação ao "guarda-chuva nuclear" soviético que defende o país desde a "crise dos foguetes" em 1962. Mas antes de tecer elocubrações a respeito é necessário considerar a realidade estratégicomilitar de uma pequena ilha situada a poucas milhas dos EUA, muito diferente da posição de um país-continente, com milhares de quilômetros de retaguarda para recuar em caso de invasão, sendo diversas, portanto, as estratégias de defesa. O Congresso não evidenciou nenhum sintoma de distanciamento entre Cuba e a URSS. Pelo contrário, Egor Ligachov, do Politburo soviético, primeiro delegado estrangeiro a falar na sessão de quarta-feira, foi aclamado de pé pelos demais quando afirmou que seu pais "cumpriu e seguirá cumprindo seus compromissos com Cuba". A frase certamente fazia referência a qualquer coisa além dos 34 bilhões de rublos de intercâmbio comercial por ano.

Em sintonia com o ambiente de autocrítica que imperava no Congresso cubano, o dirigente soviético salientou a "conquista histórica" de seu país ao alcançar a "paridade estratégica" com os EUA, ao mesmo tempo em que quadruplicou a renda nacional nos últimos 25 anos. Mas reconheceu que "nem tudo deu tão certo", com uma franqueza sem precedentes para um discurso oficial soviético no exterior. Fazia referência, assim, aos

insucessos na busca de vários obietivos e a "dificuldades no estilo e métodos de trabalho do PCUS, que serão abordados no próximo 27º Congresso do Partido, com enfoques novos e ori-

ginais".

Foi também aplaudida, embora com um entusiasmo visivelmente menor, a referência ao Plano Soviético Integral de Paz e Desarmamento, através da qual o secretário-geral Mikhail Gorbachov propôs ao presidente Ronald Reagan chegar ao ano 2000 sem armas químicas ou nucleares. É evidente que os cubanos querem a distensão, como quase toda a humanidade. Eles inclusive têm afirmado que a distensão é o único caminho para resolver o problema da dívida externa do Terceiro Mundo, já que a redução do déficit fiscal norte-americano faria baixar as taxas de juros, deixando disponíveis recursos para o desenvolvimento dos países pobres.

Porém, a História vem demonstrando que os períodos de distensão no Norte coincidem com etapas de maior agressividade norte-americana, na imposição de sua hegemonia ao Sul. Fidel não parece disposto a tolerar que isso se repita e seu discurso final, no encerramento do Congresso, foi particularmente duro ao condenar o apoio norte-americano à contra-revolução da Nicarágua e de Angola, além de anunciar um aumento do apoio cubano aos dois países, sempre que seus governos o so-

licitarem.

Este último discurso, ao contrário do primeiro, foi de improviso, mas a espontaneidade das palavras não quer dizer que as idéias emitidas não correspondam a uma reflexão madura. No caso de Angola, um comunicado conjunto angolano-cubano-soviético divulgado poucos dias antes do Congresso havia deixado bem claro que o empenho em defender o governo angolano da agressão sul-africana



Todos os presentes foram expostos no Palácio das Convenções

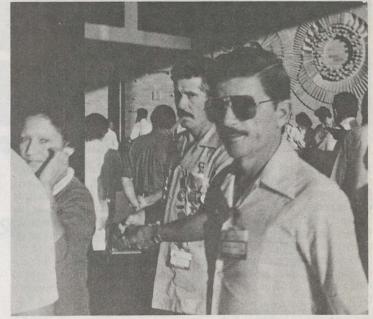
não é um mero compromisso pessoal de Fidel. O bloco socialista se prepara para a distensão futura traçando claras linhas para conter a agressão. Entre o primeiro acordo Salt subscrito por Nixon e Brezhnev e a conferência de Genebra entre Reagan e Gorbachov, a diferença é a "paridade estratégica" que Ligachov mencionou em Havana e que é algo mais que um simples motivo de orgulho.

Saudações de Reagan

Minutos antes da intervenção de Ligachov ouviu-se uma explosão em toda a cidade, inclusive no Palácio das Convenções. O ministro da Defesa, Raúl Castro, pediu a palavra para informar que um avião de espionagem norte-americano SR-71 tinha quebrado a barreira do som sobrevoando a costa cubana, provocando assim o estrondo. O aparelho voou em torno da ilha e retirou-se sem penetrar em seu espaço aéreo, fato que Raúl Castro interpretou, entre risos e aplausos, como uma "saudação de Ronald Reagan ao Congresso".

As sessões da quarta e da quinta-feira foram abertas à imprensa e a delegações estrangeiras, para surpresa de todos os observadores, acostumados a que este tipo de encontro se realize a portas fechadas, seja de partidos comunistas, sociais-democratas, liberais ou conservadores.

Enquanto as várias comissões discutiam os novos estatutos, as diretrizes econômicas e sociais do quinquênio, a resolução sobre



Delegados entrando na sessão de trabalho aberta à imprensa

política internacional e o projeto de programa do Partido, no plenário os delegados usavam da palavra para opinar sobre diversos aspectos do Relatório Central. Cada um dos 1.783 delegados presentes (sete justificaram a ausência) representa um número equivalente de organizações de base, que agrupam meio milhão de comunistas cubanos. Antes do Congresso, foram realizadas 40 mil assembléias em fábricas, centrais agrícolas, estabelecimentos de ensino, unidades militares e comitês de defesa, das quais também puderam particivem conformar-se, então, com as entrelinhas e com alguns símbolos para rastrear a originalidade do "comunismo cubano", já que nos documentos não aparecem citações dos clássicos nem referências explícitas que o classifiquem como gramsciano, eurocomunista, ortodoxo ou althusseriano... O Congresso foi presidido pelas gigantescas efígies de Marx, Engels e Lênin, acompanhadas de imagens da mesma proporção dos heróis da independência (José Martí, Antonio Maceo e Máximo Gómez) e dos revolucionários contemporâneos

bém pela institucionalidade do poder popular, através da qual "torna-se realidade a representatividade da população mediante um processo eletivo livre, no qual o povo escolhe seus candidatos e elege os melhores dentre eles". A participação dos trabalhadores em todos os setores da vida política, econômica, social e militar se define como a "pedra angular" desta democracia e a "autogestão popular" é a meta à qual se chegará "aperfeiçoando os mecanismos existentes e criando outros novos". A liberdade, definida como "necessidade transformada em consciência", determinará uma "idiossincrasia e uma psicologia claramente socialistas em cada cidadão".

do econômico e social, mas tam-

O exercício da crítica e da autocrítica, colocado pelos documentos no nível de "característica moral de uma sociedade de homens e mulheres livres", não foi monopolizado por Fidel nesse Congresso. Desde as primeiras intervenções, o delegado de Camagüey, Evis Blas González, declarou que para aproveitar todo o potencial do setor dos produtos derivados da cana-de-açúcar seria necessário superar a insuficiência de pessoal qualificado, a escassa eficiência industrial e a qualidade insatisfatória de alguns produtos.

"Aumentar", "melhorar", "intensificar" eram os verbos mais frequentes nas alocuções, junto a insistentes exortações ao aperfeiçoamento das formas de organização do trabalho, de gestão e de produção.

María Luisa Suárez Campos, da província de Havana, reivindicou a incorporação de mais mulheres às tarefas de direção e uma política de quadros que "acabe com a tendência já enraizada de promover, de preferência, aquela pessoa que por qualquer razão mantenha uma ligação conosco", aludindo à prática que em Cuba é conheci-



O Congresso foi presidido pelas efígies de Marx, Engels e Lenin e pelos heróis nacionais José Martí, Antonio Maceo e Máximo Gómez

par os aspirantes e qualquer cidadão não-membro do Partido. Nessas assembléias, por indicação expressa do Partido, procurou-se "dirigir a atenção aos problemas fundamentais de cada centro de trabalho, deixando de lado as questões secundárias e os formalismos que muitas vezes distraem os quadros e os militantes".

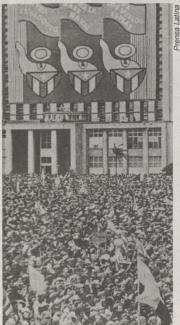
Os que amam as sutilezas da discussão político-ideológica de-

(Mella, Che e Camilo). Cantouse a Internacional, mas não havia foice e martelo e as cores que enfeitavam as ruas eram as da pátria: azul, branco e vermelho.

O tipo de sociedade que se está construindo em Cuba não é definido como "ditadura do proletariado", mas como "Estado onde a classe operária exerce a hegemonia". Dá-se ênfase à "democracia socialista", que se caracteriza não só pelo seu conteú-

da como sociolismo. Houve críticas à má qualidade dos materiais fornecidos e a respeito do apoio insuficiente à nova modalidade de construção de unidades habitacionais, por parte dos próprios usuários organizados em cooperativas (antes toda a produção era estatal). Houve inclusive críticas de setores tão delicados quanto o das milícias, que não pouparam acusações aos responsáveis, por fazerem os voluntários perderem tempo devido à sua impontualidade e insuficiente preparação como líderes.

Quando as exposições eram demasiadamente longas, pouco profundas ou tolerantes, o orador era interrompido por perguntas incisivas. Em certa oportunidade, Fidel questionou, confiando em sua memória, a exatidão de umas cifras que o delegado estava lendo. Em outro momento, Raúl desafiou outro delegado, o qual foi obrigado a reconhecer que na fábrica sob sua direção as armas estavam "bem guardadas" e não nas mãos dos trabalhadores, ao lado de cada prensa ou torno. Outro congressista foi criticado por não insistir no "trabalho político", no convencimento ideológico, confiando apenas nos estímulos materiais como recurso para convencer os técnicos a não migra-



rem para as cidades depois de receberem bolsas de aperfeiçoamento.

No encerramento do Congresso, Fidel lamentou não dispor "de pelo menos um dia a mais" para prosseguir numa discussão que, em sua opinião, estava comecando a ficar animada quando as deliberações foram encerradas para dar lugar à eleição do novo Comitê Central e de seu birô político. De qualquer maneira, o debate agora volta ao povo, que disporá de vários meses para pronunciar-se sobre o projeto de programa do Partido, o qual deverá ser aprovado com as devidas modificações e sugestões numa sessão especial do 39 Congresso em dezembro de 1986.

A eleição, única instância realizada a portas fechadas, também apresentou surpresas. Fidel Cas-

Mulheres (55% da força técnica do país), jovens e negros tiveram a sua representatividade aumentada



tro foi, naturalmente, reeleito primeiro secretário. Confirmando o que já se havia anunciado extra-oficialmente, Raúl Castro foi eleito para o cargo de segundo secretário e, portanto, primeiro nome na linha de sucessão. Dos 150 membros do Comitê Central apenas 100 foram mantidos em seus cargos, enquanto 40% do birô político de 24 membros (14 titulares e 10 suplentes) foram substituídos ou "renovados", de acordo com a expressão de Fidel.

O primeiro secretário explicou exaustivamente os critérios que regeram a eleição realizada pelo Congresso e conduziram a essa renovação, sem que houvesse tensões, divisões ou expurgos. Tratou-se, em suma, de elevar a representatividade da juventude, das mulheres e dos negros, aplicando o princípio que os norte-americanos chamam de "ação afirmativa": entre dois candidatos em igualdade de condições, deve-se preferir aquele que pertença a um destes grupos discriminados. Desta forma, a média de idade dos integrantes do novo Comitê Central decresceu de 51 para 47

As mulheres constituem a metade da população e 55% da força técnica do país. Quase dois milhões delas participam das milícias e das tropas territoriais, mas apenas um em cada cinco militantes do Partido é do sexo feminino. O novo Comitê Central reflete esta mesma proporção, enquanto que o birô político, que antes tinha apenas uma mulher como suplente, agora tem uma integrante titular (Vilma Espín) e duas suplentes. Em Cuba, na opinião de Fidel, "a discriminação por motivos de sexo é mais forte do que a decorrente da cor da pele". Nem por isso deixa-se de combater o racismo tanto quanto o machismo.

Depois de séculos de mestiçagem, é muito difícil estabelecer limites precisos entre "brancos" e "negros", não se podendo, portanto, falar em porcentagens de maneira precisa. Fidel afirmou que 100% da população têm algum sangue africano e calculou em 34% o número de negros ou mestiços com predominância negra. Em todo caso, o importante não são os números mas o critério - totalmente inovador em Cuba - de que

não basta estabelecer a igualdade legal, sendo necessário "endireitar o que a História distorceu", com um esforço consciente para promover os setores discriminados.

Não se pode deixar de destacar, como dado também significativo, que o número de militares no Comitê Central foi reduzido de 50 para 34, em virtude das mudanças atuais. O bisturi renovador cortou tão profundamente que saíram do birô político duas personalidades consideradas heróis por causa de seu passado: Guillermo García e Ramiro Valdés. García foi o primeiro camponês que se incorporou à guerrilha, enquanto Valdés é um dos poucos sobreviventes do assalto ao quartel de Moncada, em 1953, tendo participado desde então do desembarque do "Granma" e de toda a luta. Ambos foram objeto de uma homenagem sincera e, provavelmente para não atingir suas imagens, evitaram-se explicações sobre as causas pelas quais foram eles a sair e não outros membros, para dar lugar à renovação de quadros do partido.

De qualquer forma, para todo cubano com responsabilidades de direção a mensagem foi claríssima: toda honra será reconhecida pelos méritos acumulados, mas isso não é suficiente para garantir nenhum cargo. A "exigência revolucionária" pedida por Fidel não é brincadeira e va-

le para todos...

Poderíamos escrever muito mais sobre o 3º Congresso do PCC. Vários pontos merecem muito mais espaço do que podemos reservar-lhes: o anúncio de Fidel de que deixou de fumar e lançará em breve uma campanha contra o hábito; a nova avaliação da política chinesa, que elimina todo tipo de condenação ao modelo político-econômico desse país; a nova divisão político-administrativa de Cuba ou a linha de trabalho para a juventude,



Fidel: 100% dos cubanos têm algum sangue negro

40 - terceiro mundo

além de muitos outros. . .

Também não se pode dar s um panorama completo sem o mencionar dois fatos significativos à margem do Congresso: a publicação em Cuba do livro 'Fidel e a Religião" e a discussão da Lei de Associações pelo poder popular. Do livro de Frei Betto (ver cadernos do terceiro mundo nº 85) estão sendo vendidos milhares de exemplares a cada dia; nele, Fidel emite opiniões ainda mais ousadas e inovadoras que as aprovadas pelo Congresso. O líder cubano manifesta, por exemplo, sua disposição de aceitar cristãos no Partido. A Lei de Associações, por sua vez, estabelece os procedimentos que tornarão possível aos cidadãos agrupar-se em instituições juridicamente reconhecidas, independentes do Partido e do Estado, sempre que não conspirem contra este.

"Que tipo de associações serão criadas?", perguntei a vários dirigentes intermediários.

"De profissionais, advogados, enfermeiras...", responde um.

"De filatelistas, enxadristas, músicos...", responde outro.

"Tudo isso e muito mais", interveio um correspondente estrangeiro residente em Havana. "A lei poderia contemplar a juventude católica, lojas maçônicas ou adeptos de cultos afroasiáticos, bem como cooperativas habitacionais ou um grupo de estudiosos de sânscrito. Ninguém sabe até onde pode chegar a sociedade quando é estimulada a organizar-se e a manifestar-se".

Para onde vai Cuba?

Ninguém se transforma em "cubanólogo" em três dias e, em todo caso, um jornalista deve abster-se de fazer prognósticos. Porém, ao tratar de acontecimentos dedicados a planejar o futuro, como foi o caso do Congresso, não se pode deixar de assinalar as tendências mais signifi-



Uma injeção de juventude no PCC: uma das inovações do 3º Congresso

cativas.

1 – No plano econômico, o que já foi dito: industrialização acelerada baseada na revolução científico-tecnológica.

2 – No Partido: injeção de juventude, estímulo à crítica e à criatividade e, citando mais uma vez Fidel, "não acumular funções que correspondam a outras instituições" para poder "desempenhar o papel de legítimo educador, organizador e condutor de massas".

3 – No Estado: separação entre as funções do Partido e as do Estado, exigência de eficiência deste último e, ao mesmo tempo, redução de suas funções em áreas onde são mais eficazes a iniciativa e a autogestão populares.

4 – No governo: fortalecimento das estruturas do poder popular, a fim de institucionalizar uma democracia representa-

tiva, com eleições entre vários candidatos em todos os níveis.

"Se extrapolar tudo o que vi, li e ouvi durante estes dias e tentar imaginar como será Cuba dentro de cinco anos, quando for realizado o 4º Congresso, posso chegar a conclusões surpreendentes", comentei com o comandante Manuel Piñeiro, na recepção de encerramento do Congresso.

"O que é que te preocupa, rapaz?", responde sorrindo.

- Não quero parecer irresponsável, fazendo predições muito ousadas.

"Escreva o que quiser", termina ele rapidamente, e se despede. Depois pára, pensa um pouco e se volta para acrescentar em tom um pouco enigmático: "Os fatores subjetivos estão em tensão".

Roberto Remo, enviado especial a Havana

A queda de Duvalier

Um levante geral do povo provocou a fuga do ditador e exige o fim do regime, enquanto Washington e os seus aliados tentam reconstruir um "duvalierismo sem Duvalier"

ncapaz de conter uma crescente insurreição popular, o "presidente vitalício" do Haiti, Jean Claude Duvalier ("Baby Doc"), fugiu de Porto Príncipe com a ajuda dos Estados Unidos, a bordo de um cargueiro C-141 da US Air Force, na madrugada de 7 de fevereiro, pondo um fim a 25 anos de sangrenta ditadura na nação mais pobre do continente americano. A sucessão de Duvalier, contudo, ficou em mãos de um Conselho Nacional de Governo (CNG), no qual continuavam prevalecendo destacados representantes do duvalierismo, apesar de se autodefinir como "governo interino" e prometer "eleições livres e diretas" - sem estabelecer no entanto um prazo para a sua realização - ao mesmo tempo em que procura restabelecer a calma no

Comprometido com o regime haitiano e com a preservação de seus interesses estratégicos na região, o governo norte-americano interveio ativamente nas gestões para substituir Duvalier, desde que a permanência do ditador ameaçou conduzir o país a uma situação política incontrolável. A ausência de partidos políticos, ou de uma frente unificadora dos setores de oposição, fez com que o levante popular não pudesse apresentar, nesta etapa, uma alternativa para evitar que a queda do ditador se convertesse num "golpe palaciano". Esta circunstância justificava a desconfiança de parte da oposição haitiana, que vê no CNG e em Washington o propósito de instaurar um "duvalierismo sem Duvalier".

Sustentada por uma verdadei-

ministro de Informação e de Relações Públicas, coronel Max Valles, começou a responder com ameaças, advertindo que "os infratores serão castigados de acordo com a lei".

Certezas e incertezas

Se alguma dúvida restava sobre o papel dos Estados Unidos na crise haitiana, a gafe do porta-voz da Presidência, Larry Speakes, ao anunciar com uma semana de antecedência que "Baby Doc" havia abandonado o país, encarregou-se de dissipá-la. Enquanto alguns meios de comunicação discorriam sobre as con-



Manifestantes carregam simbolicamente o caixão do ex-presidente Duvalier

ra rede de pequenas organizações políticas, sociais e religiosas, a mobilização do povo haitiano não se deteve. Os linchamentos maciços de tonton macoutes obrigaram o CNG a dissolver o odiado corpo repressivo criado pelo "Papa Doc" e as manifestações passaram a exigir depois a eliminação dos elementos duvalieristas nas empresas privadas, estabelecimentos públicos e no próprio CNG. A esta altura, o

tradições entre a Casa Branca e o Departamento de Estado, ou sobre a eficácia dos serviços de informação da diplomacia do Norte, fontes haitianas falavam da existência de um golpe de Estado dirigido pelo embaixador Clayton McManaway, que poderia ter chegado inclusive à intervenção de tropas norte-americanas

estabelecimentos públicos e no _ Segundo alguns correspondenpróprio CNG. A esta altura, o tes enviados a Washington, a grande preocupação da administração Reagan era que Duvalier tentasse uma resistência maior apelando para os tonton macoutes, a guarda presidencial de 15 mil homens (quase o dobro dos efetivos do exército). Sem dúvida, o temor que os Estados Unidos tinham era de que se repetissem situações como a do Irã e da Nicarágua, em que o desmoronamento do regime e de suas forças armadas foi facilitado pela resistência do xá e de Somoza em admitir a derrota. Se no caso do Haiti foi possível evitar o mesmo desfecho, o fato não deve ser creditado somente à habilidade dos negociadores norte-americanos, mas à falta de uma proposta política alternativa por parte das forças populares.

Benoit, quando ambos já previam que esse vazio fosse preenchido finalmente pelo exército. Mesmo nesse caso, Gaillard e Benoit confirmavam a necessidade de um acordo com os tonton macoutes, por uma simples avaliação das forças em jogo. A composição do primeiro Conselho Nacional de Governo (CNG) evidenciou, na verdade, a continuidade de notórios personagens do regime anterior.

Os integrantes do CNG eram: o general Henry Namphy, como presidente, que exercera até então o cargo de chefe do estado maior das forças armadas; o coronel William Regala, que ocupava o cargo de inspetor geral das forças armadas; o coronel Max Valles, ex-oficial tonton macou-

junta militar, enquanto que Washington desejava a incorporação de membros civis.

As comemorações populares, entretanto, não se contentaram com a simples fuga de Duvalier e acabaram em linchamento de tonton macoutes. Três dias depois, o CNG decretou a extinção daquele corpo repressivo, a dissolução do Parlamento e a reabertura das escolas, ao mesmo tempo em que anunciava sua própria ampliação de cinco para 19 membros. "Nosso objetivo é construir uma democracia real, baseada no respeito absoluto aos direitos humanos e às liberdades de imprensa, sindical e partidária. O país espera a reconstituição de um Legislativo resultante de eleições livres e diretas", declarou então o general Namphy.

Em Washington, a Casa Branca apressou-se em qualificar as medidas do Conselho como "um bom começo" e em declarar-se à espera de novos passos "para restabelecer os direitos humanos e um governo democrático no Haiti", reivindicando também das autoridades "todos os esforços para implantar a ordem pública". O governo norte-americano reagiu com bastante rapidez diante dos acontecimentos mas, para se ter uma idéia dos seus projetos para o futuro, vale a pena retroceder a alguns meses atrás.



Jean Claude "Baby Doc" Duvalier (na foto): nem o apoio norte-americano conseguiu evitar a queda do "presidente vitalício" do Haiti

"Existe um vazio de autoridade que torna esta crise a mais perigosa de todas as que presenciei.
Não há a quem apelar e isto é
dramático", declarou em Porto
Príncipe o padre Charles Benoit,
diante da queda iminente do ditador. "Não existe um líder capaz de unir as oposições", afirmava por seu lado o professor
e escritor Roger Gaillard, confirmando a constatação do padre

te e ex-conselheiro militar de Duvalier; o advogado Gerald Gourgue, presidente da Liga Haitiana dos Direitos Humanos; e o engenheiro Alix Cineas, ministro de Transportes, Obras e Comunicações e conselheiro do ditador até as suas últimas horas. Fontes diplomáticas revelaram que houve algumas dificuldades na formação do CNG, porque o exército pretendia constituir uma simples

O "neo-jean claudismo"

Em abril do ano passado, Jean Claude Duvalier declarou publicamente que tinha tomado "a decisão irrevogável de modernizar o sistema político haitiano, transformando-o numa democracia liberal". Uma semana depois, um comunicado da Presidência anunciava a anistia de 36 presos políticos, a mais importante concedida pelo regime duvalierista desde 1957.

No mês de junho, Duvalier enviou ao Congresso um projeto de lei definindo as bases institucio-

nais da "modernização" prometida. Porém, além da criação do cargo de primeiro-ministro e da liberdade formal para organizar partidos políticos, o projeto avalizado pelo Congresso significou na verdade um reforço do poder de "Baby Doc", ao conceder-lhe o direito de designar o seu sucessor e de destituir prefeitos eleitos pela população. Para completar a farsa, Duvalier convocou um plebiscito para 22 de julho, no qual o voto era público, e proclamou depois que 99,98% dos haitianos aprovavam o "novo regime".

Em evidente colaboração com o plano oficial, 118 personalidades políticas enviaram, no mês de agosto, uma carta aberta ao chefe de Estado anunciando-lhe o propósito de criar um novo partido político. Sob o nome de Partido Nacional Progressista (PNP), a nova agremiação política assumia o "jeanclaudismo" como sua base doutrinária e se comprometia a "continuar defendendo, da mesma forma que o duvalierismo, o máximo bem-estar para as mais amplas camadas sociais e lutando pela promoção das maiorias do país".

Em outubro, um relatório do governo dos Estados Unidos afirmava que a vigência dos direitos humanos no Haiti "continuou melhorando gradualmente" nos seis meses precedentes. O estudo do Departamento de Estado elogiou "a clara tendência ao afastamento das torturas e aproximação dos mecanismos legais" do regime haitiano. Por sua vez, o embaixador norte-americano em Porto Príncipe, Clayton Mc-Manaway, já havia antecipado, em julho, que seu governo considerava "um passo progressista" o plebiscito realizado por Duvalier.

Desta maneira, o "jeanclaudismo" e a administração Reagan se mostravam satisfeitos com a performance do novo plano político, mas ambos subestimaram a capacidade de mobilização

do povo haitiano. Assim, as manifestações do final de 85 pegaram de surpresa as autoridades, lançaram por terra a suposta "unanimidade" do plebiscito de julho e, pela primeira vez na história do regime, puseram em perigo a estabilidade do outrora seguro sistema montado pelo "Papa Doc".

A rebelião popular

A partir de meados da década de 70, a ditadura duvalierista vinha tentando uma abertura política controlada que, apesar de suas limitações, não deixou de ser aproveitada pelos setores populares. Embora o regime lançasse depois uma drástica repressão, as experiências de mobilização, em um processo de acumulação de forças e renovação permanente, foram ganhando espaços de atuação cada vez maiores.

Esse fenômeno caracterizouse pela crescente incorporação
da população aos atos de protesto, nos quais a posição da igreja
católica a favor da causa popular
exerce um papel determinante.
Manifestou-se também no desenvolvimento de uma imprensa alternativa, oral e escrita, de associações estudantis, de sindicatos
e comunidades eclesiais de base,
estimulando a criação de uma
frente unida de oposição.

Em dezembro último, as manifestações antiduvalieristas começaram em Gonaives (150km a noroeste de Porto Príncipe) e em outras cidades do interior do país. No esforço para extinguir rapidamente o movimento, o regime lançou uma violenta repressão, com um saldo de dezenas de feridos e quatro mortos, entre os quais três jovens estudantes. A emissora da igreja católica, Radio Soleil, foi fechada pelo governo, acusada de "violar a lei de radiodifusão", por transmitir informações sobre as manifestações.

Em 18 de dezembro, todos os velhos lampiões de ferro de Porto Príncipe soaram ao mesmo

tempo, depois de 28 anos de silêncio. Produzir barulho batendo nos lampiões é uma prática religiosa tradicional no Haiti, conhe. cida como "bater nas trevas" para anunciar a morte de Jesus Cristo na sexta-feira santa. Repetida em outra época do ano, a ação se converte naturalmente em um ato de protesto que "Papa Doc". conhecedor da força das crencas religiosas, havia proibido ao iniciar a dinastia duvalierista. Temendo um conflito de maiores proporções, o governo autorizou o reinício das transmissões da Radio Soleil, no dia 24 do mesmo

Em 2 de janeiro seguinte, Duvalier anunciou uma ampla reforma ministerial que procurava melhorar a imagem de seu governo diante da iminente decisão da administração Reagan, esperada para meados do mês, sobre a ajuda ao Haiti para 1986. As manifestações populares, porém, tornaram a repetir-se em várias cidades e adquiriram força crescente, apesar da dura repressão pela polícia e pelo exército, do fechamento das escolas e faculdades e da proibição de meios de comunicação não-governamentais.

Nos primeiros dias de fevereiro, os fatos se precipitam: Washington decide não conceder a ajuda a Duvalier e anuncia a queda do ditador; "Baby Doc" instaura o estado de sítio e o toque de recolher, provocando centenas de detenções e dezenas de mortes; uma greve geral paralisa completamente o país, enquanto McManaway e os sucessores de Duvalier negociam a composição do novo governo. Em apenas dez meses, o povo haitiano sepultou o "neo-jeanclaudismo", obrigou o ditador a fugir e criou uma nova situação política no país. Estimulados por essas vitórias, os haitianos podem preparar novas surpresas para Washington e seus aliados, já que o seu único objetivo agora é um "duvalierismo sem Duvalier".

Víctor Bacchetta

Reagan: a aliança com o terrorismo

O caráter de visita oficial dado pela Casa Branca à viagem de Savimbi aos EUA cria problemas no Congresso e desmoraliza a pregação de Reagan "em favor da liberdade"

A retórica de Reagan para justificar sua política intervencionista se baseia em dois pontos prioritários: a defesa da liberdade e a luta contra o terrorismo.

Sustentando Pinochet, Stroessner, Baby Doc, Ferdinand Marcos, Suharto e os esquadrões de El Salvador, estimulando e financiando os "contras" da Nicarágua, invadindo Granada para destruir uma interessante experiência de regime popular, o governo norte-americano desgastou a lenda de que estava empenhado sinceramente na "defesa da liberdade".

O apoio público e ostensivo dado à Unita, durante a recente visita de Savimbi aos Estados Unidos, sepultou a demagogia da Casa Branca em relação ao terrorismo. Sobre Savimbi há realidades inegáveis: em primeiro lugar, trabalha para a CIA e para o serviço de inteligência da Africa do Sul há quase um quarto de século; em segundo, é totalmente dependente da Casa Branca e dos sul-africanos e em terceiro, a Unita não é um movimento guerrilheiro mas sim um grupo que atua em função dos interesses sul-africanos.

Todas essas afirmações estão amplamente provadas. Nenhum membro da administração republicana dos Estados Unidos desconhece que, se os sul-africanos retirassem seu apoio à Unita, esta desapareceria do mapa. Sa-

vimbi é o que os sul-africanos e os governantes norte-americanos querem que ele seja.

Desta forma, a acolhida dada a Savimbi pelas autoridades norte-americanas — Reagan inclusive — não causou surpresa, mas a forma como se deu faz crer que a visita terá profundas e perigosas implicações diplomáticas. Um norte-americano que não pode ser acusado de marxista nem de simpático ao regime angolano, o banqueiro David Rockefeller, enviou uma carta ao deputado Walpe chamando a atenção do

Congresso para os "riscos intoleráveis" que o novo apoio financeiro oferecido a Savimbi criaria para os Estados Unidos. Por sua vez, o presidente da Câmara de Deputados, Thomas O'Neil, advertiu o governo que o Congresso pode interpretar a posição de Reagan como de apoio ao apartheid. Os negros norte-americanos não têm qualquer ilusão a respeito: nenhum de seus líderes quis receber ou ouvir Savimbi.

O presidente José Eduardo dos Santos, em seu discurso co-



Savimbi é recebido por Reagan na Casa Branca, uma atitude hostil a Angola que poderá ter consequências graves

memorativo do 259 aniversário da luta armada, em 4 de fevereiro, já havia deixado claro este ponto. "Ao ajudar a Unita e a Savimbi", disse o presidente angolano, "os Estados Unidos mostram claramente que estão do lado da África do Sul e do apartheid, que não são mediadores mas sim uma parte envolvida no conflito e que não estão preocupados com a aplicação da Resolução 435/78 da ONU sobre a independência da Namíbia e sim com seus interesses estratégicos e os de seus aliados". Acrescentou ainda uma observação realista: "Todos estes fatores levam a pensar que as expectativas de paz que se vislumbravam para a Africa Austral estão gravemente ameaçadas".

Repercussões políticas e econômicas

O presidente Kenneth Kaunda, de Zâmbia, opinou no mesmo sentido em nome dos países da Linha de Frente. De modo geral, não só os governos como também os meios de comunicação da África e do Mundo Árabe denunciaram a política de Reagan como um atentado à paz. Em Argel, o jornal El Moudjahid, habitual porta-voz do governo, considerou o apoio à Unita como um novo passo na "linha agressiva de Reagan contra Angola".

Os protestos não se limitaram à África ou ao Movimento dos Países Não-Alinhados. Também se fizeram ouvir nos Estados Unidos e na Comunidade Econômica Européia, cujas preocupações foram expostas pelo chanceler holandês Hans van den Broek.

A repercussão no meio econômico não foi menor. Angola é hoje um parceiro comercial respeitado internacionalmente. Seu mercado de consumo está se desenvolvendo, o comércio exterior está avançando e o governo de Luanda se destaca como rigo-

roso cumpridor de suas obrigações. O intercâmbio comercial com os Estados Unidos está próximo dos 150 milhões de dólares e sua tendência é o crescimento. Estas vantagens têm sido percebidas na Europa e nos Estados Unidos, inclusive por empresas de petróleo norte-americanas que operam normalmente em Angola.

A pergunta mais frequente que se formula em Washington é sobre as razões que teria Reagan para receber Savimbi na Casa Branca e dar caráter oficial a sua visita aos Estados Unidos. A Unita não dá um tiro sem usar bala norte-americana ou sul-africana e recebe desses países todo o dinheiro que esbanja na compra de dinamite para os atentados terroristas ou na preparação de sabotadores, que aviões da Africa do Sul despejam em solo angolano. Assim sendo, por que tanto barulho por causa de uma "ajuda" de 15 milhões de dólares, que é uma gota d'água comparada com os gastos milionários dos Estados Unidos e da Africa do Sul com a Unita?

A interpretação mais corrente, em Washington e nos meios diplomáticos no Rio de Janeiro é a de que Reagan precisava de uma cobertura política para justificar sua responsabilidade na agressão contra Angola. Era necessário melhorar a imagem de Savimbi, sua reputação de agente da CIA e encobrir os atos de terrorismo característicos de sua prática "guerrilheira", tais como colocar bombas em cinemas e sequestrar freiras ou colaboradores estrangeiros.

O propósito de Reagan fracassou. Savimbi deixa os Estados Unidos não como um respeitável dirigente, mas com as marcas de sua dependência e subordinação ainda mais acentuadas. Quanto ao governo angolano, os resultados também não foram os esperados por Reagan, pois Angola saiu fortalecida. Um correspondente da Folha de São Paulo nos Estados Unidos chegou a escrever que "Reagan, ao receber Savimbi como se fosse um estadista, fortaleceu consideravelmente o governo que gostaria de ver substituído."

Há outros aspectos a considerar: oficializando a agressão internacional a Angola, o presidente norte-americano justifica o apoio externo com que conta o governo de Luanda e o que possa eventualmente buscar no futuro. Efetivamente, em seu discurso de 4 de fevereiro, o presidente José Eduardo dos Santos destacou que Angola não hesitará em recorrer à ajuda internacional que provenha de países amigos, particularmente a União Soviética e Cuba, como também de todas as forças amantes da paz e da liberdade, a fim de defender sua soberania.

Reagan revelou com seu gesto a falsidade da pregação antiterrorista, assumindo uma posição que, no fundo, é a defesa do apartheid. Principalmente, tornou pública a adesão a métodos que ele declara combater.

Em nome de quais princípios poderá agora a Casa Branca condenar os atentados a pessoas, os sequestros e as bombas indiscriminadamente lançadas, se um notório recordista dessas práticas é recebido pelo governo norte-americano como sócio privilaciodo?

legiado? Sabe-se que na chancelaria brasileira, para citar um exemplo, o fato provocou perplexidade. O importante, no entanto, é não se limitar às desaprovações formais, mas considerar a situação da Africa Central sob outro ângulo. Se não é possível deter a onda intervencionista norte-americana, resta então outra alternativa: fortalecer política e militarmente Angola e os países da Linha de Frente em sua resistência contra a agressão sul-africana, da qual Reagan é o cérebro, o regime sul-africano o braço operacional e Savimbi apenas um peão a soldo.

Neiva Moreira

Um balanço de dez anos de luta

A República Árabe Saarauí Democrática foi proclamada em 27 de fevereiro de 1976. Foi reconhecida por 60 países e é membro pleno da OUA, devendo estes êxitos diplomáticos à vitória militar que tornou impossível a ocupação marroquina

Buhari Ahmed, embaixador da República Árabe Saarauí Democrática em Caracas e representante para toda a América Latina é, apesar de sua pouca idade, um velho dirigente saarauí designado pela Frente Polisario para o trabalho diplomático. Desde 1977 está ligado à América Latina, havendo ocupado o posto de embaixador no México, Panamá e Costa Rica.

De 1983 a 1985 foi responsável pelas relações da Frente Polisario com a Europa e foi recentemente reconduzido ao cargo de representante junto ao continente latino-americano "dentro do rodízio normal que ocorre, a cada três ou quatro anos, no corpo diplomático da Rasd".

Nesta entrevista exclusiva para os cadernos do terceiro mundo, o embaixador da Rasd se refere ao fracasso da estratégia dos muros defensivos, levantados pelo Marrocos no Saara, atribuindo-o ao domínio dos "mistérios" do radar, por parte da Polisario. Faz também uma avaliação desta década de luta, da situação militar e das relações internacionais, particularmente o desgaste dos vínculos históricos entre os saarauís e o Partido Socialista Operário Espanhol.

Que avaliação você faz dos dez anos transcorridos desde a

proclamação da República Árabe Saarauí Democrática?

 O fundamental é que conseguimos constituir um Estado, que trabalha nos setores básicos de importância estratégica para o futuro: educação, formação de quadros, relações internacionais e a ativação de uma administração eficiente que atenda aos problemas da população. Ao mesmo tempo, é um Estado que deve enfrentar uma agressão e raciocinar em termos militares, diplomáticos e políticos, para completar a emancipação do país.

Durante esses anos apareceu uma nova geração: as crianças que tinham 10 anos quando foi proclamada a República são atualmente homens de 20. Como fizeram para formar esses quadros? Foi atribuído maior peso à preparação militar ou à formação de profissionais e técnicos em universidades estrangeiras?

É um duplo desafio. Porém, nem o médico nem o engenheiro saarauís poderão exercer sua profissão num território ocupado. Portanto, a maior parte de nossos jovens se orienta para a defesa nacional, a prioridade fundamental, sem a qual é im-

possível construir o país ou sonhar com um Estado livre, soberano e independente. É uma imposição das circunstâncias.

Ao mesmo tempo, porém, estamos preparando as crianças e os estudantes para que sejam nossos continuadores no futuro, para que a próxima geração possa efetivamente construir uma nação livre, com fronteiras seguras ao norte e ao sul. A formação de quadros não é tarefa simples nem mesmo para um país indepen-



Bujari Ahmed, representante da Rasd na América Latina

As relações com a Espanha

Os recentes incidentes com um barco pesqueiro espanhol, nas costas do Saara, abalaram as relações da Frente Polisario com o governo socialista de Felipe González e determinaram o fechamento — talvez temporário — da representação saarauí em Madri. Como se explicam estes mal-entendidos entre duas forças — uma socialista, como o PSOE, e a outra um movimento de libertação, a Polisario, — que aparentemente têm tantos interesses em comum?

- Antes de chegar ao poder, Felipe González teve inúmeros encontros com a Frente Polisario, inclusive o de 14 de novembro de 1976 com o atual presidente Mohamed Abdelaziz. Nesse encontro, as duas partes estiveram de acordo em vários pontos: em primeiro lugar, que a Espanha tivera responsabilidade histórica na guerra do Saara, por ter propiciado o colonialismo marroquino. Em segundo lugar, que se tratava de uma guerra de agressão, de rapina, que devia ser denunciada com energia. Em terceiro lugar, que os acordos de pesca subscritos naquela época entre o Marrocos e o governo da UCD1 eram ilegais, porque transformavam os barcos de pesca espanhóis em objetivos militares, na medida que portassem a bandeira marroquina e pescassem em águas territoriais saarauís sem autorização do governo da Rasd. Por último, ficou estabelecido que, uma vez que o PSOE

alcançasse o poder na Espanha, a posição oficial do país sobre o conflito seria alterada.

Desde então caminhamos juntos, até que o PSOE chegou ao poder. A partir de então, Felipe González mudou de posição e manteve praticamente intacta a atitude sustentada pela Espanha desde a época colonial. Quanto ao affair que foi criado em torno dos incidentes, é lógico que ninguém — especialmente os socialistas espanhóis — deveria ficar surpreso pelo fato de unidades saarauís atacarem um barco com bandeira marroquina.

Somos implacáveis com barcos que hasteiam a bandeira do Estado opressor. Além disso, tais barcos roubam e carregam as riquezas saarauís em conluio com o agressor marroquino. O PSOE não pode surpreender-se agora porque em 1976 já reconhecia que os acordos transformavam os barcos de pesca espanhóis em objetivos militares.

E o envio de um navio de guerra espanhol a suas águas territoriais, em setembro do ano passado, como se explica?

 Enviar um navio de guerra espanhol até a uma milha de distância da costa saarauí é uma provocação militar, um ato de guerra.

Foi atacado?

O comportamento do exército saarauí contra esse navio foi o único comportamento lógico numa guerra. O navio foi atacado.

Mas não chegou a naufragar ...

Não, mas poderia ter sido afundado. Que faz um navio de guerra em nossas costas, senão a guerra? Poderíamos ter pensado de outra maneira se o governo espanhol tivesse anunciado previamente que um navio de guerra com bandeira espanhola estava pedindo autorização para entrar em águas territoriais saarauís. Esta omissão foi ainda mais gra-

ve porque eles avisaram a embaixada marroquina em Madri que o navio entraria em nossas costas.

Nossas autoridades militares viram o navio - que além do mais é igual aos marroquinos, pois o rei Hassan 2º comprou sua frota ao fabricante espanhol Bazán - e partiram para o ataque. Estes são os fatos, tal como ocorreram. Se o governo espanhol tivesse demonstrado vontade política de ajeitar as coisas, assim teria sido feito. Mas aconteceu o oposto. Montou-se uma campanha histérica pela imprensa, promovida pelo titular do Ministério de Relações Exteriores da Espanha, Francisco Fernández Ordóñez, o que desgastou ainda mais as nossas relações bilaterais.

Parece que a Espanha continua sem colocar-se no lugar exigido por suas responsabilidades históricas no conflito...

 A Espanha não pode prejudicar a República Saarauí mais do que já o fez em 1975, quando assinou em Madri o acordo tripartite² que dividiu o nosso país entre o Marrocos e Mauritânia.

O que significaria para a Polisario e para o PSOE uma ruptura de relações diplomáticas neste momento?

— Para o PSOE, romper relações com a Frente Polisario significa simplesmente aliar-se ao único regime colonialista do norte da África, expulso, como a África do Sul, da Organização de Unidade Africana. Isto tem um custo: o desgaste do discurso socialista não somente a nível nacional, na Espanha, mas também frente aos observadores do continente africano. Quanto a nós, a meta da Rasd é manter as melhores relações com a Espanha, ba-

¹ União de Centro Democrática, de Adolfo Suárez.

^{48 -} terceiro mundo

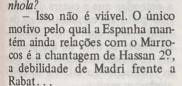
O Acordo de Madri, assinado em 1975, pouco antes da morte de Franco, entre a Espanha, Marrocos e Mauritânia, estabelecia a divisão da ex-colônia espanhola do Saara entre os dois Estados africanos.

seadas no respeito mútuo, o que supõe que o governo de Madri assuma suas responsabilidades no conflito.

Ceuta e Melilla estariam por trás

Comenta-se que até a década de 90 será construído um túnel

entre o Marrocos e a Espanha sob o estreito de Gibraltar, semelhante ao que ligará as costas da Inglaterra e França sob o canal da Mancha. A aproximação do governo espanhol com o Marrocos estaria determinada por expectativas de ordem econômica? Uma futura integração da economia marroquina à espa- Felipe González

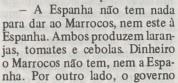


Por Ceuta e Melilla?

 Exatamente, por causa de Ceuta e Melilla. Mas esta é uma dades históricas. Cada vez que o rei do Marrocos se aborrece, aparece uma comitiva espanhola para negociar, a fim de que o mauhumor não aumente. O projeto do túnel, da mesma forma que o

pedido de Hassan 2º para entrar na Comunidade Econômica Européia, sob a alegação de que o Marrocos é mais europeu do que a Grécia, não passa de um sonho de grandeza por parte de um monarca in ternamente questionado.

Não é viável uma integração econômica entre o Marrocos e a Espanha?



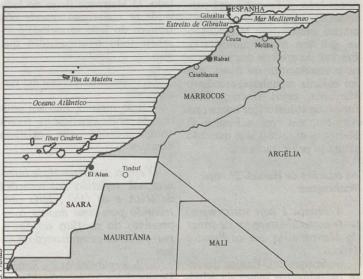
espanhol parece estar mais voltado para a Europa do que para a África. Ambas economias são competitivas entre si.

Então a debilidade — para usar uma expressão sua — da Espanha com relação ao Marrocos estaria realmente vinculada aos problemas militares e políticos, em função dos riscos que representaria para Madri uma decisão marroquina de recuperar Ceuta e Melilla...

— O governo espanhol considera que quanto mais se entretenha o exército marroquino no Saara, menores possibilidades haverá de que este se volte para Ceuta e Melilla e outras dificulanálise simplista. A guerra no Saara tem duas possibilidades teóricas de terminar: com uma vitória marroquina, que nós consideramos impossível, ou com um fracasso de Hassan 2º.

Na primeira hipótese, que para nós é somente teórica, o exército marroquino se motivaria depois para conquistar Ceuta e Melilla, completando assim a obra de "descolonização" pelo norte. Se a guerra do Saara, pelo contrário, terminar com o fracasso marroquino, o regime deverá compensar a derrota no sul com

Com 280.000 km², dividido em duas grandes regiões - Saguia el-Hamra e Rio do Ouro -, o Saara é praticamente deserto, tendo em seu litoral uma das maiores reservas pesqueiras do mundo. Enormes jazidas de fosfatos constituem a sua principal riqueza mineral. Tradicionalmente povoado por pastores nômades, a Frente Polisario calcula que os saarauís sejam cerca de um milhão, dispersos pelo território ocupado pelo Marrocos, no sul da Argélia, no sul do Marrocos e na Mauritânia





A diplomacia e o armamento da França sustentam o regime de Hassan 29

uma vitória no norte.

Em qualquer dos casos, Ceuta e Melilla desaparecem. Essa é a ameaça direta que a Espanha quer afastar, mas agindo como está, acaba perdendo no Saara e perdendo em Ceuta e Melilla. Por outro lado, a Espanha está consolidando seu processo democrático, enquanto o Marrocos vive sob um regime autoritário. Em vez de preferir um partenaire e interlocutor no Saara, que foi colônia espanhola, escolhe o Marrocos, cujos vínculos mais fortes, tanto históricos como econômicos, são com a França. O Marrocos constitui um mercado saturado pelos franceses.

As relações de Hassan 2º com Washington

A França é hoje mais importante como abastecedor de armas do Marrocos do que os Estados Unidos?

 Sempre foi. Exceto durante os primeiros meses da administração Reagan, ocasião em que os norte-americanos, com uma visão muito simplista e esquemática dos acontecimentos mundiais, marcaram uma linha vermelha e outra verde alinhando o mundo todo de um ou de outro lado. O Marrocos ficou do lado verde (e consequentemente nós ficamos do lado vermelho) e recebeu todo o armamento que quis.

Literalmente, recebeu luz verde.

 Isso mesmo, mas aos poucos os norte-americanos foram compreendendo que existiam nuances.

O apoio da comunidade internacional, refletido nas votações da OUA e da ONU, teria contribuído para uma melhor compreensão do conflito no Saara, por parte da administração Reagan?

A República Árabe Saarauí
 Democrática foi reconhecida por

mais de 60 países e é membro pleno da Organização de Unidade Africana. É fato que nosso Estado entrou já para a história. Também é fato que houve um esfriamento nas relações entre os Estados Unidos e o Marrocos.

Quais seriam as principais causas desse esfriamento?

 Hassan 2º dispôs habilmente as cartas para conseguir o apoio dos norte-americanos, assustando-os com a possibilidade de ocorrer no Marrocos o que aconteceu no Irã e usando o peso de sua posição geoestratégica. Mas os norte-americanos já lhe deram tudo o que podiam e, apesar de tudo, a guerra está longe de ser ganha pelo exército marroquino. Os Estados Unidos deram ao Marrocos radares, bombas de fragmentação, peritos, munições e tudo o que se pode dar a um Estado que não faz parte da Otan.

Nós acreditamos que os norte-americanos estão começando a entender que a guerra do Saara não pode ser enquadrada na definição de "confronto ideológico", mas se trata de um problema de descolonização. Claro que as resoluções da OUA e da ONU ajudaram muito.

Se as relações com os Estados Unidos esfriaram, quem está atualmente por trás de Hassan 202

— Mais do que a ajuda norteamericana, é o apoio do governo francês que favorece atualmente o prolongamento do conflito. A diplomacia e o armamento da França permitem a Hassan 20 dar as costas ao mundo e continuar recusando-se a estabelecer o processo de paz.

O caminho é a negociação

Para a Frente Polisario a negociação é a saída para o conflito?

 Não deve haver outro caminho, a menos que o Marrocos

50 - terceiro mundo

pretenda estender os muros para além das fronteiras da Argélia e da Mauritânia, o que transformaria o conflito numa guerra de maiores proporções³.

Mas o Marrocos alega que não pode negociar com a Frente Polisario porque esta é um apêndice da Argélia. Mesmo quando se pergunta aos marroquinos por que, então, se reuniram várias vezes com dirigentes saarauís, eles justificam esses encontros secretos com os precedentes do governo da Colômbia, que negociou com o M-19, e do governo da Espanha, que o faz com os separatistas bascos.

- Comparar o problema da descolonização do Saara com uma questão interna da Colômbia ou da Espanha é abusar da boa vontade da opinião pública mundial. A comunidade internacional definiu a questão do Saara como uma guerra de descolonização, e todas as guerras coloniais terminaram em negociação. No caso do Saara, a única negociação possível é entre a Frente Polisario e o Marrocos, como aconteceu no caso da descolonização de Angola ou Moçambique entre o governo de Portugal e os respectivos movimentos de liber-

Se o Marrocos pretende apresentar a guerra do Saara como um problema interno, por que não pode convencer a Organização dos Estados Africanos? Se a Africa não aceita sua tese, os outros continentes não a aceitarão.

O fracasso dos muros

Está fora de dúvida que, no terreno diplomático, o Marrocos é um grande derrotado. Como está a situação no terreno militar?

 Para poder falar em vitória militar, o Marrocos teria que conseguir três coisas: em primeiro lugar, consolidar a ocupação do Saara e explorá-lo economicamente; em segundo lugar, destruir a resistência armada do exército saarauí; por último, conseguir a legitimidade internacional da ocupação. Nenhum destes objetivos foi alcançado.



O exército marroquino ainda não obteve vitórias militares

Eles contavam com a reação da comunidade internacional?

— O Marrocos sempre apostou no fato consumado, no sentido de convencer a comunidade internacional a não preocupar-se com o caso do Saara, por tratar-se de um "dossiê arquivado". Mas no Saara as expectativas do pa-

lácio real marroquino se frustraram.

Do ponto de vista da Polisario, qual é a avaliação militar?

 Tivemos muitas dificuldades no princípio. Éramos um povo pequeno e desarmado frente a uma invasão, cuja arma mais

limpa usada contra nós foi o napalm... Mas sempre definimos esta guerra como sendo de longo alcance. Em primeiro lugar, nos propusemos a controlar a agressão e depois passar à ofensiva. Este objetivo foi conquistado em 1982, quando o exército

marroquino quase se desintegrou. O problema fundamental do Marrocos é que seu exército não está motivado para a guerra.

Que fez o exército marroquino depois do fracasso de 82?

 Foi nessa ocasião que, reconhecendo os seus erros, passaram à defensiva. Hoje essa estra-



A Frente Polisario sempre se preparou para uma guerra de longa duração

Os muros mencionados por Buhari são fortificações de areia construídas pelo exército marroquino.

tégia se materializa nos muros defensivos. Construir muros significa, do ponto de vista militar, estar na defensiva, à espera do adversário, com a previsão de que vai se esborrachar contra uma

parede.

Isto é válido para a guerra clássica, são princípios antigos da arte da guerra. Mas no caso do Saara é diferente. O exército saarauí não é um exército de estrutura e táticas clássicas; trata-se de uma guerra de desgate. Isto se reflete na economia marroquina: ao começar a guerra, sua dívida externa era de 3 bilhões de dólares e hoje é de 15 bilhões. O Marrocos gasta quase 4 milhões de dólares por dia com a guerra, um ônus que está se tornando insuportável.

Uma das consequências mais graves da guerra de desgaste é a deserção crescente da tropa marroquina, apesar dos muros. Em vez de conter os ataques da Polisario, as muralhas estão servindo para que o soldado marroquino não fuja.

A Frente Polisario reconhece que os muros tiveram, no começo, um efeito psicológico importante sobre o moral do exército saarauí. Com o correr do tempo, porém, o temor inicial cedeu e a Polisario chegou a desenvolver uma tática para neutralizar os radares instalados ao longo das muralhas. Como se deu este processo?

 Os muros são uma obra de engenharia barata (areia amontoada até uma altura de três metros), com torres de radar instaladas a cada dez quilômetros.
 Hassan 2º pensava, erroneamente, que a debilidade do exército marroquino era não saber quando a Polisario ia atacar e que se fosse avisado com antecedência da preparação dos ataques poderia reverter a situação.

É claro que a introdução do radar supõe um avanço tecnológico capaz de assustar um exército que não tenha conhecimento das leis da guerra, num cenário como é o deserto, sem praias, rios ou selvas, onde tudo está a

descoberto.

Mas embora o radar possa anular o fator surpresa no início do ataque, a surpresa vem agora em outro momento. Suponhamos que se lance um ataque contra uma frente de 60 quilômetros. Os radares detectam o movimento, mas não podem saber que o ataque de envergadura será a 40 quilômetros ao sul. O radar cum-

AS RELAÇÕES COM A AMÉRICA LATINA

A América Latina sempre esteve presente na diplomacia saarauí. Já em 1974, pouco mais de um ano depois de constituída a Frente Polisario e antes do acordo de Madri (14/11/1975), que cedeu o território do Saara ao Marrocos e à Mauritânia, uma delegação encabeçada pelo atual ministro da Informação, Ould Salek, percorreu vários países do continente. Foi uma visita de aproximação, que se repetiu nos anos seguintes e que assentou as bases do reconhecimento diplomático da Frente Polisario e da República Árabe Saarauí Democrática pela maior parte dos países latino-americanos.

Os únicos governos que votaram a favor do Marrocos, nos foros internacionais que tratam da questão do Saara, são o Chile e a Guatemala. Das democracias do continente, só a Argentina, o Brasil e o Uruguai não reconheceram ainda a Rasd. Por serem democracias recentes, suas respectivas chancelarias estão estudando o problema, mas sabe-se que em geral há boa receptividade com relação à causa saarauí. "Não nos resta a menor dúvida de que esses países, coerentes com a sua história e suas convicções democráticas e com o respeito pela autodeterminação dos povos que lutam pela independência, vão apoiar a Rasd", de-

clarou Bujari Ahmed.

"Os marroquinos — acrescenta o embaixador saarauí — ignoraram este continente e apenas agora começam a trabalhar e a distribuir a sua propaganda, especialmente o memorando intitulado 'Esforços incansáveis pela paz'. Na realidade teria que se falar de esforços para evitar a paz'. Ahmed assinala que Rabat esperava uma mudança na posição da América Latina nas Nações Unidas, "mas, evidentemente, não a conseguiu".

"Existem dois fatores que nos unem aos latino-americanos: em primeiro lugar, tanto o Saara quanto a América Latina sofreram e lutaram contra a mesma metrópole colonizadora. Em segundo lugar e por essa razão histórica, somos o único povo árabe de fala hispânica", afirma Ahmed.

Com relação ao Brasil, ele assinala: "Há um consenso de quase todas as forças políticas sobre a necessidade de reconhecer a independência do Saara. Isso foi expresso em uma petição dirigida ao ministro das Relações Exteriores pelos líderes das bancadas parlamentares de todos os partidos".

O embaixador saarauí explica que, desde a época do governo anterior, o Brasil havia se comprometido verbalmente a reconhecer a Rasd no dia em que passasse a integrar formalmente a Organização de Unidade Africana. "Aguardamos o cumprimento dessa condição, para reativar nosso trabalho diplomático neste país. Evidentemente, o advento da democracia facilita ainda mais a compreensão do assunto".

pre seu papel quando aquilo que detecta aparece e desaparece, mas perde sentido quando a presença é permanente. O exército sarauí mantém uma presença permanente e as sentinelas do outro lado do muro estão vendo isso. Os muros são fustigados durante as 24 horas do dia.

Todos os radares detectam movimentos a toda hora, uma coisa capaz de enlouquecer qual-

quer estrategista...

O radar do norte, o do sul, o do centro, todos pedem reforço ao mesmo tempo. Solicitam que a aviação se mantenha alerta. Mas, como disse Hassan 2º, o exército marroquino teria que transformar-se no exército soviético para cobrir materialmente todo o território saarauí, e isso é impossível.

O acordo líbio-marroquino

Certos porta-vozes marroquinos afirmaram que o acordo subscrito pela Líbia e o Marrocos estava inspirado, pelo lado de Hassan 2º, no desejo de cortar o abastecimento logístico do coronel Kadhafi para a Frente Polisario. Aparentemente isto foi conseguido. Como vocês avaliam o acordo, depois deste ano e meio?

É certo que depois do acordo entre a Líbia e o Marrocos e mesmo um pouco antes - Kadhafi suspendeu toda a ajuda aos saarauís. Mas o que se fecha por um lado se abre por outro. As maiores vitórias militares e os melhores desempenhos diplomáticos da Rasd foram obtidos depois desse acordo. Dois meses depois de firmado, por exemplo, a Rasd foi admitida como membro pleno da Organização de Unidade Africana. Isso não nos afetou, portanto, nem no campo militar, nem no político ou psicológico.

O acordo não impediu que a Frente Polisario mantivesse uma discreta presença em Trípoli, a capital líbia. Isso significa que as relações políticas entre a Rasd e a Líbia continuam?

 As relações políticas continuam, mas até agora não produziram nenhum fruto concreto depois do acordo de 13 de agosto de 1984.

O Marrocos tentou tornar irreversível sua presença no Saara,



Mais de dois terços dos marroquinos vivem na miséria

incentivando a colonização do território por famílias marroquinas. Esta política pode criar problemas futuros para a Rasd?

— A política de colonização que o Marrocos está tentando aplicar parte de um erro. É uma tentativa de transplantar a experiência israelense na Palestina, mas as comunidades marroquina e saarauí nunca conviveram.

Por outro lado, o povo marroquino não está em busca de um território para poder justificar uma guerra. Em terceiro lugar, o Marrocos é um país subdesenvolvido e, para incentivar a colonização, deveria oferecer uma motivação de benefícios materiais para essa população que está se transferindo. Seria necessário que o Marrocos tivesse um grande poder econômico e uma grande capacidade de investimento para atrair também mercenários para viver no Saara.

Oferecendo aos colonos uma melhoria real em seu nível de vida...

— Assim é, mas a economia em crise do país não o permite. De acordo com dados do Banco Mundial (1980), mais de duas terças partes da população marroquina vivem na mais absoluta miséria.

No Saara, com a atual situa-

ção de guerra, não são viáveis os sonhos de Hassan 2º de explorar os fosfatos e a pesca, ou a prospecção de outras riquezas. Sem isso a colonização não pode triunfar.

O cidadão marroquino não tem nenhuma motivação profunda para ocupar o Saara, do qual a maior parte da população nunca ouviu fa-

lar até o início da guerra e a "Marcha Verde" de 1975, cujos integrantes, em sua maioria, eram delinquentes tirados da cadeia e prostitutas.

Eles garantem que pelo menos a capital, El-Aiun, cresceu.

— A grande maioria dos cidadãos marroquinos que lá estão são lúmpen-proletários, gente que não encontra trabalho porque não há investimentos. E nem pode haver, enquanto durar a guerra, pois nenhuma empresa estrangeira investiria numa zona de alto risco.

Que parte do território saarauí é controlada pelo exército do Marrocos?

O exército marroquino está postado ao longo dos muros,
 o que significa mais ou menos um terço do território.

Beatriz Bissio

Enfim o apoio dos "grandes"

Após seis anos de existência, a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento Econômico da África Austral (SADCC) passa a receber apoio financeiro da Europa e também dos Estados Unidos

R reconhecimento da impor-tância do trabalho realizado até agora pelos nove países da Africa Austral (fora a África do Sul) surgiu durante a quinta reunião anual da SADCC, realizada no final de janeiro em Harare (Zimbábue), quando tanto o governo norte-americano, como o Banco Mundial, a Inglaterra e os países nórdicos da Europa se comprometeram a fornecer financiamentos para projetos que visem a reduzir a dependência em relação à África do Sul. O projeto mais importante foi o do chamado "corredor de Beira", que

permitirá ao Zimbábue, Zâmbia e também Malaui terem acesso ao mar através da estrada de ferro e do oleoduto que desembocam no porto moçambicano do mesmo nome.

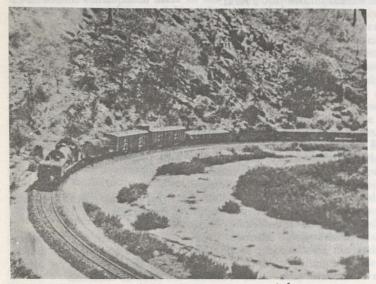
O "corredor" é vital para a sobrevivência econômica destes quatro países, que atualmente são obrigados a usar vias de comunicação e portos sul-africanos para escoarem parte de sua produção destinada à exportação, bem como a importar equipamentos essenciais. A reconstrução da ferrovia Beira (Moçambique) — Mutare (Zimbábue) e os

ramais para o Malaui e Zâmbia, deve custar cerca de 700 milhões de dólares a serem gastos num período de dez anos. Os recursos serão fornecidos pelos Estados Unidos, Alemanha Federal, Itália e outros países europeus. O projeto está dividido em três fases, a primeira das quais avaliada em 60 milhões de dólares será posta em prática tão logo seja eliminada a ação de sabotadores nas províncias de Manica e Sofala, em Moçambique, onde bandos armados orientados pela África do Sul têm impedido o funcionamento regular tanto da ferrovia como do oleoduto.

No momento em que o "corredor de Beira" voltar a ser operacional, ficará sensivelmente reduzida a dependência em relação aos portos e ferrovias sul-africanos, tornando os países da SADCC mais livres para impor sanções contra o regime do apartheid. A questão das represálias contra o racismo foi um dos temas políticos mais importantes da reunião de Harare, pois ficou claro para os governos considerados "doadores" que Angola, Botsuana, Lesoto, Zâmbia, Malaui, Moçambique, Tanzânia, Suazilândia e Zimbábue só podem alcançar o desenvolvimento econômico quando cessarem as agressões militares e econômicas promovidas pelo regime sul-afri-

O preço da resistência

Dados fomecidos pela secretaria executiva da SADCC, localizada em Gaberones, capital do Botsuana, revelam que desde 1980 os nove países sofreram prejuízos avaliados em 10 bilhões de dólares em consequência de agressões sul-africanas. Esta quantia é maior do que o dobro do total de financiamentos e empréstimos recebidos pelos países membros. Angola e Moçamentos e esta quantia esta



A ampliação da rede ferroviária garante a autonomia face à África do Sul

54 - terceiro mundo

bique foram os que sofreram maiores prejuízos causados por ataques militares, enquanto o Zimbábue e Malaui foram os que suportaram maiores perdas por interrupção de transportes e vias de acesso a portos internacionais. Esta pressão econômica sul-africana fez com que nos últimos seis anos a renda per cápita entre os nove países membros caísse em 15%, somente voltando a crescer em 1% a partir do ano passado.

O preço pago pela independência política e econômica ficou claro em janeiro quando o governo do Lesoto foi derrubado por um golpe militar após um bloqueio econômico de 25 dias, determinado pelas autoridades sul-africanas, que fechou as fronteiras do reino impedindo a chegada de combustíveis, alimentos e bens essenciais. O bloqueio foi uma represália contra o suposto apoio do deposto primeiro-ministro Leabua Jonathan a guerrilheiros do Congresso Nacional Africano, a principal organização negra sul-africana na luta contra o apartheid.

Na reunião de Harare, os membros da SADCC resolveram também racionalizar a execução dos vários projetos atualmente em andamento. A decisão foi adotada diante do fato de que projetos envolvendo custos de aproximadamente 4,8 bilhões de dólares só encontraram financiadores para 1,3 bilhão. Esta situação deve inverter-se a partir de agora com a decisão dos países ocidentais de darem maior apoio à SADCC. Os países nórdicos da Europa, por exemplo, se comprometeram a fornecer financiamentos durante 10 anos para auxiliar na exploração de matériasprimas, desenvolvimento do comércio e criação de empresas mistas. Também a Comunidade Econômica Européia (CEE) vai financiar 100 milhões de dólares nos próximos cinco anos para desenvolvimento da rede de transportes, agricultura e formação profissional.

Em compensação, Portugal, que participava com 4% do financiamento da recuperação da ferrovia entre Nacala e Kuamba, no norte de Moçambique, anunciou em Harare que não poderá fornecer novos recursos devido à difícil situação econômica do país e aos compromissos assumidos em consequência da filiação ao Mercado Comum Europeu.

As sanções

A mudança de atitude dos chamados "grandes" da Europa e também dos Estados Unidos marca uma importante virada nas relações políticas destes paí-

Esta situação parece agora ter mudado porque, somente no ano passado, a organização começou a negociar financiamentos no valor de 1,2 bilhão de dólares. A Inglaterra, por exemplo, resolveu participar da construção de uma rodovia ligando o Malaui à Tanzânia, e o Banco Mundial deve participar do projeto de reabertura do "corredor de Beira". A participação norte-americana está acontecendo mesmo depois dos chefes de Estado dos países membros da organização terem criticado de forma conjunta, na reunião de cúpula realizada em junho passado, as ligações econômicas entre Washington e Pretó-



Os países da SADCC darão prioridade absoluta ao "corredor de Beira"

ses com a SADCC. A organizacão, desde a sua fundação, adotou como norma a autonomia completa em termos de fixação de objetivos e elaboração de projetos. Isto fez com que muitos financiadores adotassem uma atitude hostil porque tradicionalmente tinham a última palavra no que se refere aos projetos a serem encaminhados. Em outras associações econômicas regionais, tanto na Africa como em outros continentes, os países e organismos financiadores em geral escolhem os projetos que mais lhes interessam. Além disso, a SADCC não procura priorizar o comércio, mas dá ênfase ao aumento da produção, o que também provocou atritos com fornecedores de empréstimos.

O novo tipo de relacionamento entre os países ocidentais e os membros da SADCC adquire conotações políticas dado o agravamento das tensões raciais na África do Sul e parece indicar uma preocupação com o futuro da região. Outra consequência é o fortalecimento das pressões de vários países membros da SADCC a favor da adoção conjunta de sanções contra Pretória, apesar do alto custo econômico das mesmas. A Africa do Sul já ameaçou represálias, mas internamente as retaliações enfrentaram inúmeras críticas de empresários do próprio apartheid, que já acham mais lucrativo uma acomodação com os vizinhos do que uma confrontação prolongada e imprevisível.

O tempo e os problemas do nosso povo não param de crescer. Impõe-se que, cada vez mais, um maior número de pessoas desperte este país, discuta o Brasil, mas em alto e bom tom, com os pés no chão. Comece por você, já!

TERRAFIRME

REVISTA TRIMESTRAL

Junte ao(s) pedido(s) cheque nominal ou vale postal (ag. central) no valor correspondente.

SE VOCÉ CONSEGUIR	GANHA DE BRINDE:	
3 assinaturas de Terra Firme	1 LP de "Radamés Gnattali"	
2 assinaturas de Terra Firme	1 assinatura trimestral de Nas Bancas	
1 assinatura de Terra Firme	04 semanas de Nas Bancas	

OBS.: assinatura p/exterior: US\$ 25.

Cupom de Brinde

Desejo uma assinatura anual de Terra Firme. Opção de pagamento: () 02 parcelas de Cz\$ 40,00. A 1ª parcela juntamente com este cupom. (a 2ª parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde). () 01 pagamento de Cz\$ 70,00 juntamente com este cupom. Data: / / Assinatura do comprador) cheque nomi- Mundo Ltda. dos, aguardo a re- n totalmente qui-
Nome: Endereço: Bairro: Cidade: Tel.: Estado: Cep: Profissão:	. 8 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0
Desejo uma assinatura anual de Terra Firme. Opção de pagamento: () 02 parcelas de Cz\$ 40,00. A 1.º parcela juntamente com este cupom. (a 2º parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde). () 01 pagamento de Cz\$ 70,00 juntamente com este cupom.	erendo Cz\$ nome da Editora T dos pedidos serem m que os mesmos
Data: / / Assinatura do comprador	guns do
Nome:	algu iito
Desejo uma assinatura anual de Terra Firme. Opção de pagamento: () 02 parcelas de Cz\$ 40,00. A 1ª parcela juntamente com este cupom. (a 2ª parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde). () 01 pagamento de Cz\$ 70,00 juntamente com este cupom.	n esta pror e postal — a eventua de a que 1
Data:	De acordo con nal ou () vali Considerando messa do brin tados Endereço: Balrro:

A vez de Museveni

Depois de quase seis anos de resistência armada contra dois governos consecutivos, Yoweri Museveni tomou o poder e agora tem pela frente a difícil tarefa de unir um país dividido desde a época colonial

Quando o ex-ministro da De-fesa e ex-exilado político na Tanzânia, Yoweri Museveni tomou posse no dia 29 de janeiro na Presidência da República em Uganda, a mudança de governo não chegou a provocar maiores surpresas nem dentro e nem fora do país. Na verdade, a ascensão ao poder do dirigente do Movimento de Resistência Nacional (NRM) e comandante do Exército de Resistência Nacional (NRA) era tido como quase inevitável depois do golpe que o general Tito Okello liderou contra o presidente Milton Obote, em agosto do ano passa do.

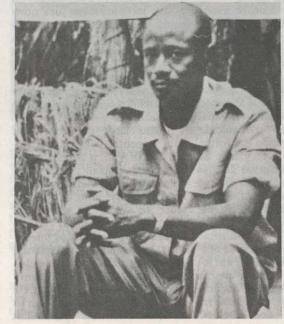
Okello nunca chegou a formar um governo estável. Sua base política era frágil porque contava apenas com o apoio de alguns dirigentes do norte de Uganda, interessados em manter a hegemonia sobre a elite empresarial e agrícola do sul. Na falta de partidos, o autor do golpe contra Obote tentou se manter às custas do predomínio militar, notadamente dos oficiais oriundos da etnia acholi. Mas nem isso foi suficiente, porque o exército regular já mostrava acentuados sinais de desagregação, após seis anos de infrutíferas tentativas para acabar com a guerrilha do NRA. Okello apelou, então, para o apoio de militares que na década de 70 foram seguidores do ex-ditador Idi Amin, e também tinham suas bases no norte.

A fragilidade política do regime militar que sucedeu Obote foi evidente com as tentativas de encontrar um acordo com Museveni, realizadas com a mediação do presidente do Quênia, Daniel Arap Moi. As negociações para o acordo se arrastaram de setembro a dezembro. Enquanto Okello e Museveni discutiam através de intermediários, as forças tanto do governo como do NRA tra-

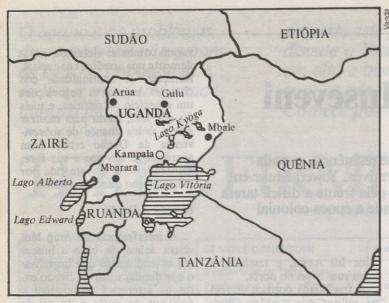
vavam combates violentos, notadamente nos arredores da capital, Kampala. A continuidade dos choques tomou as negociações um exercício de retórica, e mais do que isso, serviu para mostrar que a única chance de sobrevivência de Okello estava num acordo que salvasse a sua face, diante de uma derrota tida por muitos como quase inevitável.

Impedir a divisão

A interferência de Arap Moi visava acima de tudo a buscar um entendimento que impedisse o aprofundamento da divisão entre os interesses econômicos e políticos do norte e do sul de Uganda. Mas Museveni, mais ligado à Tanzânia, sempre rejeitou a possibilidade de que militares comprometidos com a ditadura de Idi Amin participassem de um governo de união nacional. E sem o apoio destes militares, a posição de Okello ficaria insustentável. Assim, quando no final de dezembro Moi anunciou a as-



Museveni é o mais jovem presidente em toda a história de Uganda



sinatura de um acordo, em cerimônia formal realizada em Nairóbi, a inclusão dos ex-seguidores de Amin numa Junta Governativa deixou claro que nada do que estava escrito no protocolo seria posto em prática, pois Museveni continuava se recusando a sentar na mesma mesa que generais como Isaac Muago ou oficiais como o major Amin Onzi.

O acordo de Nairóbi nunca chegou a ser posto em prática, embora tenha havido uma repartição de cargos e até uma redivisão de funções. O NRA não desmobilizou suas bases e nem desmontou a administração que havia implantado nas áreas sob controle da guerrilha, notadamente no chamdo "triângulo de Luwero". O comando das forças de Museveni estava na cidade de Buloba, situada a apenas 20 quilômetros de Kampala. Outras frentes se ampliaram em dezembro e no começo de janeiro, especialmente na área de Masaka, onde as unidades guerrilheiras eram chefiadas pelo irmão de Museveni, Salim Saleh Rufu, um jovem militar de carreira que se tornou célebre pela sua audácia em combate. Impotente para resistir ao avanço dos rebeldes,

Okello deslocou os nove mil homens comandados por Lumago e Onzi para o sul, engajando os exadeptos de Amin nos combates diretos com o NRA.

Foi o suficiente para que os indecisos passassem em massa a apoiar Museveni, temerosos de que o tribalismo dos soldados da Frente de Salvação Nacional de Uganda (UNRF) e seguidores do ex-ditador provocasse um novo banho de sangue. Na última semana de janeiro, o avanço das tropas de Museveni em direção a Kampala foi irresistível, graças ao apoio popular de milhares de ugandenses já cansados da guerra e desiludidos com os governantes institucionais.

Outro fator que contribuiu para aumentar o moral das tropas do NRA foi o sistema de administração implantado nas áreas "libertadas". Esta administração, criada em novembro do ano passado, se constituiu na prática num "governo paralelo" e dela faziam parte conhecidos intelectuais, comerciantes, advogados e professores da região sul e sudeste de Uganda. Os novos administradores criaram 13 distritos e imediatamente reorganizaram os serviços essenciais paralisados

desde 1984, quando a guerra se tornou mais intensa e o governo Obote praticamente se entrincheirou em Kampala. A maioria dos encarregados e administradores eram fiéis seguidores de Museveni desde os tempos do extinto Fronasa (Frente de Salvação), criada há 10 anos na Tanzânia, durante o período Amin. Mas também aderiram ao NRA príncipes da etnia baganda, da etnia kabaka e políticos conservadores do movimento Fedemu (Frente Democrática de Uganda).

O novo poder

Militarmente, as forças de Museveni se tornaram a partir de novembro do ano passado mais numerosas e mais organizadas que o exército regular, nominalmente na época sob comando do general Tito Okello. O NRA che gou a ter 20 batalhões móveis e cinco companhias de 120 homens, num total de 16 mil soldados. O poderio militar, aliado a uma política cautelosa de evitar confrontações e retaliações tribais, fez com que o prestígio do NRM aumentasse, pois muitos camponeses passaram a se sentir protegidos. Também a política de permitir que as aldeias controladas pelo NRA elegessem seus próprios conselhos administrativos fez com que muita gente passasse a acreditar no projeto de Museveni.

Com esta retaguarda, a tomada do poder, após curtos combates em Kampala nos últimos dias de janeiro, foi surpreendentemente fácil e tranquila. Logo após a fuga do general Okello para a região de Jinja, um importante centro urbano que controla as vias de comunicação com o Quênia, Museveni empossou o seu novo governo, acumulando além da presidência, a pasta da Defesa. O cargo de primeiro-ministro foi entregue a Samson Kisekka que também passou a exercer o cargo de ministro das Relações Exteriores. O ex-professor da

universidade de Makerere, Ponciano Mulema, foi nomeado ministro das Finanças, enquanto o médico Chrisslus Kyonga, ex-cirurgião do Hospital Kenyatta em Nairóbi, ganhou o Ministério do Comércio.

Nem todos os cargos da nova administração estavam preenchidos nos primeiros dias de fevereiro, mas uma tendência ficou clara na escolha da equipe de assessores de Museveni. Ele procurou estabelecer um equilíbrio entre os vários grupos étnicos do sul e sudeste para evitar o predomínio de uma facção sobre a outra. Buscou também o apoio de políticos, alguns de tendência conservadora, que no passado tiveram participação ativa na resistência tanto contra a ditadura Amin como contra o governo Obote. O grande problema é a ausência de representantes das etnias de origem nilótica, o que virtualmente pode manter ainda durante algum tempo a tradicional divisão entre os bantus do sul e as etnias do norte.

Apresentado por algumas agências ocidentais de notícias como marxista, Museveni parece na verdade optar por uma linha política moderada e centrista. Economicamente ele segue uma posição nacionalista que, no entanto, não chega a ser radical e seguramente sofrerá influências da burguesia agrícola e comercial dos baganda do sul de Uganda, que sempre dominaram a estrutura produtiva do país. E quase certo que os partidos tradicionais terão pouca interferência nas questões políticas do novo governo, que tem interesse numa reorganização constitucional e planeja a realização de um plebiscito no prazo máximo de um ano e meio.

As dificuldades para o novo regime não serão poucas, especialmente no campo da economia e na questão do controle político do norte, onde se localizam os redutos de Idi Amin, Milton Obote e do general Tito

Okello. Mas o grande trunfo de Yoweri Museveni é sem sombra de dúvida o cansaço da maior parte dos ugandenses com a longa guerra travada entre as várias lideranças políticas que, desde a independência, em 1962, lutam pela hegemonia do país.

Os planos do novo governo incluem também a formação de um Conselho de Resistência Nacional, integrado por cerca de 60 membros, em sua maioria civis. O organismo terá como subordinados Conselhos Regionais e Municipais eleitos por cada aldeia e cidade, na tentativa de criar uma nova estrutura para substituir a existente até agora e que entrou em colapso juntamente com o poder central tanto no período de Obote como no de Okello. Ainda segundo al-

rança no interior, ameaçada pela existência de vários grupos armados ligados a partidos e políticos depostos nos últimos golpes de Estado. Também foi feito um apelo aos exilados ugandenses para que voltem ao país. Outra providência foi determinar o fechamento das fronteiras para evitar o contrabando de café e algodão para países vizinhos, enquanto ò governo tenta reorganizar a economia e regularizar as entregas para seus clientes no exterior. Em caráter de emergência foram assinados acordos com Ruanda e Zaire para troca de produtos, a fim de atender às necessidades do mercado local, onde falta quase tudo há pelo menos três

No plano externo, Yoweri Museveni recebeu o apoio ime-



O novo governo quer acabar com as perseguições políticas e o tribalismo

guns estrategistas do NRM, uma vez que a pirâmide de conselhos seja montada, estarão criadas as condições para a convocação de uma conferência de cúpula de todos os movimentos políticos para encaminhar a realização de um plebiscito.

Mas mesmo antes de instalar a nova administração, Museveni já anunciou um projeto de 10 pontos destinado a restaurar a segudiato da Líbia e da Tanzânia. O governo do Quênia se mostra reticente, porque a tomada do poder pelo NRM representou um duro golpe para a diplomacia pessoal do presidente Arap Moi. Mas as dúvidas maiores vêm do Zaire, que no passado teve ligações com militares ligados a Idi Amin, e que aparentemente não estaria muito inclinado a permitir um fortalecimento de Museveni.

Carlos Castilho

O lobby do apartheid junto à direita dos EUA

O regime sul-africano gasta 2,5 milhões de dólares para convencer o Congresso norte-americano a impedir sanções contra o apartheid

om a aproximação das eleições legislativas deste ano e
a reabertura dos trabalhos no
Congresso norte-americano, o
governo sul-africano decidiu intensificar as suas ligações com
grupos parlamentares de direita,
especialmente no Partido Republicano, pagando cerca de
um milhão de dólares para três
agências de lobby político. O
principal objetivo desta nova
ofensiva é tentar neutralizar os
esforços dos grupos anti-apartheid que obtiveram no ano passado várias vitórias ao conseguir

que estados e municípios decidissem retirar investimentos em empresas instaladas na África do Sul

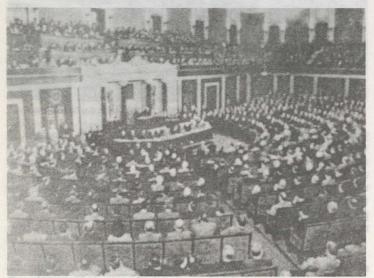
O lobby conservador pretende atacar os adeptos do nãoinvestimento em todos os níveis. "Há um preço a pagar nos ataques contra a África do Sul", afirma Michael Hathaway, um veterano lobista no congresso norte-americano que recentemente assinou um contrato de 780 mil dólares para trabalhar durante dois anos a favor do governo de P.W. Botha. "Existem eleitores que não apóiam os ataques contra a África do Sul", diz Hathaway.

Dois outros novos lobistas de Pretória - William Keyes e Ronald Pearson - conservaram os seus empregos como funcionários de alto nível junto a comitês de ação que no passado deram ajuda a alguns ultradireitistas do Congresso norteamericano, como o senador Jesse Helms (republicano da Carolina do Norte) e o representante Jeremiah Denton (republicano do Alabama). Keyes fez campanha em 1984 junto com o astro do futebol norte-americano Roosevelt Grier, na Carolina do Norte, em favor de Jesse Helms. Pearson, um ex-dirigente do grupo "Jovens Pela Liberdade" (YAF), trabalha no momento como diretor do "Fundo para Vitória Conservadora", uma organização criada há 13 anos e que foi responsável pela base financeira da campanha dos republicanos conservadores na eleição de 1984.

A terceira face nova do lobby sul-africano, Hathaway, trabalhou durante mais de uma década para o senador James McClure, o republicano conservador de Idaho, que preside o Comitê de Energia e Recursos Naturais do Senado, com jurisdição sobre a estratégica política mineral dos Estados Unidos. Todos os três lobistas assinaram contratos com cifras em dólar de seis dígitos, a partir de julho do ano passado.

Keyes dirige a recém-formada empresa International Public Affairs Consultants Inc. que recebe 360 mil dólares por ano mais 30 mil para despesas, do governo sul-africano. Pearson e seu sócio Richard Pipkin assinaram um contrato de um ano no valor de 180 mil dólares com a embaixada sul-africana, em Washington.

Hathaway é o único dono da recém-formada United Interna-



Pretória paga elevadas quantias às agências de lobby para neutralizar os grupos anti-apartheid dentro do congresso norte-americano

60 - terceiro mundo

tional Consultants, que receberá 360 mil dólares por ano, também do governo de Pretória. Entre os assalariados de Hathaway está Joan Baldwin, uma antiga funcionária do Comitê Político do Partido Republicano no Senado e uma antiga auxiliar da administração Nixon, com mais de 20 anos de serviços ao partido.

sitou Pretória a convite da Fundação Sul-Africana (o grupo que reúne os principais empresários e políticos do apartheid), mantendo contatos de alto nível com o ministro e o vice-ministro do Exterior, respectivamente Roelof Botha e Louis Nel. O contrato, no valor total de 390 mil dólares, o transformou no principal elemento

de pela Liberdade" e em 1973 passou à direção dos "Jovens pela Liberdade". Trabalhou durante cinco anos como assessor do ex-representante republicano John Ashbrook e também para o californiano conservador William Dannemeyer. Em 1980, ele foi diretor de uma newsletter ultradireitista chamada Pink Sheet on the Left.

Um agente negro

Todos os três

novos lobistas têm um longo passado direitista. Keyes ganhou fama nacional nos Estados Unidos, em novembro do ano passado, quando um artigo do jornal Washington Post o apontou como o principal político negro norte-americano a fazer campanha em favor da minoria branca sul-africana. Ele comesua reputação

como conservador nos anos 70 ao trabalhar como assistente de política social na "União Conservadora Norte-americana". Depois de um fracassado período de dois anos como um assessor de escalão inferior de Reagan para questões políticas, Keyes se associou ao veterano conservador negro Jay Parker que há mais de quatro anos recebe dinheiro da embaixada sul-africana. Parker ganha 36 mil dólares por ano para fazer campanha em favor do bantustão Venda, cuja independência declarada pela Africa do Sul não é reconhecida por nenhum país do mundo.

Keyes também participou da campanha de Helms em 1984, e em agosto do ano passado vi-



çou a adquirir a A campanha anti-apartheid é o principal alvo do lobby sul-africano

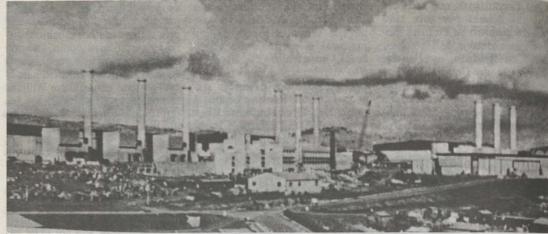
de ligação entre a África do Sul e os negros norte-americanos. Suas atribuições incluem a organização de empresas mistas de negros dos Estados Unidos e da África do Sul, de viagens de jornalistas negros norte-americanos a Pretória e fornecimento de facilidades nos Estados Unidos para negros sul-africanos com nível universitário.

O menos conhecido em Washington de todos os novos lobistas na folha de pagamento de Pretória é Pearson. Ele se formou em 1971 na Universidade de Brown e foi nomeado representante da YAF na Nova Inglaterra. No ano seguinte, foi escolhido secretário executivo da "Cruzada Mundial da Juventu-

A Pearson & Pipkin recebeu no mínimo 12 mil dólares por serviços de consultoria prestados em 1980 para o "Fundo da Vitória Conser-vadora", do qual Pearson é atualmente o diretor executivo. Nas eleições de 80, o Fundo contribuiu com aproximadamente dez mil dólares para a campanha de oito políticos conservadores, entre eles Jeremiah Denton, de Alabama. Quatro anos mais tarde, em 1984,

o Fundo destinou mais de 30 mil dólares para as campanhas de 77 republicanos conservadores.

Entre os novos lobistas, o que tem maior experiência em campanhas políticas dentro do congresso norte-americano é Hathaway. Ele chegou a Capitol Hill em 1972 como assessor do republicano MacClure, e agora junto com Joan Baldwin vai defender os interesses sul-africanos no Senado norte-americano enquanto Pearson ficará com a Câmara de Representantes. "Vamos fazer campanha contra as sanções à Africa do Sul em todos os níveis da política norte-americana", garantiu Hathaway. Ele afirmou que "os norte-americanos



"A dependência dos Estados Unidos das reservas minerais sul-africanas (na foto, a usina de enriquecimento de urânio de Pelindaba) deve assegurar o apoio do governo norte-americano à África do Sul"

AGENTES PAGOS PELO GOVERNO SUL-AFRICANO NOS EUA

nome	empregador	salário (em dólares)
John P. Sears	Embaixada sul-africana	500.000 por ano mais 30.000 para despesas
William Keys	,,	360.000 por ano mais 30.000 para despesas
Michael Hathaway	"	360.000 por ano mais 30.000 para despesas
Smathers, Hickey & Riley	,,	300.000 por ano mais 30.000 para despesas
Pearson & Pipkin	also "The late of the	180.000 por ano mais 15.000 para despesas
Public Service	"	27.135 por ano
Audience Planners	Escritório de Turismo	61.000 por ano
William Hecht	Ministério de Relações Exteriores	192.465 por 6 meses
Michael Farrel, John Nugent e Raymond Waldmann	Bophuthastwana	112 000 nor 6 massa
Donald Johnson	Ciskei	112.000 por 6 meses
	The state of the s	23.083 por 6 meses
Kenneth Towsey	Transkei	10.233 por 6 meses
Jay Parker	Venda	34.399 por 6 meses
Peter Teeley	Corporação de Ouro	165.000 por ano mais despesas

Fonte: Departamento de Justiça do governo dos Estados Unidos.

terão que pagar um preço se retirarem o apoio à África do Sul".

Hathaway defende intransigentemente o governo racista de P.W. Botha. Como um assessor do senador MacClure, ele tem uma grande familiaridade com a política sul-africana, principalmente no que se refere ao fornecimento de minerais estratégicos para a indústria bélica norte-americana. Segundo Hathaway, a dependência norteamericana das reservas minerais sul-africanas e a política antisoviética de Pretória "devem garantir o apoio incondicional do governo branco norte-americano à África do Sul". Ele acaba de voltar de uma viagem de duas semanas por várias cidades sulafricanas onde se encontrou com políticos escolhidos pelo governo Botha, entre eles Gatsha Buthelezi, que o lobista classifica como "futuro presidente da África do Sul" (Buthelezi é um chefe tribal zulu, aceito pelo apartheid e questionado pelo seu "oportunismo" pela maioria dos negros sul-africanos).

Hathaway acredita que o Partido Democrata dos Estados Unidos vai transformar a questão sul-africana no principal tema de política extema durante a campanha eleitoral deste ano.

Anne Newman/Africa News

Um apelo em favor das vítimas da seca

Um estudo das Nações Unidas revelado há pouco faz um dramático apelo à comunidade internacional para ajudar as vítimas da guerra e da seca

A pesar do estilo moderado, o relatório redigido por técnicos das Nações Unidas sobre a situação de carência existente em Mocambique se transformou em um veemente apelo à solidariedade internacional. Indo muito além dos danos debitados às calamidades naturais - o país suporta as consequências da pior seca já verificada nos últimos 50 anos - o documento divulgado em Genebra constitui, também, uma denúncia à campanha de desestabilização promovida pela África do Sul contra o governo de Maputo. Elaborado por especialistas que visitaram a região nos últimos seis meses do ano, o texto permite verificar que, como pano de fundo do conflito armado, existe uma outra frente de combate, igualmente dura. Nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica e Teto, 2.146.300 pessoas sofrem as consequências da escassez prolongada de chuvas.

Com exceção de algumas áreas de Gaza, nas demais regiões a estiagem que se prolongou por três anos empobreceu o solo. Para se ter uma idéia de parte do problema criado para os agricultores, basta dizer que no auge da seca começou a se verificar a salinização de terras distantes alguns quilômetros da costa. Através do leito de rios, então quase extintos, a água do mar

penetrava terra adentro, inutilizando desta forma antigas zonas férteis.

Por outro lado, os ataques sistemáticos contra alvos econômicos e sociais, por parte da Renamo, uma extensão das forças armadas sul-africanas, tiveram "um efeito desestabilizador ao longo de todo o país". Como a população mais atingida é a que vive no campo, a produção e escoamento de alimentos sofreram uma drástica redução. Para fazer frente à situação de penúria, até abril de 1986, época em que se espe-

ram colheitas consideradas regulares, Moçambique necessitará de 445.780 toneladas métricas de cereais. O total de importações, doações e produção interna chega apenas a 282.565 toneladas, ficando um déficit de 162.215 toneladas.

No tocante ao apoio no setor da saúde, o programa de assistência às vítimas de subnutrição e de apoio aos centros médicos, proposto no relatório, perfaz um total de 1.735 mil dólares. Nesta cifra está incluída a distribuição de roupas para adultos e crianças. Uma constatação chocante feita por aqueles que tiveram a oportunidade de percorrer os centros de atendimento é a extrema escassez de roupas existente em algumas áreas. É possível encontrar pessoas cobertas apenas por trapos, sacos ou mesmo cascas de árvores. De acordo com outras informações, o quadro de penúria é tal que acontece às vezes de uma família ter para se vestir apenas uma capulana - vestimenta tradicional que consiste em um corte de pano colorido, de dois metros



Dois milhões de moçambicanos sofrem os efeitos da seca e do banditismo

de comprimento, que se usa preso à cintura. Quando o marido precisa sair, a mulher fica dentro de casa porque não tem o

que vestir.

Ainda em meados de 1985, a FAO tinha advertido para a urgência de uma ação coordenada a nível internacional para salvar os flagelados pela seca no continente africano. Durante uma conferência de imprensa realizada em Nairóbi, capital do Quênia, o Sudão, a Etiópia, o Niger, o Chade e Moçambique foram apontados como regiões atravessando uma etapa crítica. As necessidades globais em alimentos foram calculadas na época em 7 milhões de toneladas. O mais recente relatório das Nações Unidas sobre a assistência destinada apenas a Moçambique estipula em 37 milhões de dólares o valor do programa de emergência a ser aplicado.

Ataques contra a Cruz Vermelha

Os traballhos da Cruz Vermelha de Mocambique em Manjacazo, província de Gaza, começaram em 1983, quando a população da área se viu confrontada com a seca e os bandos armados. O grande número de pessoas que para lá acorriam em consequência dos combates verificados em Inhambane, província limítrofe, e a situação extremamente difícil em que se encontravam as crianças levaram a que a área fosse definida como prioritária.

Para evitar a proliferação desnecessária de centros infantis, foram organizados cursos para a formação de nutricionistas. Uma vez concluída a sua preparação básica, eles eram enviados para as aldeias comunais, onde seguiam os planos de assistência traçados. Desta forma, a própria população de uma região via-se envolvida na tarefa de prestar ajuda aos menores carentes.

No relatório divulgado em

1985, as Nações Unidas denun- que conseguiram fugir dos acamciavam os problemas criados pelo governo de Pretória na acorriam aos postos de socorro África Austral, impedindo o montados em Machaze, distrito desenvolvimento efetivo de projetos de apoio a áreas afetadas por calamidades naturais. O clima de instabilidade surgido com as agressões contra os países vizinhos tem dificultado uma assistência mais adequada aos flagelados por intensas secas ou cheias catastróficas. Esta situação foi confirmada por Isaías Funzamo, presidente da Cruz Vermelha de Moçambique, ao falar sobre os danos causados pela Renamo, particularmente nos dois últimos anos.

Infiltrados através da fronteira que separa a África do Sul e Moçambique, região onde se encontram localizadas as províncias de Gaza e Maputo, os bandos armados, da mesma forma que ocorreu em maio passado na área da estrada de ferro que une a capital do país com Chicualacuala, atacam e pilham os caminhões da Cruz Vermelha. Devese ressaltar que os veículos que transportam medicamentos, alimentos e roupas trazem impressos, de forma bem visível, o emblema da organização humanitária e são conduzidos por civis. Não há, portanto, como justificar os ataques contra estas viaturas. As operações desencadeadas a partir de Krugerpark, território sul-africano, obrigaram a que fossem suspensos os trabalhos de apoio aos cidadãos de Moçambique que vinham sendo expulsos do belicoso vizinho. Na Moamba, um dos distritos de Maputo, as ações de distribuição de ajuda tiveram que ser drasticamente reduzidas por causa dos atos de terrorismo praticados pelo matsangaissa¹.

Em Manica, os esforços da Cruz Vermelha se concentraram no atendimento de populações inteiras deslocadas dos seus locais de origem. Crianças órfãs, numerosos grupos de pessoas

pamentos dos bandos armados situado ao sul da província. Com o início das chuvas, foram distribuídos instrumentos agrícolas e sementes. Um novo contratempo, porém, irá prejudicar as colheitas: as plantações são invadidas pelos elefantes.

Do ponto de vista físico e psicológico, Isaías Funzano descreve os refugiados das áreas de operações da Renamo como se encontrando em uma situação lamentável. 'Os bandos armados diz ele – somente abandonam uma região quando a população nada mais tem para ser roubado". Em consequência do estado de subnutrição em que se encontram, até mesmo os adultos têm que se submeter nos primeiros dias a uma dieta especial. Sumariamente vestidos, fisicamente afetados e aterrorizados, são contingentes humanos exigindo um trabalho dedicado de recuperação.

O apoio recebido para socorrer as vítimas das calamidades naturais e dos bandos armados é diversificado. Ele vem de países como a União Soviética, Alemanha Democrática, Hungria e alguns outros da Europa ocidental, como também de instituicões religiosas internacionais. Em Moçambique, o Conselho Islâmico e a comunidade muçulmana vieram juntar-se a outros organismos na oferta de dona-

tivos em dinheiro.

A ajuda prestada por estes crentes tem um significado político. Originários em sua maior parte do Paquistão e da India, de onde trouxeram a religião e a prática do comércio, tornaramse elemento de peso na economia da África oriental. Logo após a independência de Mo-

Matsangaissa, nome pelo qual são popularmente conhecidos nas aldeias os integrantes da Renamo.



Organizações religiosas da Europa têm dado ajuda material aos camponeses mais atingidos pela falta de chuvas

çambique, em 1975, depois de um curto compasso de espera, a comunidade constituída pelas ismaelitas, que é liderada pela família Aga Khan, retirou-se em massa do país. Sempre olhando com reserva os rumos que os acontecimentos tomavam, somente dez anos depois é que os muçulmanos se organizaram e decidiram cooperar, como grupo, com as autoridades moçambicanas.

Cristãos com o governo

Em 1982, em consequência de um apelo lançado pelo governo, que na época coordenava esforços para combater os efeitos da terrível seca, uma das organizações que responderam afirmativamente foi o Conselho Cristão de Moçambique. Entre as igrejas a ele filiadas se encontram a anglicana, metodista unida, presbiteriana, congregacional e a batista. A igreja católica e algumas outras confissões religiosas não se incluem neste número.

Graças aos contatos internacionais — por exemplo, Serviço Mundial de Igrejas, Conselho Mundial de Igrejas e Comitê Central Menonita (CCM) — foi possível contar, em 1983, com fundos equivalentes a 2 milhões 250 mil dólares. Nos anos seguintes, as ofertas alcançaram os 4 milhões, sendo que em 1985 o montante previsto era de 6 milhões. Mas os donativos não vieram apenas de fora. Eles chegaram inclusive de regiões também afetadas pela seca. Era a solidarie dade transpondo as barreiras mais difíceis.

De acordo com Wilson Silva, funcionário do Departamento de Projetos do CCM, as doações em dinheiro e produtos são investidas em planos visando a cobrir necessidades em três níveis: emergência, reabilitação e desenvolvimento. No primeiro se encontram aqueles trabalhos relacionados diretamente com a alimentação, vestuário e assistência médica, na fase mais aguda da crise. O segundo diz respeito à organização dos flagelados para que possam produzir e alcançar a auto-suficiência. E, finalmente, o terceiro refere-se à assistência material e técnica a grupos já mais estabilizados.

Em diferentes etapas, estes

projetos podem ser encontrados nas províncias de Gaza, Sofala e Inhambane. Nesta última, 32.500 famílias constam dos projetos do CCM. Vítimas da seca, elas recebem milho, óleo, feijão e leite como parte de uma ajuda de emergência. A área da operação desencadeada em 1985 abrange Jangame, Cumbana, Mupecua e os arredores da própria capital, locais de afluência de uma população sem bens de qualquer espécie.

A distribuição dos produtos destinados às zonas afetadas fazse através do Gabinete de Prevenção de Combate às Calamidades Naturais. Nas províncias, o plano de assistência é coordenado por funcionários desta instituição governamental e do Conselho Cristão de Moçambique. Conforme observou Wilson Silva, até 1982 o trabalho realizado pelas diferentes confissões cristãs restringia-se ao plano espiritual. Hoje, ele abrange também o material. Em ambos os casos existem linhas mestras a serem seguidas e a sua observância afasta a possibilidade de restrições à atuação religiosa no país.

Etevaldo Hipólito

terceiro mundo - 65

1986 - Marco - nº 87

Uma década de regime socialista

Com índices econômicos dos mais baixos do planeta, o antigo "reino do milhão de elefantes" inicia a segunda década do seu regime socialista com perspectivas animadoras

E m dezembro último, quando se festejou em Vientiane a primeira década da República Democrática Popular Lao, os seus dirigentes fizeram um balanço dos resultados alcançados, marcado por um otimismo moderado, e acentuaram a sua confiança num progresso futuro sem grandes sobressaltos.

Além das inevitáveis manifestações de fé desses discursos de ocasião, os governantes e os dirigentes do Partido Popular Revolucionário Lao (PPRL) não têm, de fato, grandes motivos de apreensão, podendo sem demagogia reivindicar para a revolução laosiana alguns êxitos notáveis.

Não tendo uma vida fácil nos dez anos da sua existência, o regime socialista vigente no antigo "reino do milhão de elefantes" implantou-se com a pesada herança da guerra que incendiou a Indochina durante 30 anos. As suas sequelas estão ainda presentes nas paisagens lunares causadas por três milhões de toneladas

de bombas jogadas pela aviação norte-americana, pelas perdas humanas, animais e materiais não totalmente recuperadas.

A consolidação do regime é o primeiro troféu que podem alardear o primeiro-ministro e secretário-geral do PPRL, Kaysone Phomvihane, e o presidente Tiao Sufanuvong, o "principe vermelho", fundador da Neo Lao Issara (Frente Unida Nacional do Laos). Essa frente combateu os franceses após a 2ª guerra mundial, integrou o governo do Pathet Lao que proclamou a independência do país, combateu nas selvas os governos pró-norte-americanos nas décadas de 60 e 70 através da Neo Lao Haksat (Frente Patriótica do Laos), aboliu a monarquia e proclamou a República Democrática Popular em 3 de dezembro de 1975.

Um vizinho incômodo

As poucas centenas de guerrilheiros antigovernamentais que operam nas montanhas da província de Namtha, junto à fronteira da Tailândia (em cujo território se situam as suas bases), não preocupam seriamente as autoridades de Vientiane. Eles são recrutados entre as minorias montanhesas dos hmong, yao, khmou, museu, grupos étnicos historicamente marginalizados pelo poder central e hoje alvo de um processo de reintegração pelo governo de Kaysone Phomvihane. A eles se juntam os remanescentes da Frente Unida de Libertação do Laos, organização



A consolidação do regime e uma vitória de que o primeiro-ministro Kaysone Phomvihane pode se orgulhar

66 - terceiro mundo



Primeiro-ministro Kaysone Phomvihane



Presidente Tiao Sufanuvong

criada em setembro de 1980 pelas forças de direita que ocuparam o poder sob a proteção dos Estados Unidos e financiada pela CIA.

Mas a contra-revolução laosiana está fragmentada em dezenas de pequenos grupos cuja área de influência se reduz a meia dúzia de aldeias num país que conta com mais de dez mil. A China, tida como protetora destes grupos, segundo a imprensa ocidental, teria comunicado aos seus chefes nos primeiros meses de 1985 que a ajuda prioritária de Pequim estava destinada à oposição armada do vizinho Campuchea e que eles deveriam procurar apoio e sustentação em outro lugar.

Ao sul de Namtha, na província de Sayaboury, o clima de tensão com a Tailândia mantémse desde a ocupação pelo exército de Bangcoc de três aldeias laosianas em 6 de junho de 1984. As negociações sem condições prévias, várias vezes propostas pelo governo de Kaysone Phom-

vihane, têm sido recusadas por Bangcoc que, apesar de ter se retirado das três aldeias, permanece ainda com tropas em solo laosiano. A Tailândia insiste em reivindicar essa pequena faixa de terra pobre e montanhosa, sem qualquer valor econômico e de irrelevante importância militar, reconhecida desde o início do século como pertencente ao Laos por dois tratados de delimitação de fronteiras.

A Tailândia, aliás, foi sempre um vizinho incômodo no Sudeste Asiático. As suas ambições territoriais remontam ao século 13, época do surgimento da primeira dinastia tailandesa, quando o reino do Sião começou a sua expansão às custas de territórios anexados ao Laos, Camboja, Birmânia e Malásia.

A ocupação tailandesa e a concentração de tropas de Pequim junto à fronteira norte são ameaças reais e potenciais à soberania da República Popular e Democrática Lao. Elas justificam para Vientiane e Hanói a presença de

um contingente militar vietnamita em território laosiano, que fontes ocidentais avaliam entre 50 e 60 mil homens. Essa presença se prolongaria, segundo consenso das duas capitais aliadas, até a reestruturação do exército do Laos que tem por objetivo final a formação de um corpo militar de 70 mil efetivos.

Objetivo prioritário: auto-suficiência alimentar

Com uma superfície próxima à da Alemanha Federal ou da Romênia, o Laos tem pouco mais de 4,5 milhões de habitantes e um mosaico étnico de 60 nacionalidades.

O país — cujo PIB per cápita era, em 1982, de apenas 79 dólares — registrou progressos consideráveis em alguns setores fundamentais, atingindo nos últimos anos uma taxa média anual de 9% no crescimento do PIB. A agricultura e a silvicultura — as florestas cobrem 19 dos 23 milhões de hectares do país — ab-



Com uma superfície de 236.800km² e uma população de 3.902.000 habitantes, segundo a ONU estimou em 1982, a República Popular Democrática Lao (RPDL) é o único país da Indochina que não dispõe de saída para o mar. Depois da derrota norte-americana no Vietnã, através de um processo pacífico, a monarquia deu lugar à formação da RPDL, que foi proclamada em 19 de dezembro de 1975, sob a presidência de Sufanuvong e a direção política do Partido Popular Revolucionário Lao

sorvem cerca de 80% da população ativa e contribuem em 70% para o Produto Nacional.

A auto-suficiência alimentar, o objetivo prioritário do governo desde 1980, deverá ter sido concretizada nas últimas colheitas.

A produção de arroz, mesmo com condições atmosféricas desfavoráveis, alcançou 1,3 milhão de toneladas em 1984, o que representa cerca do dobro das colheitas de 1976 (700 mil toneladas). Enquanto isso, a área agrícola tem crescido regularmente, sobretudo no que diz respeito às culturas de exportação: algodão, café, tabaco, chá e amendoim.

Outro item de peso na pauta das exportações é a indústria das madeiras (o Laos é rico em madeiras preciosas) e de móveis, cujo desenvolvimento tem recebido um significativo apoio internacional, particularmente dos países escandinavos, destacando-se entre estes a Suécia, que concedeu em 1984 ao governo de Vientiane uma ajuda de 15 milhões de dólares para esse setor.

Com uma rede hospitalar que já abrange as longínquas aldeias perdidas nas montanhas, a República Popular Democrática Lao pode exibir também os êxitos alcançados no campo do ensino, testemunhados, aliás, pelo reconhecimento de organizações internacionais, como a Unesco.

Com o analfabetismo praticamente eliminado desde 1984, o esforço das autoridades nos últimos anos se volta preferencialmente para a formação técnica e profissional acelerada, em escala nacional e provincial. Em comparação com 1976, o número de alunos quase duplicou, enquanto o número de estudantes das escolas secundárias e de nível su perior cresceu 7,5 vezes.

O símbolo desse esforço no setor do ensino, comum aos três regimes socialistas indochineses, é, no caso do Laos, a Escola de Formação Profissional de Pakpassak, em Vientiane. Fundada pelos franceses em 1936, foi ampliada e equipada após 1975 com a ajuda internacional, particularmente com a cooperação da

República Democrática Alemã, tendo formado entre 1975 e 1982 mais de dois mil quadros de gestão e operários especializados. A partir de 1983, a Escola de Pakpassak forma anualmente cerca de mil técnicos, o que significa o triplo em relação aos anos anteriores.

O clima de tensão com a Tailândia continua: Bangcoc fechou várias vezes as fronteiras e colocou dificuldades à circulação entre os dois países. Mas é precisamente por aí que se faz historicamente o acesso do Laos ao mar. Apesar das tensões, o governo laosiano iniciou a construção da estrada nacional nº 9 ligando Savannakhet, cidade localizada na fronteira tailandesa, ao porto vietnamita de Danang. Projetada para entrar em funcionamento em 1985, esta estrada, vital para a economia do Laos, está ainda em fase de acabamento e a ela se juntará uma estrada de ferro para escoamento das ex portações e um oleoduto já concluído.

Carlos Pinto Santos

O armamentismo tailandês

Os militares usam a instabilidade nas Filipinas para justificar a compra de equipamentos sofisticados apesar da crise econômica em que o país está mergulhado

Habituados há mais de meio século a se sucederem no poder através do eficaz procedimento do golpe de Estado, os generais tailandeses sempre se mantiveram unidos num princípio básico que está acima das suas disputas por posições políticas e pelos altos cargos na administração das grandes empresas estatais e privadas do país: o permanente e dispendioso reequipamento das forças armadas.

Peça fundamental da geoes-

tratégia norte-americana no Sudeste Asiático, a Tailândia é o membro da Asean¹ que Washington mais privilegia no fornecimento de sofisticado material de guerra, tornando as forças armadas de Bangcoc (200 mil homens nos três ramos) uma das mais superequipadas do Terceiro Mundo.

¹ Associação das Nações do Sudeste Asiático: Brunei, Filipinas, Indonésia, Malásia, Cingapura e Tailândia. Esse fluxo de material bélico tem crescido nos últimos anos, à medida que foram se consolidando os três países socialistas da península indochinesa — em particular a lenta mas progressiva pacificação do Campuchea — e diante da crescente instabilidade que tem caracterizado o regime de Ferdinand Marcos nas Filipinas, um dos flancos mais delicados do dispositivo estratégico dos Estados Unidos, que os cérebros do Pentágono classificam



Para os militares, recorrer ao golpe de Estado tornou-se um hábito como forma de sucessão no poder

de peça mais ameaçada na sua "teoria do dominó"

Ligados desde 1954 por um tratado de defesa mútua, o "Pacto de Manila", os Estados Unidos e a Tailândia têm 30 anos de exercícios militares conjuntos e foram aliados nas guerras da Coréia e do Vietnã. Ao longo de todos estes anos, milhares de oficiais tailandeses frequentaram as academias militares norte-americanas recebendo cursos de tática e estratégia. E mais do que isso: as suas inevitáveis estadias os fizeram passar sobretudo pelo crivo dos parâmetros doutrinais do Pentágono.

Suas antigas vinculações com os Estados Unidos e uma convergência de interesses políticos com os dirigentes chineses fizeram com que a Tailândia fosse naturalmente escolhida como vetor principal da chamada doutrina de "conflito de baixa intensidade", posta em prática pela administração Reagan nos últimos anos e que visa à manutenção de um clima de tensão na região.

Contrabalançar os vietnamitas

Esta orientação estratégica coordenada por Washington e inquestionada pela elite militar tailandesa traduz-se na cessão de faix as territoriais fronteiricas para "santuários" das organizações armadas que combatem o regime de Phnom Penh; nas incursões no Laos onde o exército de Bangcoc ocupa, desde junho de 1984, três aldeias do país vizinho; e – principal objetivo - na criação de um forte dispositivo militar para contrabalançar os contingentes vietnamitas estacionados no Campuchea e no Laos.

Na realidade, o fantasma do "perigo expansionista vietnamita" tem sido o argumento básico para o aumento vertiginoso das despesas militares tailandesas desde a derrota norte-americana na Indochina em 1975 e a derrubada do regime Khmer Vermelho de Pol Pot em 1979.

Como aconteceu em outras ocasiões na última década, sempre que se verificaram avanços das forças revolucionárias indochinesas, os Estados Unidos enviaram para Bangcoc, na primavera de 1985, um fornecimento de armamento classificado de "emergência" durante a ofensiva das tropas vietnamitas e campucheanas contra as bases antigovernamentais khmers. Meses depois, com a visita do secretário de Estado George Shultz, a Tailândia assinou com os Estados Unidos uma série de vultosos contratos de material de guerra, entre os quais constavam a compra de duas corvetas ultra-rápidas equipadas com mísseis Harpoon, dois sofisticados sistemas de radar Firefinder, dois outros sistemas de detecção de aviões de baixa altitude Laads e 12 aparelhos F-16, considerados os caça-bombardeiros mais poderosos do mundo - equivalentes aos Mig-23 soviéticos – que nenhum outro país da Asean possui.

Entre 1979 e 1985, os empréstimos militares regulares norteamericanos à Tailândia mais que triplicaram, passando de 32,4 milhões de dólares para 102,3 milhões, superando, nesses seis anos, o total concedido ao longo dos 30 anos anteriores, incluindo aqui as contribuições dos Estados Unidos ao regime de Bangcoc durante as guerras da Coréia e do Vietnã.

Por outro lado, o orçamento militar tailandês também triplicou desde 1978, chegando em 1985 a cerca de 1,7 bilhão de dólares, enquanto que a importação de armamento, estimada no período 1973-77 em 310 milhões de dólares, passou em 1978-83 para 1,1 bilhão.

Contratos militares contestados

Mas, se até há pouco tempo atrás os generais nunca tinham sido contestados pelos fabulosos contratos militares, a compra dos F-16 levantou forte oposição

nos meios políticos civis e no próprio seio da coligação quadripartida do governo chefiado pelo general da reserva Prem Tinasulanond. Fato sem precedentes, essas críticas, apesar de não terem conseguido a anulação do contrato, fizeram com que a encomenda inicial, de 20 aviões, fosse reduzida para 16 e, finalmente para 12, que custarão à Tailândia cerca de 400 milhões de dólares.

Dos governos formados por partidos políticos, Prem Tinasulanond é o primeiro-ministro que mais tempo ocupou o cargo desde a queda da monarquia absoluta em 1932. Recordista em longevidade governamental, Premresistiu, com a sua reconhecida habilidade de manobra, a duas tentativas de golpes de Estado (a 14ª e 15ª na história recente do reino), a última das quais em 9

de setembro passado.

Com motivações ainda obscuras, esta tentativa golpista, que rompeu com uma "tradição" de pronunciamentos militares sem derramamento de sangue, foi encabeçada por um coronel afastado do exército pela sua participação no golpe dos "jovens turcos", dominado em abril de 1981. Segundo foi revelado, o coronel Manoon Roopkchorn, além da sua reintegração nas fileiras, pretendia a dissolução do Parlamento e a suspensão da Constituição para impor um governo capaz de enfrentar a crise econômica. Como em 1981, o coronel Manoon falou durante as poucas horas da ocupação de uma estação de rádio pelos revoltosos em nome do Partido Revolucionário, organização sem corpo visível que surge apenas nas tentativas golpistas.

Entre os oficiais presos (o coronel Manoon e seu irmão, também oficial golpista, tiveram permissão para se refugiar na Birmânia) estão um antigo primeiro-ministro, general Kriangsak Chamanand, e três outros generais, incluindo o ex-chefe das forças armadas, general Serm Na Nakorn.

No entanto, na própria imprensa de Bangcoc circularam as suspeitas sobre possíveis responsabilidades do atual chefe das forças armadas e comandante do exército, general Arthit Kamlangek, na instigação do golpe, apesar das declarações deste oficial que repudiou a tentativa golpista horas depois dela ter sido abortada.

Arthit, que segundo o estilo tailandês acumula os cargos militares com a presidência do conselho de administração de uma empresa pública, - a companhia dos telefones - é o representante máximo dos interesses das chefias militares com as quais Prem e os partidos governantes têm de negociar constantemente a sobrevivência do regime parlamentar. O responsável máximo das forças armadas, que em 1983 e 1984 não obteve como pretendia uma reforma constitucional favorável aos interesses do exército, nem conseguiu a reintegração dos oficiais implicados no golpe de 1981, pôde, no entanto, impor ao governo o prolongamento do seu próprio mandato até outubro de 1986.

Crise nas exportações

A situação de aparente equilíbrio vivida na Tailândia, mantida através de compromissos permanentemente negociados entre as forças armadas e os se tores civis que apóiam Prem — também sustentado pelo rei Bhumibol Adulyade — pode romper-se a qualquer momento.

O agravamento da recessão econômica poderá ser esse detonador. O crescimento da economia previsto em 4,5% para 1985 não foi alcançado, ficando muito aquém dos 6% e 5,8% obtidos em 1984 e 1983, respectivamente

Por outro lado, o país está tendo dificuldades em encontrar mercados para seus produtos de exportação, particularmente o arroz de que a Tailândia é o pri-



O primeiro-ministro Prem (foto à direita) já não tem grandes esperanças de chegar ao fim do seu segundo mandato

meiro exportador mundial. Os têx teis estão ameaçados pelas medidas protecionistas decretadas pelo Congresso norte-americano e a indústria açucareira está em crise.

A dívida externa aumentou de 12,4 bilhões de dólares em 1984 para quase 17 bilhões no final de 1985. Entretanto, as grandes fatias de amortização do credito externo - 2,4 bilhões em 1985 - obrigam o governo a repensar todo o programa de industrialização pesada, baseado na exploração do gás natural do golfo de Sião, a reduzir drasticamente projetos urgentes de interesse público, a anular importantes contratos internacionais já assinados e a reprivatizar empresas nacionalizadas deficitárias.

Pouco a pouco, a crise vai envolvendo a sociedade tailandesa. A classe média vê cair o seu nível de vida; os camponeses e operários pagam a maior parte da recessão, enquanto que os generais mostram-se pouco dispostos a ceder os seus privilégios para os meios políticos e econômicos civis. Uma situação que poderá



ter um desfecho contrário ao que desejaria o primeiro-ministro Prem que denunciou o recurso a "meios anticonstitucionais para resolver os problemas nacionais", no dia seguinte à tentativa de golpe a 9 de setembro.

Num país habituado precisamente a fazer passar todas as alterações políticas pela movimentação de blindados nas imediações dos ministérios, dos escritórios de telecomunicações e dos edifícios dos estados-maiores militares, as esperanças de Prem em chegar ao fim do seu segundo mandato, em 1987, são forçosamente pouco sólidas.

C.P.S.

Medicina indígena trata cientista condenado à morte

Dois pajés de tribos do Brasil submetem a um tratamento, à base de plantas medicinais, o naturalista Augusto Ruschi, condenado à morte por veneno de sapo. Segundo o cientista, vários sintomas do mal desapareceram

Cacique Raoni foi categórico:

"Ele já está com cara de sapo. Tem que tirar o sapo de dentro, senão ele morre". Após este
diagnóstico, o naturalista brasileiro, Augusto Ruschi, de 70 anos,
iniciou no Rio, em janeiro passado, um tratamento ministrado
por Raoni, uma pajelança¹, à base de raízes medicinais, princi-

palmente de uma planta conhecida pela tribo txucarramãe como atorokon. Três dias depois, Ruschi disse que se sentia bem melhor.

A origem do mal de Augusto Ruschi, considerado a maior autoridade mundial no estudo de beija-flores e incansável defensor da natureza, seria o veneno de sapos que ele capturara, há dez anos, em uma incursão na serra do Navio, no Amapá (norte do Brasil), onde fora pesquisar espécies raras de beija-flores. Os sa-

pos, da espécie dendrobatas, são guarnecidos por glândulas que segregam venenos mortais, quando o animal está assustado.

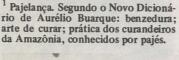
Dores e tratamento

Desde agosto passado, Ruschi queixava-se de envenenamento a amigos, entre eles o biólogo Werner Bokermann, 56 anos, do Zoológico de São Paulo, e estudioso de anfíbios. O cientista sofria muito com febres contínuas, hemorragias nasais e dores intensas que lhe tiravam o sono. Seu fígado estaria completamente comprometido e lhe restariam apenas dois anos de vida.

O drama de Ruschi comoveu o Brasil inteiro, depois de revelado pela imprensa. O presidente Sarney pediu providências ao ministro do Interior, Costa Couto. E foi este que, em conversa com o cacique em Brasília, ouviu de Raoni uma revelação: ele sonhara com Ruschi "debatendo-se em uma lagoa cheia de sapos".

Informado pelo ministro Costa Couto do sonho de Raoni, o presidente Samey decidiu recorrer à ajuda do cacique. Imediatamente o convite foi transmitido e o pajé txucarramãe o aceitou, com uma condição: queria constatar antes o estado de saúde de Ruschi, para poder avaliar a possibilidade de êxito do tratamen-

Acompanhado por outro pajé, Sapaim, o cacique Raoni veio para a cidade do Rio de Janeiro, onde o cientista estava hospedado na casa de parentes. Após observar o paciente, Raoni disse que conhecia o envenenamento provocado por esse animal, pois um de seus irmãos adoeceu e morreu depois de pisar num sapo desse quando caçava um macaco. Raoni e Sapaim aceitaram realizar a cura e em troca pediram uma panela de barro, no que foram atendidos pela Presidência da República.





Ruschi durante o tratamento. Três dias depois disse que se sentia melhor

72 - terceiro mundo

O tratamento de Ruschi obedeceu a um ritual: fumando cigarros de erva, de mais de 30cm cada um, os pajés foram retirando do corpo do naturalista uma substância viscosa, de cor verde e branca, que era segundo Raoni "o veneno do sapo". O fato foi revelado pelo próprio Ruschi e por um primo de sua esposa, José Carlos Angeli, que teve permissão de assistir à pajelança.

No início, os índios friccionaram uma castanha nas mãos, até fazê-la desaparecer. Depois, soltaram baforadas de fumaça sobre o corpo de Ruschi, fazendo-o suar até retirarem com as mãos a substância venenosa. Exalando novamente o fumo sobre suas mãos, os índios, ao mesmo tempo em que pronunciavam determinadas palavras, faziam desaparecer a substância. "Parece que a massa sai pelos poros e desaparece em contato com o fumo", comentou Angeli.

A primeira parte do ritual durou cerca de 60 minutos, enquanto o naturalista permaneceu deitado, de cuecas, sobre uma cama. Na segunda parte, os índios deram um banho no paciente, sentado sobre uma banheira, à base de folhas e raízes de atorokon.

Medicina popular

Após as sessões de tratamento, Augusto Ruschi refutou versões, segundo as quais tudo não passaria de curandeirismo:

"Não é curandeirismo. É tratamento de medicina popular, desconhecido para quem saiu da faculdade agora. Eles (os índios) utilizam esses métodos há milênios. Vejam se na terra deles alguém morre por picada de cobra. Sou um cientista, presenciei fatos e tenho fé. Se não acreditasse, não estaria aqui" — afirmou Ruschi.

Segundo o naturalista, os sintomas de sua doença começaram a aparecer há mais ou menos um ano. Admitiu que seu fígado está



Os pajés Raoni e Sapaim se despedem de Ruschi, antes de voltar ao Xingu

afetado seriamente, mas considera que o tratamento eliminou o veneno dos sapos. "Só um fígado transplantado, de macaco ou de outro animal, vai servir para mim, porque o meu foi atacado muitas vezes por malária e esquistossomose, e suportou cargas de remédios alopáticos. Quem me viu quando cheguei, sabe que vou me recuperar, não tenho hemorragias, posso ficar de pé, correr e pular, como antes".

O ex-vigário-geral de Vitória, monsenhor Alois Fuchs, que assistiu também a alguns minutos do ritual, declarou-se profundamente impressionado:

"Não vi a substância que se parece com massa de chiclete, porque estava a uns dois metros de distância. Vi, sim, que a fumaça expelida pelos índios era de um cinza muito escuro. As baforadas dos cigarros eram lançadas no corpo do paciente, produzindo calor e suor, através do

qual o veneno seria eliminado".

E acrescentou: "Todo tratamento que tem por base a botânica é bom. O Ruschi vai ficar livre do veneno e o caráter místico das sessões o ajudará a recuperar as forças. Está provado que as ervas curam inclusive o câncer, o que já é feito pelos índios. Acredito muito na medicina indígena, porque é da mata que vêm os remédios. Deus deixou crescer uma planta para cada doença".

Amigo pessoal de Ruschi há muitos anos, o escritor Rubem Braga, nascido em Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo, acompanhou tudo de perto. E disse ter ficado impressionado com o tratamento dado pelos pajés ao cientista.

De uma maneira geral, a medicina tradicional não se pronunciou oficialmente sobre o assunto. Quase todos os médicos ouvidos a respeito preferiram não dar uma opinião definitiva, alegando desconhecer o tipo e as propriedades da erva que havia sido aplicada.

Pajé explica a cura

O cacique Raoni foi muito reservado quando indagado sobre o processo do tratamento, mas o pajé Sapaim da tribo *camaiurá* mais acessível, deu a seguinte

explicação:

"Médico de branco não vê veneno de sapo. Sapo tem veneno e espírito. Pajé vê o veneno de sapo. Fuma muito e a fumaça sobe pela sua cabeça. Depois, ela desce pelos olhos, o espírito dos seus olhos localiza o veneno. Onde ele está. E pajé tira pela mão. Joga a fumaça na mão, fumaça entra pela mão da gente. A gente vai com a mão no veneno e tira.



"Dendrobates terribilis"



"Tinctorius"

E só sente ele quando sai. Depois, para ele sumir, joga fumaça. Antes a gente fala para ele não voltar mais. Joga fumaça novamente, esfrega as mãos para limpar e pode tirar veneno do doente."

"Quando sai cor verde, é porque está cheio de veneno. Quando sai branco, está melhorando. E quando sai preto, está acabando. O banho de erva é para limpar o doente por dentro. Quando ele fica no banho, o suor sai depois com o veneno. Dá vários banhos, até a gente sentir que o suor não tem mais nada. Aí, ele está curado."

O banho tem duas etapas: a primeira quando depositam folhas de erva molhada em todo o corpo; a outra, quando deixa o doente com ela por algum tempo, a fim de provocar a infiltração do líquido pelos poros e a transpiração ao mesmo tempo.

Raoni defende terras

Apesar do assédio da imprensa quanto ao tratamento de Ruschi, o cacique Raoni prefere falar sobre os problemas enfrentados pelos índios no Brasil, principalmente no que diz respeito à necessidade de demarcação de terras para as tribos. Diz que, desde criança, sonha bastante, principalmente com algo relacionado à invasão do Xingu, onde mora sua tribo txucarramãe. Em seus sonhos, ele vê brancos "querendo estragar terra, bicho, peixe".

"Não deixo fazendeiro entrar mais em nossa terra. Um primo me disse que muita gente está subindo o rio Xingu, querendo procurar ouro. Não quero garimpeiro, nem fazendeiro. Sonho com muita coisa ruim, com fazendeiro matando na nossa terra. Homem branco bom (referindo-se a Ruschi) vai ficar bom e ajudar índio", finaliza o cacique.

Raoni defende a demarcação das terras indígenas, para que



Raoni, cacique dos txucarramãe: o direito dos índios à terra

74 - terceiro mundo



Os índios mantêm seus costumes e tradições; a pesca faz parte da rotina familiar cotidiana

seus filhos e netos tenham tranquilidade. Diz que, a cada problema com os brancos, tem que apelar para o Ministério do Interior e para o presidente Sarney.

Lembrando que os índios são "os verdadeiros donos do Brasil" e que jamais atentaram contra a natureza, Augusto Ruschi critica o desenvolvimento que destrói o meio ambiente. "É preciso pesquisar muito com os índios; sua medicina e magia. O homem branco é egoísta e egocêntrico", concluiu o cientista.

Amor pela natureza

O nome de Augusto Ruschi é conhecido e respeitado nos museus de ornitologia e botânica do mundo inteiro. No Brasil, já foi condecorado duas vezes pela Presidência da República. A revista norte-americana National Geographic publicou ampla reportagem de 20 páginas sobre suas pesquisas no Brasil. Em sua carreira,

ele identificou e descreveu cinco espécies de beija-flores e onze subespécies e catalogou cerca de 50 novas orquídeas, outra de suas preferências.

Ruschi nasceu na cidade de Santa Teresa, a 80 quilômetros de Vitória, no estado do Espírito Santo e, desde criança, vivia nas matas, à procura de animais e plantas. Formou-se em direito e agronomia, mas preferiu ficar ligado à natureza, dedicando-se, então, ao estudo de inglês, francês, latim e alemão, para aprofundar seu conhecimento de botânica.

Santa Teresa tem apenas 28 mil habitantes. Ruschi vive uma existência quase solitária, com sua família, na casa construída por seu avô no século passado, cercada por 80 mil metros quadrados de árvores e um paraíso de beija-flores. Sua vida tem episódios espetaculares; sempre em defesa da natureza. Em 1984, por exemplo, chegou a sugerir a

prisão do então ministro da Agricultura, Amaury Stabile, por haver autorizado o desmatamento de uma área repleta de beija-flores, numa mata de Conceição da Barra, a 350 quilômetros de Vitória. "Quem acaba com três espécies de beija-flores merece ir para a cadeia", sentenciou o naturalista.

Agora, livre do veneno do sapo, Ruschi está de volta aos seus beija-flores: "Alguns deles voam a 60 quilômetros horários". Ele revela que na farmacopéia brasileira só se conhecem 5% das plantas medicinais. "Faltam 95% e os estudos ainda são do tempo de Bekolt, do início do século". Por isso, acha necessário que pesquisadores trabalhem junto com os índios, buscando nas ervas a cura de muitos males. Essa sugestão ele promete levar ao presidente Sarney, quando for agradecer o interesse do governo pelo seu tratamento e cura.

Antonio Aragão

terceiro mundo - 75

Nascer como os índios

Tradicional nas culturas indígenas, o parto em posição vertical começa a ser utilizado na medicina moderna equatoriana *

No Equador nascem, anualmente, cerca de 250 mil crianças: ou seja, a cada minuto um equatoriano sai do ventre de sua mãe para começar por si próprio a luta pela vida.

De acordo com estimativas oficiais, 64% dos partos são feitos sem nenhuma assistência médica. Na área rural, esta cifra atinge 87% dos partos.

No país existem só duas maternidades: uma em Guayaquil e a outra em Quito. A da capital, "Isidro Ayora", foi criada em 1951 para atender a uma população de 259 mil habitantes. Mas, atualmente, deve satisfazer as necessidades de um milhão de pessoas, sem que tenham crescido a infra-estrutura médica e a equipe técnica de acordo com a po-

pulação.

O "parto natural", ainda incipiente no Equador, resgata a posição vertical do nascimento com que tradicionalmente têm dado à luz as mulheres indígenas do nosso continente, a incorporação do casal ao trabalho de parto e o nascimento em casa. Procura não utilizar (ou o mínimo possível) remédios e instrumentos médicos, contando somente com o apoio e a assistência permanente de um médico e de exames de laboratório. Enfim, fazendo o controle de rotina que toda gravidez exige.

O "parto natural" se baseia na teoria de Leboyer sobre o "parto sem violência" que defende a idéia de que o nascimento na medicina tradicional é extremamente violento para o recémnascido. Por isso, há uma peque-

quantidade de luz na sala de parto, se prescreve a imediata amamentação da criança, a sua não-separação da mãe, um banho no bebê meia hora depois de nascido e finalmente o corte do cordão umbilical, só quando este tiver parado de latejar. Tudo isto evitaria à criança situações estressantes e a deixaria em melhores condições psicológicas para enfrentar o mundo.

Para os que trabalham neste tipo de parto, o de nossos indígenas também é violento porque não tem assistência médica e portanto não se conhecem a posição da criança no útero nem as condições que apresenta a saúde da mãe, fato que pode culminar com a morte de uma ou outra.

Neste artigo, publicamos os testemunhos de uma "facilitadora de parto natural", de um médico que trabalha nesta área, de um casal que teve o seu filho com este método e de uma mãe que, desejando ter seu filho des-



No Equador está sendo resgatado o "parto natural" em posição vertical, tradicional nas culturas indígenas do continente latino-americano

76 - terceiro mundo

* Artigo extraído da revista "Nueva" (Equador) de janeiro de 1986.

sa forma, não pôde e para quem o "parto natural" se transformou numa experiência frustrante e que não deseja reviver de modo algum.

A preparação

María Alarcón, estudante de Psicologia, é uma das "facilita doras do parto natural" que trabalha no país há dois anos e meio. Realizou uma síntese entre a teoria de Leboyer, a teoria da bioenergia do sociólogo Wilheim Reich¹ e, finalmente, as preocupações de um discípulo de Leboyer, Michel Odent, com relação ao que acontece com as mulheres no momento do parto.

Com esta síntese, Maria efetua seu trabalho partindo do princípio de que "toda tensão e toda emoção se expressam a nível físico" e procura liberá-las por meio de massagens, exercícios de relaxamento, de respiração e mediante um processo de "conscientização da mãe e de seu parceiro dos conflitos, medos e angústias que a gente tem com o parto, para que sejam assumidos e o corpo relaxe e se abra durante os momentos que antecedem ao nascimento".

Na medicina tradicional, segundo ela, se pratica a episiotomia (corte na vagina na parte inferior) em todas as mulheres, necessitem ou não dessa cirurgia, cujo único objetivo é evitar possíveis rompimentos. Defende a participação do pai no trabalho de parto natural como sendo de fundamental importância, "porque é a culminação de um processo sexual que se iniciou no momento da concepção e que pertence ao casal e ao seu filho".

Da medicina tradicional, Ma-



Mulheres indígenas da tribo suruí, no Parque Nacional de Aripuanã em Rondônia

ría Alarcón mantém a utilização de exames e o controle médico durante a gravidez. No trabalho de parto é fundamental para a mulher a presença de um médico "que assume um papel passivo durante o parto".

Em dois anos e meio, María Alarcón preparou 50 mães para o "parto natural". Cinco terminaram fazendo cesariana no último momento, o que para ela corresponde aos 10% de mulheres que não podem dar à luz por parto normal. Porém, não descarta a utilização da cesárea em casos de necessidade real.

Para aperfeiçoar este método, María Alarcón estudou bioenergia com a filha de Reich nos Estados Unidos e na maternidade "Isidro Ayora" de Quito.

A assistência

Para o médico homeopata e especialista em "parto natural", Fernando Celi, esse tipo de parto exige que todas as condições para que a parturiente possa dar à luz dessa maneira estejam dadas. Dentre elas, destacam-se o treinamento do casal (tarefa que é realizada pela "facilitadora de parto natural"), a reunião do máximo de condições do meio externo onde a criança vai nascer a fim de que se pareça com o meio interno de onde ela vem (teoria de Leboyer), a boa posição do

¹ Reich defende a idéia de que o psíquico tem um reflexo-função no corpo e que portanto existe uma unidade psicossomática que é indissolúvel.



Segundo os defensores do parto em posição vertical, na cultura ocidental o bebê nasce de forma violenta e isso causa transtornos em seu desenvolvimento



feto no útero e a saúde compatível da mãe.

Neste sentido, o "parto natural" se transforma na possibilidade que o casal tem para ter seu filho mais próximo de suas próprias raízes (sempre que haja condições), o que permite que a criança possa nascer na casa de seus pais.

O trabalho de Fernando Celi no "parto natural" — como ele mesmo assinala — é definir se uma determinada mãe pode dar à luz dessa maneira, assegurar que tudo esteja previsto para um parto com essas características e fazer com que não se trate de uma "ex periência obstétrica". Às possíveis críticas dos ginecologistas ou obstetras para este tipo de parto, Celi responde que "o médico não está acostumado a isto e simplesmente o rejeita porque não vê necessidade de fazer assim os partos". Quanto ao trabalho dos obstetras e ginecologistas, Celi declara "que, por um lado, eles o estão fazendo bem, porque a mortalidade infantil no nascimento tem diminuído e, por outro, mal, porque não estão tratando individualmente os casos, caindo numa massificação em rea, não ao pitosin, não à episioque todos recebem o mesmo tipo de tratamento".

Sergio Barria e Varinia Squella tiveram a sua filha em agosto passado através do "parto natural". A menina nasceu depois de dois dias de trabalho de parto. Para esse casal foi difícil aceitar a idéia do "parto natural" num primeiro momento; eles não deixavam de pensar na clínica e na medicina tradicional como solução. Depois, passaram a acompanhar os cursos da "facilitadora de parto natural" e finalmente nasceu sua filha, sem nenhum tipo de complicação.

Diferente é o caso de uma jovem mãe, que não deseja ser identificada. Ela queria ter o seu filho por meio do "parto natural" porque "toda a vida tinha me interessado por um método menos mecânico". Porém, após 31 horas de trabalho de parto, precisou ser internada numa clínica para uma cesárea de urgência.

O curso feito com a "facilitadora de parto natural" é definido por esta jovem como "uma lavagem cerebral em que se dizia não à cesárea, se acusava todos os médicos que estão contra o parto natural de serem maus profissionais e se dava total segurança de que tudo iria sair bem".

Considera irresponsável a atitude de María Alarcón e do médico que a atendeu no parto natural (não é o dr. Celi), pois apesar de ter rompido a bolsa d'água com 15 horas de trabalho, insistiam em não levá-la à clínica. Esperou 16 horas mais e contra a vontade deles a levaram à clínica onde foi submetida à cesárea. Foi o dr. Fernando Celi quem a atendeu e fez a cesárea. Ele disse que se tivessem usado pitosin (um dilatador), "o filho dessa jovem teria nascido imediatamente". A entrevistada disse que Celi "é muito consciencioso porque se precisa usar medicamentos, ele o faz, na medida em que isso prejudique menos o organismo. Não está numa posição de não à cesátomia".

Oscar Valenzuela

78 - terceiro mundo

O vírus e o arcabuz



Depois das ásperas declarações de Fidel Castro sobre alguns polêmicos e ainda obscuros aspectos da colonização espanhola, uma comissão de especialistas espanhóis chegou à inesperada conclusão de que os índios foram dizimados na América, não tanto pela repressão colonial mas por um vírus que,
sem premeditação nem má fé,
Colombo trouxe consigo em
uma das viagens.

Não há porque duvidar desse surpreendente e tardio parecer dos especialistas. O vírus de Colombo seria, de qualquer forma, uma contribuição incónsciente para o extermínio da população indígena, contribuição essa que obviamente seria preciso acrescentar a outras contribuições conscientes: por exemplo, o arcabuz. E quem fala em arcabuz, fala também de punhal, espada, forca, bombarda.

Entretanto, por mais científicos que procuremos ser, será preciso reconhecer que não foi exatamente um vírus — qualquer que seja ele — que acabou com o Inca Atahualpa: para ser mais exato foi um tomiquete de ferro, que lhe quebrou a nuca (Galeano dixit). Tampouco foi provocada por um vírus a morte de Manco Cápac: o capitão Diego Méndez lhe crava o punhal nas costas. Não há in-

formações de que vírus algum tenha vitimado os quatro cavalos escolhidos para esquartejar Tupác Amaru; não conseguiram, de modo que ele foi por fim decapitado.

Sempre há metáforas que protegem os impérios. Não é necessário inventá-las quando estão no seu apogeu (pois então não precisam de justificativas nem respaldo ético) e sim quando já declinaram enquanto impérios e se torna importante, por razões de imagem, descafeinar1 a história. Ninguém vai imputar aos democráticos espanhóis de hoje a menor responsabilidade pelos abusos de seus antecessores, por mais atrevidos que estes fossem; mas certas justificativas a posteriori podem dar margem a suspeitas de alguma vocação frustrada...

É como se nós, em vez de reconhecer as trágicas perseguições, posteriores às espanholas, que certos vice-caudilhos mestiços das pátrias nascentes realizaram contra os indígenas sobreviventes, tratássemos de explicálas alegando que, como dignos varões ilustres, às vezes se excediam nas bebidas e não tinham noção exata do que estavam fazendo.

A bem da verdade, é bastante provável que o insigne Cristóvão tenha nos trazido o vírus. Mas no capítulo final de sua esplêndida obra *El arpa y la sombra*, Alejo Carpentier, que tanto sabia dessas intrigas, faz com que o almirante Andrea Doria recorde a seu colega Cristophoros, já à beira da morte, aqueles tempos vagamente heróicos em que "aterrorizavas com tuas bombardas uns pobres índios nus".

O que significa que o vírus, mesmo que tenha existido, não pode servir de desculpa para o arcabuz, nem muito menos para a lombarda (assim chamavam então um canhão, quase artesanal mas de bom calibre). E se hoje pode ser útil repassar e completar a história virótica da América Espanhola, tenho a impressão de que seria mais útil concentrar-se no "Brevíssimo relato da destruição das Indias", de Frei Bartolomé de Las Casas, aquele insólito, corajoso sacerdote que participou da segunda viagem de Colombo e defendeu honesta e fervorosamente os aborígenes, em uma época em que personagens famosos consideravam que "os índios não eram verdadeiros seres humanos". Afinal, de que vírus estão falando? •

Mario Benedetti

¹ Benedetti usa o neologismo (des)cafeinar – tirar a cafeína – no sentido de tirar o "veneno", a parte negativa da história.

Está aí a Europa que não nos deixa mentir



"Habituados a conhecer as realidades do Terceiro Mundo através das análises de especialistas europeus e norte-americanos, não há como não se regozijar com o lançamento em língua portuguesa do Guia do Terceiro Mundo,..."

"Seu mérito é ter confrontado números, que lhes pareciam ás vezes incompletos, com aqueles que puderam recolher graças à pesquisa de intelectuais e cientistas independentes, notadamente da América Latina."

"O livro tem outra particularidade: ele propõe uma classificação nova das diferentes regiões do mundo. Além dos países em desenvolvimento propriamente ditos (África, Ásia e América Latina), que formam o conjunto do Terceiro Mundo, os autores quiseram dar sua própria visão do Norte e do Leste."

"... este Guia é uma ferramenta de trabalho necessária para todos aqueles que pretendem conhecer as realidades contemporâneas através do prisma do Terceiro Mundo."

(LE MONDE DIPLOMATIQUE, agosto de 1985)

GUIA DO TERCEIRO MUNDO

Uma publicação que não vê o mundo com olhos dos países ricos

A edição de 1986 será lançada brevemente. Anote na sua agenda

O lado *sujo* da indústria *limpa*

A indústria eletrônica, tida como "limpa" pelos técnicos ocidentais, tem na verdade seu lado altamente poluidor, só que este dificilmente aparece à vista de todos*

N o dia 12 de janeiro de 1985, sete operárias foram internadas no Hospital Geral de Penang, na Malásia, tidas como vítimas de um suposto vazamento de gás numa firma eletrônica da Zona Franca de Bayan Lepas. Queixavam-se de tontura e desmaios, sintomas que foram mais tarde diagnosticados como resultado da inalação de tricloroetileno (TCE), um agente anestésico usado também como solvente. Segundo um porta-voz da companhia, porém, tudo não passava de um caso de histeria em massa, não merecendo maior atenção.

Acidentes industriais dessa natureza vêm-se tornando cada vez mais comuns na Malásia. No entanto, embora Penang seja considerada centro mundial da indústria eletrônica e de semicondutores, fornecendo emprego a milhares de operários, pouca atenção se tem dado aos enormes riscos e perigos a que se expõem os trabalhadores do setor eletrônico.

Em 1983, existiam na Malásia 120 firmas funcionando em oito Zonas Francas, com investimentos totais de mais de 2 bilhões de dólares e empregando mais de 67 mil operários. Em 1981, a indústria eletrônica do país exportou 8,4 bilhões de dólares de produtos para o mercado mundial, enquanto que os fabricantes de semicondutores, exportaram 9,6 bilhões, desempenho notável sob

qualquer ponto de vista.

Todas essas firmas estabeleceram-se na Malásia devido à disponibilidade de mão-de-obra feminina, dócil e barata, a ser usada em tarefas do processo internacional de produção que exigem emprego intensivo de mão-deobra. O governo da Malásia oferece diversas vantagens a essas firmas sob a forma de incentivos locais (como o uso das instalações das Zonas Francas) e leis trabalhistas muito pouco exigentes. Estas últimas, juntamente com a negligência da justiça do trabalho, facilitam a exploração dos trabalhadores e permitem que as firmas perpetuem as condições duras e insalubres de suas fábricas.

À margem de críticas

Segundo o Instituto Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (Niosh), dos Estados Unidos, as indústrias do setor eletrônico "são as que mais utilizam substâncias tóxicas e oferecem alto risco à saúde". Nos EUA. numa época em que os riscos de trabalho têm despertado crescente preocupação e amplos estudos em grande número de indústrias tradicionais, a indústria de semicondutores - uma das poucas que têm registrado crescimento no país - tem permanecido virtualmente à margem de críticas.

O triste caso de Elfreda Castellano é um exemplo do que pode acontecer com uma operária do ramo eletrônico. Em 1979, Elfreda conseguiu emprego na Dynetics Inc., fabricante de semicondutores nas Filipinas. Em seu trabalho, ela lidava com soldas e ácidos. Após um ano de serviço, foi internada em um hospital com febre alta e manchas escuras nas pernas. Mais tarde, os

*Este trabalho da APPEN (Asia-Pacific People's Environment Network) mostra o lado sujo do ramo eletrôni-



A indústria eletrônica utiliza substâncias químicas de alto risco

médicos descobriram que ela era portadora de câncer dos gânglios linfáticos com sintomas de leucemia. Devido à natureza do seu trabalho, ela corria o risco de morrer de câncer.

Em 1975, apenas três anos após a inauguração da primeira fábrica de produtos eletrônicos em Penang, quase metade dos seus operários queixavam-se de problemas de visão e frequentes dores de cabeça em decorrência do trabalho com instrumentos microscópicos.

A indústria eletrônica é comumente tida como "limpa" e "leve", mas muitos operários estão sujeitos a condições de trabalho estressantes e expostos a centenas de produtos químicos tóxi-

Quem vê uma fotografia do interior de uma fábrica de produtos eletrônicos geralmente se impressiona com a aparência de ordem e limpeza imaculada. Numa sala espaçosa e bem iluminada, fileiras de mulheres com aventais brancos curvam-se sobre microscópios polidos e reluzentes. Mas, para o visitante que realmente percorra a fábrica, o forte cheiro de produtos químicos é inesperadamente sufocante, e qualquer olhadela prolongada através de um microscópio facilmente produz uma sensação de vertigem ou, no mínimo, dor de cabeça.

Os empregos criados por uma fábrica da MNC na Malásia envolvem o uso intensivo de mãode-obra, na montagem e testes finais de componentes eletrônicos. Durante o processo, pastilhas de silicone de duas a quatro polegadas de diâmetro são cortadas em cerca de 500 chips, os quais depois recebem a devida fiação. Com a ajuda de um microscópio ou lente de alta potência, cada montador prende uma série de fios minúsculos, todos tão finos quanto fios de cabelo humano, a cada chip mediante equipamento de soldagem extremamente pequeno. Em seguida, os chips

são mergulhados numa solução de revestimento protetor e cozidos em fornos, a temperaturas que variam de 300 a 500 graus centígrados, para completa vedação. Terminado o processo de fabricação, cada chip é submetido a testes de qualidade. Os operários da linha de montagem têm de mergulhá-los em tanques contendo diversos produtos químicos e, depois, submetê-los a testes com a ajuda de equipamentos complicados e caros.

Condições estressantes

Além da exposição a produtos químicos, as condições estressantes de trabalho são as principais causas de males físicos e psicológicos a que são submetidos os operários da indústria eletrônica. Não raro os trabalhadores ressentem-se de problemas de visão após longas horas de uso do microscópio, além de outros problemas de saúde provocados pelo uso de fortes solventes químicos em operações de limpeza, os quais irritam ou causam queimaduras da pele. Relacionamos abaixo alguns dos riscos a que estão expostos os trabalhadores da indústria eletrônica:

Produtos químicos tóxicos. Entre os solventes mais utilizados na indústria eletrônica estão o álcool isopropílico, tolueno, xilênio, nafta, tricloroetileno, cloreto de metileno, clorofórmio metílico, acetona e vários tipos de gás freon. Todos são solventes orgânicos. A maioria dos solventes orgânicos são capazes de remover a gordura e o óleo que protegem a pele humana, levando a irritações, rachaduras, manchas vermelhas ou bolhas, e deixando a pele vulnerável a infecções. Quando inalados, os vapores emanados desses solventes penetram na corrente sanguínea, atingindo outras partes do corpo, especialmente o cérebro. Os efeitos da intensa exposição a solventes incluem dores de cabeça e sensação de tontura ou embriaguez. Além disto, podem ocorrer fadiga, fraqueza, náusea e vômi-

O tricloroetileno (TCE) é usado como produto de limpeza e solvente de óleos, ceras e graxas na indústria eletrônica. Embora o TCE seja amplamente usado na Malásia, as autoridades públicas praticamente não exercem qualquer controle sobre esse produto químico. E, embora o TCE seja volátil, até hoje não foram estabelecidos padrões quanto ao nível admissível de vapores de TCE no ambiente dos locais de traba-

O abalo do Sistema Nervoso Central (SNC) é a manifestação mais comum de intoxicação provocada por uma baixa inalação de vapores de TCE. Outros sintomas de abalo do SNC são, por ordem de gravidade, a tontura, falta de agilidade mental, fadiga, vertigens, dores de cabeça, náuseas, vômitos e coma.

Radiação. Na indústria eletrônica, os trabalhadores responsáveis pelo controle de qualidade ficam expostos a riscos de radiação. Qualquer exposição excessiva pode levar à leucemia e a mutações do feto humano, decorrentes de danos causados aos cromossomos.

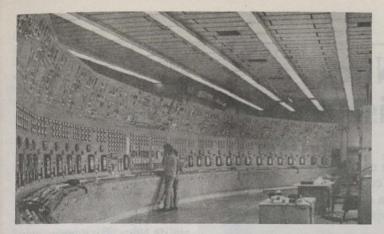
Fadiga ocular. A produtividade dos operários da indústria eletrônica declina rapidamente após alguns anos de trabalho com o microscópio, quando a visão começa a ser prejudicada.

Condições árduas de trabalho e estresse. A obrigação de trabalhar horas extras, o expediente noturno e os sistemas de cotas de produção são grandes respon-

sáveis pelo estresse.

Cerca de 75% dos trabalhadores da indústria eletrônica são mulheres, para as quais a obrigação de trabalhar horas ex tras ou à noite traz grandes transtornos à vida familiar. Além de não ser fácil assimilar o duplo papel de dona-de-casa e operária, as mulheres que trabalham na indústria eletrônica têm ainda que

82 - terceiro mundo



A fadiga ocular é um dos males mais comuns

TRICLOROETILENO

O Caids (Síndrome da Insuficiência Imunológica Quimicamente Adquirida), uma doença mais perigosa que o Aids, que ataca todas as defesas do corpo humano, foi detectada em Albuquerque, Novo México, na fronteira dos Estados Unidos com o México. A enfermidade é provocada pelo contato com o composto químico tricloroetileno, e levou autoridades de saúde norte-americanas a fecharem duas fábricas daquela área.

As fábricas de montagem estabelecidas na fronteira dos dois países são as que mais utilizam o tricloroetileno, razão pela qual as autoridades de saúde dos Estados Unidos proibiram a sua aplicação industrial. O tricloroetileno é utilizado no setor de eletrônica.

correr riscos no que se refere à reprodução. Quando submetidas ao contato com solventes orgânicos ou outros tipos de produtos químicos, as operárias grávidas têm problemas de parto, sendo comum a ocorrência de abortos entre elas. O contato com o xilênio provoca períodos menstruais mais longos e abundantes, ao passo que o antimônio pode provocar aborto e o arsênico pode causar câncer do seio e urogenital.

Portanto, embora a indústria eletrônica seja um setor de produção moderno e de alta tecnologia, os trabalhadores continuam tão ex postos a riscos quanto em outros setores industriais. Mesmo num ramo industrial tão sofisticado, a "miopia" dos gerentes impede que eles percebam que a saúde dos operários é fator de produtividade. Em tal situação, é necessária a intervenção do governo. A legislação atual da Malásia precisa ser revista e, o que é mais importante, deve ser aplicada com rigor.

Uruguai: abusos com o DDT

A publicação "Serviço de Comunicações" (Sercom), editada pelo Centro de Pesquisa, Informação e Documentação do Uruguai (Ciidu), em colaboração com uma rede de 25 organismos não-governamentais, denunciou o uso indiscriminado de produtos como o DDT e o Lindane, proibidos em diversos países industrializados.

Em sua edição de dezembro passado, dedicada à qualidade de vida no Uruguai, a publicação assinala que "tanto o Lindane co-

mo o DDT foram proibidos pela Pesticide Action Network (PAN), uma organização mundial nãogovernamental que atua em defesa do meio ambiente".

Segundo o Sercom, "o DDT está proibido na Suécia desde 1970 e, mais recentemente, em inúmeros países industrializados. Enquanto que aqui, no Uruguai, está sendo usado com imprudente irresponsabilidade". A publicação adverte também que "o DDT é um importante agente cancerígeno e provoca, por efei-

to cumulativo, fraqueza muscular, hepatite e retardamento mental".

O artigo lembra, além disso, que "os uruguaios têm um dos mais altos índices mundiais de DDT no sangue".

Vintena da morte

Outro produto de uso corrente no Uruguai — prossegue a denúncia — é o Diazinon, recentemente incluído pela Organização Internacional dos Consumidores na chamada "vintena da morte".

Os produtos químicos integrantes dessa lista, que inclui o DDT e o Lindane, provocam a morte de 40 mil pessoas por ano, 75% delas no Terceiro Mundo, de acordo com o Sercom.

Comunicação

Porque o Norte ignora a crise no Sul

As razões do desinteresse de europeus e norte-americanos pela crise econômica no Terceiro Mundo, na ótica de um dos mais importantes jornalistas europeus *

s temas da segurança e das Oimplicações da dívida externa para a América Latina são muito pouco conhecidos pela opinião pública dos países do Norte. Além da problemática geral desta parte do mundo, seus problemas de fundo, as ameaças que a deterioração econômica e a dívida externa representam para a recuperação, a estabilização e o aprofundamento da democracia na América Latina são mal conhecidas, distorcidas ou simplesmente ignoradas.

Portanto, é imperativo que se transmita a mensagem democrática latino-americana para o Norte e se ajude a opinião pública a tomar consciência dos enormes riscos que ameaçam e afetam um setor vital do planeta, essencial para um desenvolvimento harmônico e pacífico das relações internacionais.

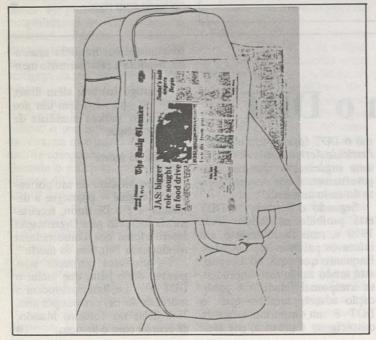
Chama a atenção a primeira contradição entre o consenso latino-americano sobre a impossibilidade de pagar a dívida nos termos em que o problema está colocado atualmente e o fato da média da opinião pública do Norte pensar que "os do Sul continuarão pagando e os organismos de financiamento como os bancos privados do Norte já têm os seus mecanismos de defesa". O tema da inexorabilidade e da iminência relativa da explosão não chegou ainda ao famoso "homem da rua" das capitais do Norte. É o primeiro indício do diálogo de surdos que caracteriza - a nível da opinião pública - o intercâmbio entre o Norte e o Sul.

Pois bem, como modesto representante do Norte, me limitarei a algumas breves observações para procurar, não justificar, mas esclarecer algumas razões da incomunicabilidade pe-

lo menos aparente.

Os círculos políticos da América Latina se queixam, aparentemente com fundamento, do desinteresse existente nos Estados Unidos e na Europa diante dos problemas econômicos e políticos de fundo deste hemis-

Primeira observação: é difícil falar de América Latina como um todo, embora, sob a ótica do Norte, ela apareça como um setor relativamente homogêneo do mundo. Não há uma, mas várias Américas Latinas. E necessário, portanto, refletir sobre as razões da falta de visão do Norte sobre as diferentes regiões do continente: México, América Central e Caribe; países andinos; Brasil; Cone Sul: Chile, Argentina e Uruguai.



*Marcel Niedergang, prestigiado jor-nalista de "Le Monde", apresentou es-te trabalho num seminário em Montevidéu, no ano passado, cedendo-nos gentilmente os direitos de publicação. Os cortes, para efeito de adaptação, não alteram o conteúdo.

84 - terceiro mundo

Por outro lado, pode-se considerar também que o "Norte" é uma noção demasiado simples. E evidente que o papel da imprensa norte-americana nas últimas crises da América Central a partir de 1979 - e mais concretamente na Nicarágua e em El Salvador - foi mais positivo do que negativo. Poderiam ser dados muitos exemplos signi-

ficativos.

Basta assinalar esta interação entre o Norte e o Sul, entre meios de comunicação e acontecimentos políticos, para insistir na necessidade de evitar qualquer simplificação. O mundo não é branco e preto. Há sempre responsabilidades para dividir se se deseja avançar no caminho da cooperação e da compreensão.

Segunda observação: embora seja verdade que hoje em dia o interesse global no Norte pelos assuntos latino-americanos não é muito grande, vale a pena recordar algumas das grandes crises ocorridas na América Latina desde o final da 2ª guerra mundial, para constatar que nenhuma delas foi minimizada

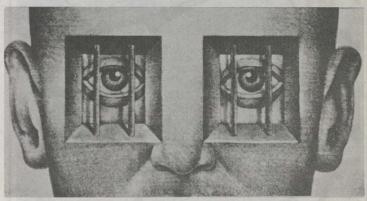
ou esquecida.

Por exemplo, Guatemala 1954 (um país que praticamente não existia para a Europa antes disso); Cuba 1959 (a vitória da revolução castrista criou um foco de interesse que perdura um quarto de século depois); República Dominicana 1965 (a intervenção militar dos Estados Unidos colocou a OEA à beira do colapso e suscitou uma atenção apaix onada na Europa); Chile 70 a 73 (a experiência Allende foi notícia de primeira página antes e depois do golpe militar); Nicarágua 79 (a queda inesperada de Somoza abriu um novo capítulo para o conhecimento mais profundo de toda a América Central pela opinião pública do Norte); América Central desde 1980 (considerada até hoje como um dos setores "quentes" do planeta, com riscos de

conflitos locais generalizados implicando a intervenção das grandes potências, especificamente dos Estados Unidos); Malvinas 1982 (um conflito armado que ninguém acreditava possível e que deixou marcas profundas na visão de uma América Latina mais solidária, acima das divergências ideológicas e políticas, do que se imaginava no Norte).

Conclusão breve, sem maior desenvolvimento do tema: as crises que colocam em perigo ou

O temor de uma possível quebra do sistema financeiro internacional é muito mais forte do que a compaixão ou a compreensão com a deterioração inexorável das economias e a ameaça paralela sobre os regimes democráticos - dos países latino-americanos mais afetados. O medo de uma possível guerra mundial provocada pelos conflitos bélicos na América Central explica a avalanche informativa excepcional nesta área.



que parecem colocar em perigo o equilíbrio mundial, realmente se impõem. Cada uma delas contribuiu e contribui para um melhor conhecimento dos países ou do conjunto de países implicados. A crise dos mísseis de 1962 continua sendo ainda uma das maiores e mais perigosas crises mundiais desde 1945 e colocou o planeta à beira do holocausto nuclear.

O temor dos ricos

Tudo isso não contradiz a decepção, para não dizer mais, dos dirigentes latino-americanos diante do desinteresse que constatamos. O Norte se interessa pelos assuntos latino-americanos - essa observação vale para todos os setores do planeta - na medida em que lhe parece que seus próprios interesses estão em jogo. Isso é evidente hoje com a questão da dívida externa latinoamericana.

A volta do sistema democrático em muitos países da América Latina - notável na década de 80 - não despertou o interesse que merecia. A queda dos militares na Argentina e o restabelecimento das liberdades democráticas, a transição democrática no Uruguai depois de uma sombria década de silêncio e de uma luta quase ignorada no exterior, o renascer de um regime civil e democrático no Brasil, peca-chave do mecanismo latinoamericano, os esforços do Grupo de Contadora para conseguir uma solução pacífica e política para os conflitos da América Central, a vitória no Peru de um Apra renovado e modernizado, dirigido por um jovem presidente carismático como Alan García, são alguns dos eventos de grande importância mas que não despertaram o interesse esperado na opinião pública do Norte.

De um modo geral, se continua associando o Peru ao fenô-



meno da guerrilha do Sendero Luminoso; os países andinos aos mercados da cocaína e da maconha. Enfim, se vêem as nações da área como instáveis, debilitadas por crises financeiras e econômicas sem saída à vista, sem coordenação nem projetos comuns, entregues a uma corrida armamentista sem necessidade aparente (esquecendo que esta corrida é incentivada pelos grandes países do Ocidente, vendedores de armas sofisticadas inadequadas para os eventuais conflitos regionais).

Mas todas estas considerações não são, obviamente, suficientes para explicar a falta de interesse da opinião pública das nações do Norte com relação à América Latina. É preciso, portanto, acrescentar alguns pontos específicos.

1) Passamos no Norte — Estados Unidos e Europa — de uma posição terceiro-mundista quase romântica, idealista, irreal, dando ênfase à luta amada — a posição dos anos 60 — para uma linha de crítica violenta do terceiro-mundismo, qualificado hoje de militante e ingênuo. A corrente neoconservadora, nascida nos Estados Unidos, se desenvolveu com muito êxito na Europa, particularmente na Fran-

ça (graças à evolução da situação política interna francesa).

Alguns autores latino-americanos contribuíram para esta mudança radical: há 20 anos os culpados pelo desequilíbrio mundial se situavam no Norte, hoje em dia proliferam no Sul. Visão excessivamente simplista, mas que está na moda e coloca os liberais moderados e de boa fé na defensiva. Por outro lado, a distorsão brutal da imagem da União Soviética na opinião ocidental não é um fator menor nesta evolução do pensamento.

As ambiguidades

É lógico que os dirigentes e a classe política da América Latina dêem a maior importância ao tema das suas relações com os Estados Unidos, determinantes em todos os níveis político, econômico e estratégico. Não é o caso na Europa Ocidental. Pode-se discordar e se dos Estados Unidiscorda dos sobre muitos temas, como, por exemplo, as relações comerciais ou a política hegemônica e intervencionista. Na hora da verdade, o perigo maior para a opinião democrática da Europa Ocidental vem do Leste.

Daí decorre a ambiguidade que aparece na política de algumas das potências européias para a América Latina. Apenas um exemplo: o governo socialista da França passou em alguns anos, de 1981 até agora, de posições, declarações e proclamações de apoio à luta pela soberania de pequenos países da América Central para uma postura vacilante e puramente formal. Basta lembrar também as hesitações de algumas nações européias - com exceção, até certo ponto, da Itália por razões óbvias - durante a guerra das Malvinas.

2) A crise econômica, grave e sem saída à vista, contribuiu para uma certa despolitização da opinião pública da Europa Oci-

86 - terceiro mundo

dental, para um retraimento europeu, uma capacidade menor de mobilização das pessoas para a defesa dos mais pobres do planeta. Circunstância agravante: a América Latina, com exceção da América Central, não aparece como um setor capaz de pôr em perigo o equilíbrio do terror en-

tre as superpotências.

3) A imagem global da América Latina foi fortemente afetada nestes últimos anos pelo péssimo recorde em matéria de direitos humanos. Diz muito bem Hemán Santa Cruz: "Essa imagem foi lamentável e escandalizou um grande número de países e de povos. Foram tais e tão amplas e profundas as violações dos direitos humanos que o estado de direito desapareceu durante anos em um número muito grande de nações"

Se poderiam acrescentar a este capítulo algumas fraquezas que não são propriamente latinoamericanas, mas que contam na hora do balanço: falta de civismo, fuga maciça de capitais para bancos norte-americanos, corrupção etc..

Aproximação com a América Latina

Mas não faltam os motivos de otimismo. O interesse relativamente menor pela América Latina que se nota com efeito nos círculos dirigentes e na classe política do Norte há alguns anos, não implica que a área como tal tenha perdido a sua capacidade de atração e de interesse em todos os níveis — político, econômico e cultural — para a opinião pública e para os povos do Velho Continente em geral. vem se intensificar as relações Em termos globais, o conhecimento da América Latina progrediu de uma maneira realmente espetacular nos últimos 25 anos. O número crescente de or- sobre a necessidade de consoliganismos e associações nos par- dar a democracia na América Latidos políticos, nos sindicatos, tina. Dois objetivos de suma imnas igrejas, que se dedicam ao portância e perfeitamente alcanestudo e à aproximação dos paí- cáveis. ses da América Latina é prova

disso.

Por outro lado, o renascimento atual da cooperação política regional para a democracia merece toda a atenção não só dos dirigentes do Norte, como da opinião pública das nacões industrializadas.

O restabelecimento das instituições democráticas em um grande número de nações, entre elas países tão importantes como o Brasil e a Argentina, merecem sem dúvida uma difusão e uma cobertura que podem mudar radicalmente a visão atual do Norte.

Para alcançar essa meta, decom as organizações não-governamentais do mundo industrializado, e sensibilizar os círculos de defesa dos direitos humanos

Marcel Niedergang

Vas bancas

Semanário do País

Todas as semanas nas bancas. Distribuição nacional.

Desejo fazer uma assinatura semestral	(Cz\$ 80,00); trimestral	(Cz\$ 40,00)
Nome:		and the same of
Endereço:	y and some and about	1
Cidade:	Lebande Strange Soften	hand heal she ald
CEP:Estado:_	to strike our such that you	

Notas de Comunicação

A CRIANÇA E A IMPRENSA NA AMÉRICA LATINA

Vinte e sete jornalistas latinoamericanos decidiram criar a Associação Latino-americana de Jornalistas a Favor da Infância (Alpi) com o objetivo de forçar os meios de comunicação do continente a darem maior importância aos problemas das crianças da região. A associação conta com o patrocínio da Unicef e terá como principal veículo de divulgação de informações a agência Inter Press Service.

Delegados do Chile, Colômbia e Honduras integram o comitê coordenador que vai organizar a montagem de escritórios regionais em outros países latino-americanos. A Alpi vai investigar especialmente as denúncias de utilização de crianças em trabalhos reservados para adultos, os maus tratos a menores de idade e levantar índices sobre a situação sanitária e educacional das criancas latino-americanas.

A IMPRENSA E A SECA AFRICANA

"O retorno da chuva, embora de baix a intensidade, foi suficiente para lavar todo o frenético interesse da imprensa ocidental sobre a seca de quase cinco anos, que ainda atinge o Sahel". Esta frase, dita por um jornalista africano, acabou sendo o ponto de partida para as discussões de um grupo de especialistas africanos e europeus, realizadas no comeco do ano na cidade de Ouahigouya, em Burkina Faso. A reunião patrocinada pela Agência Panafricana de Notícias (Pana) tinha como objetivo estudar o que foi classificado como "cansaço da seca", depois de um ano de constante vaivém de equipes de TV e correspondentes de jornais europeus e norte-americanos por toda a África.

O que os especialistas, tanto da imprensa como dos organismos de ajuda, acabaram por constatar é que a "grande imprensa" européia e a norte-americana simplesmente "esqueceu" o drama dos africanos do Sahel e de outras regiões submetidas a uma intensa desertificação. O diretor interino da Pana, dr. Dagash, reconheceu que enquanto não houver uma Nova Ordem Informativa esta situação de desinteresse periódico deve continuar inalterada. Os participantes africanos da reunião em Burkina Faso procuraram no entanto criar meios



alternativos para continuar divulgando a questão da seca na África.

A idéia de uma newsletter sobre a seca foi temporariamente abandonada por falta de recursos financeiros, mas a Pana resolveu reforcar a equipe que cobre a situação econômica dos países atingidos. Também foram adotadas sugestões para intensificar o uso da rádio como elemento de conscientização das populações rurais, a exemplo do que Gana já faz desde 1956, e foi enfatizada a necessidade de uma major coordenação entre os órgãos da imprensa africana e os institutos encarregados de levantar dados estatísticos sobre a seca.



CHILE: REVISTAS ROMPEM A CENSURA E ACUSAM O GOVERNO

Numerosos episódios da chamada "guerra suja" promovida pelo governo do general Augusto Pinochet começaram a ser denunciados por vários jornais e revistas do Chile em aberto desafio às regras impostas pelas autoridades militares para impedir a divulgação de atentados contra os direitos humanos no país. A maior parte das reportagens se concentra em torno dos casos de pessoas desaparecidas depois de capturadas por organismos militares de segurança.

Esta é a primeira vez em 14 anos que os leitores chilenos têm acesso a informações deta-Ihadas sobre as arbitrariedades cometidas pelo governo. Os semanários Hoy, Análisis, Apsi, Fortin Mapocho, entre outros, estão publicando depoimentos de parentes e amigos de desaparecidos. Vários destes órgãos já estiveram fechados pela ditadura chilena. A revista Hoy publicou recentemente endereços de prisões clandestinas do exército. Desde o golpe de setembro de 1973, cerca de 45 mil chilenos já foram presos e destes, 619 estão desaparecidos. As publicações também estão tornando pública a descoberta de numerosos cemitérios clandestinos onde foram enterrados sem identificação dezenas de chilenos tidos como desaparecidos.

Cutumay Camones: a música da guerrilha

Cinco guerrilheiros salvadorenhos formam o conjunto Cutumay Camones que começou nas selvas e hoje faz sucesso nos palcos da América Latina e da Europa

Cutumay Camones é provavelmente uma deformação de duas palavras do idioma nahuatl que significaria "lugar das pedras", embora não se tenha certeza disso. A sua tradução é deduzida em parte por associações fonéticas, e em parte pelo aspecto agreste e rochoso do lugar onde está situado o povoado que leva esse nome, no departamento de Santa Ana, a oeste de El Salvador.

Em 1981 o povoado de Cutumay Camones foi cenário de uma sangrenta batalha entre tropas do regime salvadorenho e forças da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional. O

contingente revolucionário finalmente tomou e ocupou o povoado, mas 97 guerrilheiros caíram em combate. A operação se converteu num exemplo para os militantes da FMLN e passou a ocupar um lugar na história — que algum dia será escrita, quando a paz chegar definitivamente — da gesta revolucionária do povo salvadorenho.

De alguma maneira anônima e espontânea, a referência a Cutumay Camones apareceu um dia nas letras improvisadas que se cantarolavam nas zonas sob controle revolucionário. Por isso, quando a direção da FMLN decidiu criar um conjunto musical,

os membros escolhidos adotaram esse nome. Hoje, Cutumay Camones começa a ser conhecido na Europa e na América, como expressão da vontade, do sacrifício, do sentimento e dos valores culturais do povo salvadorenho, traduzidos no som da marimba, do baixo, da tumbadora, do violão, do bongô, do reco-reco, e nas letras diretas, simples e de grande efeito.

Eduardo, Paco, Israel, Teresa e Lolo são combatentes, todos muito jovens. Eles passaram pelas prisões, foram trabalhadores, distribuíram panfletos, ergueram barricadas e chegaram a realizar as "tarefas mais difíceis, as que são a maior aspiração de um revolucionário".

Um dia, há mais de três anos, formaram o grupo — no início eram quatro, depois a eles se juntou Teresa. A sua missão era percorrer as zonas de controle (ou seja, as zonas rurais controladas pela FMLN mas ainda não libertadas), contando musicalmente os acontecimentos bélicos mais recentes e divulgando os temas mais atuais: uma verdadeira crô-

nica musical, com um óbvio objetivo de propaganda e de fortalecimento do moral, que complementava as funções da Rádio Venceremos. Essa dupla missão, artística e política, tornou-se em dado momento necessária visan-



Cutumay Camones: expressão do povo salvadorenho

do ao exterior, "onde a desinformação é muito grande e a organização da solidariedade é urgente".

Paco, Eduardo, Teresa, Israel e Lolo começaram a viajar para o exterior, partindo da própria zona de combate em El Salvador para as capitais européias e americanas. Recentemente, fizeram uma excursão que compreendeu o Equador, Peru, Argentina, Brasil e Uruguai.

Dialética do espetáculo

"Do ponto de vista artístico — afirma Eduardo, responsável político do grupo — o nosso trabalho consiste num resgate cultural: preservar de alguma forma os elementos do idioma nahuatl que os nossos camponeses, na sua totalidade mestiços, ainda utilizam; ex pressar a poesia popular salvadorenha; integrar os elementos folclóricos; e ser fiel aos estilos musicais profundamente arraigados na população. Mas o nosso principal objetivo é político."

Como definem a tarefa que realizam?

Paco — Podemos sintetizá-la da seguinte maneira: estimular a solidariedade, mostrar o processo revolucionário, informar sobre a conjuntura em El Salvador, falar com as pessoas. Tudo isso através do espetáculo.

Eduardo — Vamos em busca de um contato direto com o povo e de uma participação ativa do espectador. É claro que o que se passa no exterior não é a mesma coisa que dentro do país: lá fora temos a responsabilidade de divulgar, através da nossa música, a conjuntura revolucionária e as grandes linhas do processo que está se desenvolvendo. Internamente, no nosso país, o público é muito mais exigente, principalmente porque está vivendo esse processo.

Teresa – Por isso a mensagem das músicas é muito direta. Faze-

mos uma introdução e propomos a participação do público com estribilhos que devem ser verdadeiras palavras-de-ordem. Adaptamos a nossa atuação segundo o apoio e a resposta que obtemos do público, isto em termos políticos e não apenas em relação ao entusiasmo pelo espetáculo.



"Mostrar o processo revolucionário"

O conteúdo das músicas é aprovado pela direção política ou vocês têm autonomia na escolha dos temas?

Paco — Há dois anos a comandante Clelia tombou em combate. Era nossa conhecida, convivemos com ela. Na volta de uma viagem de dois meses, fomos informados de que havia morrido. Ninguém nos disse: "Façam uma música para ela". Isso partiu de nós mesmos. Nós a compusemos em um dia e agora é uma das que mais agradam. Quisemos ex pressar ali tudo o que aprendemos e recebemos dela, da sua capacidade como dirigente.

Os companheiros responsáveis nos disseram que a música estava

bonita e que tinha muitos elementos úteis. Mas no interior do país nos falaram que lhe faltavam elementos políticos mais profundos. Compor é uma responsabilidade, já que há níveis diferentes de exigência e o nosso dever é dar aos temas um tratamento adequado aos diferentes públicos.

Teresa — Temos o exemplo de Carlos Puebla. Em todos os momentos cruciais da revolução cubana, com uma enorme capacidade de síntese, ele definiu claramente nas suas músicas a linha seguida pelo processo revolucionário. Ainda nos falta muito para conseguirmos isso.

Rompendo o formalismo

Quantos grupos existem com essas características?

Paco – Agora somos dois grupos a nível internacional, a Banda Tepehuani e nós. No interior do país existem outros grupos, e está sendo examinada a possibilidade deles também irem para o exterior. Seria um reforço necessário, porque essa tarefa de promover e organizar a solidariedade é gigantesca.

Que balanço fazem do trabalho realizado?

Israel — Na Europa formamos vários comitês de solidariedade; o apoio é bastante grande. Realizamos vários projetos da FMLN: coleta de fundos para medicamentos, de materiais para alfabetização, etc..

Lolo — A nível internacional, há fatores que limitam o desenvolvimento da solidariedade. As transnacionais estão envolvidas em tudo e é difícil competir com elas. Mas acontece que nós não tocamos e cantamos apenas. Depois de nos apresentar, descemos do palco e conversamos com as pessoas para esclarecer dúvidas. Assim, quebramos o formalismo. Procuramos estabelecer um clima de confiança para uma maior compreensão do que queremos

transmitir, que é muito mais do que estados de ânimo ou sensações agradáveis através da música.

Tiveram problemas com algum governo?

Israel — Praticamente não. Mas já tivemos uma má experiência no Brasil: nos apresentamos num teatro, fizemos as pessoas cantarem e gritarem palavras-deordem, o teatro quase vinha abaixo com tanto entusiasmo. Iamos repetir a apresentação na mesma sala, na noite seguinte, mas quando estávamos instalando as caixas de som, a marimba, os violões, nos disseram: "Não vai haver mais apresentação" Foi um ato de censura.

Paco — É necessário ressaltar uma questão importante: o fato de terem permitido as nossas apresentações, existindo relações diplomáticas com o governo de Napoleón Duarte, é um reconhecimento da representatividade e da legitimidade da FMLN-FDR. Ao dizermos que antes de tudo somos militantes e depois músicos, declaramos antecipadamente — e não escondemos isso — que pretendemos divulgar a força real da FMLN...

O esforço coletivo

Vocês eram músicos?

Israel — Não. Cada um de nós realizava outras tarefas. Não tínhamos tido a oportunidade de colocar à disposição do processo revolucionário outras aptidões, outras qualidades. Na verdade, nem sabíamos que tínhamos.

Tinham alguma experiência anterior no campo da música?

Teresa — Alguns de nós tinham uma certa experiência. Todos gostávamos de música, é claro, mas não tínhamos conhecimentos específicos. Foi na verdade uma proposta da FMLN: "Vocês vão formar um grupo", foi assim que nos disseram. Nos escolheram e formamos o grupo com base nos conhecimentos



"No interior do país existem outros grupos de música"

do Eduardo, que nos ensinou a técnica.

Israel – Nesse sentido temos todas as limitações...

Mas vocês dão uma imagem de competência...

Israel — Há um esforço individual. Por exemplo, aprender a tocar marimba custou longas horas de trabalho, dia após dia, para nos familiarizarmos com o instrumento. No início pretendíamos conseguir algo simples mas tecnicamente correto.

Como compõem as músicas?

Lolo — De forma coletiva.

Há músicas que surgem de textos feitos por combatentes, poemas escritos na frente de batalha.

Nós recolhemos e selecionamos esse material. Agora estamos fazendo uma música que se baseia na carta de uma mãe que estava presa e que escreve à filha, explicando-lhe que pensava nela quando a torturavam e que a sua lembrança lhe dava forças para se negar a dar informações.

Qual a composição que expressa mais o quadro específico da atual conjuntura?

Eduardo — A que se intitula "Vamos conquistando a paz", já tem cerca de três anos, mas continua adequada à realidade,

apesar do tempo transcorrido. Expressa não só a situação de El Salvador como também da Nicarágua. Não é um hino, é apenas uma canção, mas sintetiza, creio que muito bem, toda a nossa luta.

Há uma outra, "Não à intervenção", que é a que realmente contém elementos mais atuais: a iminência da intervenção direta dos Estados Unidos.

O que podem fazer os outros povos latino-americanos e do Terceiro Mundo frente a uma intervenção?

Israel — Se a intervenção ocorrer, deixará de haver fronteiras na América Central. Já há vários exemplos de solidariedade material. Mas no caso de uma intervenção precisaríamos não apenas de manifestações, declarações, etc., mas também da participação direta das pessoas.

O trabalho de desenvolver a solidariedade nos países com os quais nos identificamos historicamente, onde há elementos sociais e culturais comuns e as mesmas condições de miséria é muito importante. Por isso colocamos o problema da intervenção como um fenômeno muito real.

Samuel Blixen

O índio latino-americano no cinema

Vários filmes recentes de produtores e diretores da América Latina resgatam as culturas autóctones e mostram a falta de interesse oficial sobre o futuro dessas populações

Cineastas de toda a América Latina vêm, já há algum tempo, manifestan do especial interesse pelo levantamento da vida das populações indígenas de seus países, praticamente dizimadas pelos conquistadores ao longo dos séculos. Essa tomada de posição não tem qualquer caráter de procura do exótico, do folclórico, nem de exposição de "espécies em extinção". Procu-

ra, sim, mostrar que a cultura e os costumes desses povos têm um propósito político e constituem uma experiência de vida, uma forma de pensar e sentir que permanece ignorada pela população das grandes cidades. Entre esses filmes, "Conver-

Entre esses filmes, "Conversas do Maranhão", da brasileira Andrea Tonacci, coloca o índio narran do sua experiência perante o discutível desempenho da Fun-

dação Nacional do Índio (Funai), do Ministério do Interior e de seus funcionários, durante os governos da ditadura militar.

Em "May o ya 84", os misquitos falam sobre as suas perspectivas na nova Nicarágua, desmentindo uma boa parte das intrigas feitas pelos estrategistas norteamericanos, no seu afã de justificar uma política de agressão àquele país nas mais diversas frentes.

"Cuando invadieron nuestras tierras" foi realizado pelos próprios indígenas, os ayoreodes do oriente boliviano. No filme, o seu cacique acusa missionários, colonos e funcionários do governo de serem os responsáveis diretos pelo atual estado de miséria do seu povo, que mora em condições muito precárias próximo à cidade boliviana de Santa Cruz. Igualmente dramático é o depoimento do cacique Yekuana "Yo hablo a Caracas", de Carlos Azpurúa, exigindo respeito pelas suas terras e cultura, atingidas pela penetração colonizadora na Venezuela.

O fim de um povo

O brasileiro "Avaeté, semente da violência", de Zelito Viana, narra o caso real de uma tribo de Goiás exterminada a tiros, depois de ter a sua aldeia bombardeada. O relato foi feito pelo cozinheiro da expedição, que conseguiu salvar uma criança da tribo da matança generalizada. Esse cozinheiro chegou, inclusive, a ser preso, tendo depois enlouquecido.

"El pueblo ona: vida y muerte en Tierra del Fuego", de Anne Chapman e A. Montés de González, é composto de duas partes. Na primeira, intitulada "Vida", os seus autores fazem uma reconstituição da cultura selk Nam (aniquilada a partir de 1880,



O filme "Avaeté, semente da violência" conta a história real de uma tribo brasileira criminosamente exterminada



A grande preocupação dos cineastas latino-americanos é mostrar as civilizações indígenas em toda a sua autenticidade

quando foi iniciada a colonização da ilha Grande, agora compartilhada pela Argentina e o Chile). A segunda, "Muerte", é o testemunho dos últimos indígenas sobre o fim do seu próprio povo. A realização deste filme durou cerca de quatro anos.

De Gustavo Guayasamin, o filme equatoriano "Los hieleros del Chimborazo" é um documentário que narra a vida das famílias indígenas junto ao vulcão Chimborazo, que dependem para poder sobreviver da exploração do gelo extraído dos cumes dos morros. "Velhos, jovens, mulheres e crianças sobem os montes cobertos de neve com esfarrapados ponchos que mal protegem do frio. Esta forma de ganhar a vida vem desde o tempo da colônia". Este filme, narrado em espanhol e quêchua, foi premiado em importantes festivais, como o do Novo Cinema Latino-Americano, em Cuba, e o Ibero-Americano, na Espanha.

O filme colombiano "Nuestra voz de tierra, memoria y futuro",

de Martha Rodríguez e Jorge Silva, descreve a luta de uma comunidade étnica para manter a sua terra e cultura. A vigência do condor como deus tutelar dos Andes sul-americanos surge clara na premiada produção do Peru "La agonia de Rasu Ñiti", versão cinematográfica do conto do conhecido escritor José María Arguedas.

Produzidos pelo Arquivo Etnográfico Audiovisual do Instituto Nacional Indigenista do México, 'El retorno", de Rafael Montero, e "Mara 'Acame (cantador y curandero)", de Juan Francisco Urrusti, são dois bons exemplos do cinema mexicano. A televisão brasileira, por sua vez, apresentou, no ano passado, duas séries relatando a vida de tribos indígenas - "Xingu" e "Amazônia" -, o que demonstra que o atual interesse pelas culturas autóctones latino-americanas não se limita apenas às salas de projeção.

Toda esta obra comporta uma nova perspectiva dentro das

atuais tendências do cinemadocumentário da América Latina. A imagem filmada se converte em veículo de uma realidade
que se apresenta em toda a sua
variedade e riqueza. A literatura
antropológica — quase sempre
restrita aos meios acadêmicos —
encontra assim, na sétima arte,
um eficaz meio para despertar
a consciência do mundo sobre
as mais variadas dimensões da
cultura indígena do continente
americano.

Alguns críticos já falam do cinema do "quarto mundo", um registro e um testemunho que transcendem a cultura acadêmica e que chegam ao grande público de uma forma crua, real. O grande interesse que estes filmes têm despertado nos espectadores latino-americanos e deoutras regiões onde foram exibidos mostra que a vida e a cultura dos índios são temas que ainda podem continuar a ser explorados pelo cinema. O que deve ser feito, sem as deformações e o artificialismo tão comuns às produções norte-americanas.

Notas de Cultura

CONGRESSO DE SOCIOLOGIA DEBATE DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA

"A Democracia na América Latina" é o tema que será debatido por cerca de três mil cientistas sociais durante o 169 Congresso Latino-Americano de Sociologia, de 2 a 7 de março, no Rio. O encontro, patrocinado pela Associação Latino-Americana de Sociologia (Alas), presidida por Pablo González Casanova, terá a coordenação do professor Theotônio dos Santos, diretor de Treinamento da Fundação Escola do Serviço Público (Fesp), que se encarregará de sua organização.

Para Theotônio dos Santos, "nunca se realizou um esforço tão amplo e sistemático para compreender todas as dimensões do processo de democratização, exatamente no momento em que ele alcança seu auge no nosso continente".

O temário

O Congresso terá 35 seminários e 5 mesas-redondas. Os primeiros, que estarão abertos à participação de pesquisadores e estudantes, abordam, entre outros, os seguintes temas: Imperialismo, neocolonialismo e democracia: As lutas de libertação e a democracia na América Central: O socialismo como alternativa democrática; O novo caráter de negociação internacional e interna; História das lutas democráticas na América Latina; As lutas de libertação e a democracia no Caribe; A política do FMI e a democracia; As sociedades oprimidas; Transição democrática e gestão pública; Violência, direitos humanos e democracia: As lutas democráticas e as classes sociais; As forças armadas e a democracia, etc. . As mesas-redondas, que terão sessões abertas ao público, versarão sobre os seguintes temas: Crise do neocolonialismo e democracia; Dívida externa e democracia; Crise econômica e democracia; As lutas pela democracia em regime de fato; Reforma agrária e democracia.

O vice-ministro das Relações Exteriores do México, Flores Olea, fará uma conferência especial sobre democracia e política internacional, que será comentada por um grupo de cientistas sociais de expressão continental: José Agustín Silva Michelena (Venezuela), Germán Sánchez (Cuba), Agustín Cueva (Equador), Luis Maira (Chile) e Theotônio dos Santos (Brasil).

Dentro do seminário sobre Imperialismo, neocolonialismo e democracia, será realizada uma sessão sobre "Os EUA nos anos 80 e suas implicações sobre as mudanças internas na América Latina", dirigida pelo especialista chileno Luis Maira. Participará, ainda, do encontro como chefe da delegação da Nicarágua, o ministro do Interior, comandante Tomás Borge, vice-presidente da Conferência Permanente de Partidos Políticos Latino-Americanos (Copppal) e da Associação Latino-Americana de Defesa dos Direitos Humanos. O Congresso será realizado no campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, (Uerj).

A "FEBRE AMARELA" DE GARCÍA MÁRQUEZ

A cor amarela da capa do último livro de Gabriel García Márquez se tornou tão comum nas principais livrarias da Colômbia que os críticos literários passaram a classificar o novo best sel-



ler como uma verdadeira febre. Trezentos e cinquenta mil exemplares foram colocados à venda em dezembro passado, três meses antes do lançamento previsto, e se esgotaram rapidamente. Uma grande parte da tiragem acabou sendo comprada para ser revendida clandestinamente em outros países, já que os 1,2 milhão de exemplares impressos para as nações de língua espanhola foram insuficientes para atender à procura.

"El amor en tiempo de cólera" surgiu nas livrarias da Colômbia — onde nasceu o Prêmio Nobel de Literatura de 1982 —, quando o país estava convulsionado pela catástrofe do vulcão



Nevado del Ruiz e pelo sangrento episódio do assalto militar ao Palácio da Justiça em Bogotá. Os colombianos viviam ainda em pleno estado de choque, quando o amor entrou inesperadamente em moda através da narrativa de Gar-

EDITORIAL OVEJA NEGRA

Quando se pensa em banco no Estado do Rio de Janeiro m um que est na cabeça de todo mundo.



BANERJ

As coisas estão mudando.

TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



BRASIL

Agencia Meridien Av. Rio Branco, 52 10° andar Tel. 263 56 11 Telex 21664MERI.

PORTUGAL

Avenida 24 de Julho, Nr 2, 3º Di Ylisboa 1200 - Lisboa Tetel: 366209 / 372959 Telex 14596 ANGO P

HOLANDA

Coolsingel 139 3012 AG Rotlerdam POSTBUS 1663 3000 BR Rotterdam Tel: 010 11 41 60 Telex 24772 / 24756 ANIGO NL



ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola Rua Cerqueiras (Lukoki) C.P. nº 5953 Telefs, 30144/5/6/7 End. Telegs: ANGONAVE AN Telexes nº 3313 / 3124 Luanda - Rep. Pop de Angola

ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola